

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL  
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

**DAGUIMAR DE OLIVEIRA BARBOSA**

**MASCULINIDADES, GÊNERO E POBREZA:  
o lugar dos homens e do masculino na proteção social básica de Niterói/RJ**

**NITERÓI  
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL  
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

**DAGUIMAR DE OLIVEIRA BARBOSA**

**MASCULINIDADES, GÊNERO E POBREZA:  
o lugar dos homens e do masculino na proteção social básica de Niterói/RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre em Política Social.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rita de Cássia Santos Freitas**

**NITERÓI  
2013**

B238 Barbosa, Daguiamar de Oliveira.

Masculinidades, gênero e pobreza: o lugar dos homens e do masculino na proteção social básica de Niterói/RJ / Daguiamar de Oliveira Barbosa. – 2013.

129 f.

Orientador: Rita de Cássia Santos Freitas.

Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2013.

Bibliografia: f. 109-115.

1. Homem. 2. Masculinidade. 3. Assistência social. 4. Proteção social. 5. Gênero. I. Freitas, Rita de Cássia Santos. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD 305.31

**DAGUIMAR DE OLIVEIRA BARBOSA**

**MASCULINIDADES, GÊNERO E POBREZA:  
o lugar dos homens e do masculino na proteção social básica de Niterói/RJ**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mônica de Castro Maia Senna  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carla Cristina Lima de Almeida  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

---

Prof. Dr. Guilherme de Almeida  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

**NITERÓI  
2013**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, e ao Nosso Senhor Jesus Cristo por terem me dado força espiritual, mental e física para construir este trabalho.

Agradeço a atenção e dedicação da Professora Rita de Cássia Santos Freitas para a realização deste trabalho. Agradeço pela nossa parceria acadêmica, super prazerosa, oportunidade que garantiu o bem estar e qualidade desse caminho, de mais uma etapa que se concluí com felicidade, pois aprendi nessa troca que “é caminhando, que se faz o caminho”. Obrigada, Rita!

Agradeço especialmente à Professora Mônica de Castro Maia Senna, por estar representando a minha orientadora, a Prof<sup>a</sup>. Rita de Cássia. Obrigada Mônica, por mais uma vez poder contar com você e seu carinho!

Agradeço a Professora Carla Cristina Lima de Almeida e ao Professor Guilherme de Almeida por terem aceito o convite para ser da Banca Examinadora deste trabalho. Obrigada pelas contribuições!

Agradeço as contribuições dos professores do PPGPS/UFF.

Agradeço a Professora Cenira Duarte, grande amiga e parceira. Obrigada pelo carinho de sempre e a sua amizade!

Agradeço a Professora Hildete Pereira Melo pelos conhecimentos transmitidos e pelo prazeroso encontro em sala de aula!

Agradeço a Professora Suely Gomes Costa, profissional que generosamente me apresentou o “vício” da pesquisa e me passou algo que ninguém tira de ninguém: conhecimento. Muito obrigada, Suely!

Agradeço a todas às pessoas entrevistadas nesta pesquisa, sem elas este trabalho não teria se concretizado. Obrigada às mulheres e homens que participaram deste trabalho, e, sobretudo por terem dividido comigo suas histórias e experiências!

Agradeço à amiga Ana Lole pelas trocas durante nossos debates polêmicos sobre os temas de que o Serviço Social trata. Pelos exemplos que me transmitiu baseada em sua experiência acadêmica. Lole, obrigada pelos empréstimos de livros, você me proporcionou muitos aprendizados.

Agradeço a companhia dos meus queridos amigos de turma do mestrado.

Agradeço as profissionais da Secretaria do PPGPS/UFF: Luzia, Raquel e Angela, pessoas queridas e competentes que me acompanharam também nesse caminhar.

Agradeço ao meu companheiro Rodrigo Machado, por ter me incentivado e ter recebido com entusiasmo a experiência do mestrado. Por ter diariamente, me estimulado a continuar sem olhar para trás, sempre em frente, para que eu não perdesse tempo. Obrigada pela cumplicidade, companheirismo e por você ter que assistir em casa, em primeira mão às exposições de trabalhos que eu tinha que fazer. Aprendi com você que paciência é uma virtude, e que contrariando, o que se costuma dizer, não é exclusiva das mulheres, mas que acomete também alguns homens como você!

Agradeço à minha família, especialmente à minha mãe Claudia, mulher guerreira que não me deixa esquecer quem eu sou, dos meus valores, da minha identidade como ser humano. Tal como o meu pai Djair, homem bem humorado, que traz sorrisos para a minha vida. Obrigada, vocês são minhas principais referências no Mundo!

## **MASCULINIDADES, GÊNERO E POBREZA: o lugar dos homens e do masculino na proteção social básica de Niterói/RJ**

### **RESUMO**

Este trabalho é de caráter qualitativo e desenvolve-se sob a perspectiva dos estudos de gênero e das contribuições da História Oral, tendo como escopo responder a seguinte questão: qual o lugar dos homens (pobres e urbanos) e do masculino na Política de Assistência Social? Esta investigação moveu-se pelo interesse em identificar em que redes sociais (primárias e/ou secundárias) estariam os homens pobres residentes à região metropolitana fluminense. Assim, este estudo apresenta as percepções de homens, titulares e beneficiários do Programa Bolsa Família sobre suas experiências e trajetórias percorridas em busca dos direitos sociais. Por outro lado, apresenta também o registro das percepções profissionais dos assistentes sociais, responsáveis pela implementação da política social no município de Niterói/RJ. Esta dissertação surgiu de problematizações acerca da expansão quantitativa dos arranjos familiares monoparentais e unipessoais femininos, enquanto explicação irrefutável sobre a ausência dos homens no âmbito da Assistência Social Pública. Entende-se que essa explicação favoreceu a visibilidade de certas tendências, tanto como a conformação de uma invisibilidade masculina presente no espaço da Política Social e no interior da profissão de Serviço Social. Dentre essas tendências ficou evidente um processo de homogeneização das famílias pobres, que acessam e usam os serviços socioassistenciais ofertados na proteção social básica, ora representadas sob o modelo monoparental, ora sob o grupo familiar denominado como unipessoal feminino. Homogeneização, que se dá por meio de vários condicionantes, que envolvem desde a discussão acerca da existência de critérios oficiais e “oficiosos”, que orientam e influenciam o desenho e a execução de programas, projetos e políticas sociais, até a utilização de um discurso baseado no abandono, em particular no abandono masculino (em alguns casos, referindo-se a um *abandono masculino inventado*).

**Palavras-chaves:** homens; masculinidades; assistência social; proteção social; gênero.

**MANHOOD, GENRE AND POVERTY:  
the place of men and male in basic social protection in the city of Niteroi – RJ**

**ABSTRACT**

This research has a qualitative character and is developed under genre studies perspective and the contributions made by Oral History, having the aim of answering the following question: what is the place of (poor and urban) men and of male in Social Assistance Policies? This investigation was developed because of the interest in identifying in which social nets (if primary and/or secondary) poor men living in metropolitan area in Rio de Janeiro are. So, this study presents the perceptions had by men who are entitled and benefited in Family Benefit Program (Programa Bolsa Família), about their experiences and trajectories searching for social rights. On the other hand, it also presents the register of professional perceptions by social assistants who are responsible for the social policy implementation in the city of Niterói/RJ. This dissertation emerged from questions about the quantity expansion of one-parent and female one-person family arrangements, as an irrefutable explanation about the absence of men in the range of Public Social Assistance. It is understood that the explanation mentioned favored the visibility of certain tendencies, as a conforming of a male invisibility that is present in the space of Social Policy and inside the Social Service professional environment. Among those tendencies it was evident that there is a process of homogenization of poor families, which access and use the social assistance services offered in basic social protection, either represented under a one-parent model or under a family group named as female one-person group. Homogenization which happens in various conditions, what involves as discussion about the existence of official and non-official criteria, which guide and influence the design and the execution of programs, projects and social policies, as the using of a speech based on abandoning, especially male abandoning (in some cases, referring to an imagined male abandoning).

**Key words:** men; manhood; social assistance; social protection; genre.

## LISTA DE SIGLAS

BF	Bolsa Família
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal
CEDIM	Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
CEP	Comitê de Ética de Pesquisa
CIAM	Centro Integrado de Atendimento à Mulher
CODIM-NIT	Coordenação dos Direitos das Mulheres de Niterói/RJ
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
ENT -	Entrevistado
ENT – AS	Entrevistado – Assistente Social
HUAP	Hospital Universitário Antônio
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
NBR	Núcleo de Benefício e Renda de Cidadania
NIS	Número de Identificação Social
PBF	Programa Bolsa Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SMAS-NIT	Secretaria Municipal de Assistência Social de Niterói/RJ
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFF	Universidade Federal Fluminense



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
<b>CAPÍTULO I – CIDADANIA E GÊNERO: CONCEITOS E CONTEXTOS</b>	
1.1 O Conceito de Cidadania	20
1.2 A tradução da cidadania na experiência brasileira	23
1.3 O Sistema de Proteção Social Secundário no Brasil: um breve passeio histórico	26
1.4 Gênero como categoria de análise	34
1.5 A Centralidade da Pobreza nas Políticas Sociais	43
1.6 A “feminização” da pobreza e a prevalência do Programa Bolsa Família	46
<b>CAPÍTULO II – ASSISTÊNCIA SOCIAL E GÊNERO: MULHERES E HOMENS EM PERSPECTIVA</b>	
2.1 Famílias monoparentais e unipessoais femininas na política pública de assistência social	50
2.2 A construção social do masculino	53
2.3 Masculinidades e Assistência Social	57
2.4 O lugar do homem na Assistência Social	60
2.5 O discurso do abandono masculino inventado: problematizando questões	64
<b>CAPÍTULO III – HOMENS INVISÍVEIS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</b>	
3.1: A pesquisa nos CRAS: a busca pelos homens na “CASA da FAMÍLIA”	70
3.2 As percepções dos Assistentes Sociais sobre os homens, o masculino e a Política Pública de Assistência Social	77
3.3 Os homens da “CASA da FAMÍLIA”: representações sobre o PBF, o CRAS e os homens	85
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	103
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	108
<b>APÊNDICE</b>	
<b>DUAS EXPERIÊNCIAS COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA</b>	
<b>ANEXOS</b>	
ANEXO I – Roteiro de Entrevista com Usuário	
ANEXO II – Roteiro de Entrevista com Profissionais de Serviço Social	
ANEXO III – Roteiro de Observação Participante	

## INTRODUÇÃO

O interesse por esse tema iniciou-se na graduação e resultou no Trabalho de Conclusão de Curso/TCC “Masculinidades no contexto da política de assistência social: a experiência do CRAS/Cubango”, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rita de Cássia Santos Freitas. Defendida em dezembro de 2006, a referida monografia tratou a experiência masculina face à garantia do acesso aos serviços socioassistenciais, organizados e executados no âmbito da proteção social básica deste Município, especificamente no Centro de Referência da Assistência Social/CRAS<sup>1</sup> Cubango. Nesta oportunidade de pesquisa pude perceber a ausência dos homens nesse equipamento e um discurso recorrente da equipe técnica para justificar a menor participação masculina: “o crescimento de famílias monoparentais femininas” (BARBOSA, 2006).

Nesse sentido, dando continuidade a esses estudos, o presente trabalho visa investigar o lugar dos homens e do masculino na Política Pública de Assistência Social implementada no município de Niterói, região metropolitana do Estado Rio de Janeiro. A escolha do Município não se deu aleatoriamente, se justificando em função de uma série de aspectos que assumiram relevância para a pesquisa e a pesquisadora. Escolha, indissociável dos objetivos secundários desta pesquisa: a) Examinar no âmbito da proteção social básica, realizada pelos CRAS o processo de acompanhamento de famílias, cuja titularidade do benefício do Programa Bolsa Família esteja sob a responsabilidade masculina; b) Identificar as dimensões de participação individual e coletiva dos homens no CRAS utilizando o Programa Bolsa Família como mediação; c) Pesquisar as percepções dos profissionais de Serviço Social que atuam nos CRAS em torno de questões como: o acesso dos homens aos serviços socioassistenciais, o masculino, o programa de transferência de renda, Bolsa Família, a proteção social básica e gênero.

---

<sup>1</sup> CRAS é uma unidade pública estatal (de base territorial) responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica de assistência social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. (Guia de Orientação Técnica – SUAS – nº 1 – Proteção Social Básica de Assistência Social).

A presente pesquisa de dissertação foi submetida ao Comitê de Ética do Hospital Universitário Antônio Pedro/CEP-HUAP/UFF, através de prévio cadastro na Plataforma Brasil – Ministério da Saúde, tendo sido aprovada na data de cinco de julho do ano de dois mil e doze, conforme Parecer Consubstanciado expedido pelo CEP sob o número 50809. Este trabalho fora submetido na modalidade de Projeto de Pesquisa, sob o título provisório “Masculinidades, Gênero e Pobreza Masculina: o lugar dos homens na proteção social básica da cidade de Niterói/RJ”.

Vários motivos me aproximaram dos homens e do masculino, em princípio a própria feminização do Serviço Social, profissão tida historicamente como “feminina”. Assim como, a sua relação com o campo da Assistência Social, espaço que surge estreitamente vinculado à cultura profissional dos assistentes sociais (assim como, articulado às mulheres<sup>2</sup>) e inaugura o primeiro-damismo na figura de Dona Darcy Vargas. O primeiro-damismo tornou-se uma característica marcante e *sexuada* da *cultura assistencialista* de nosso país introduzido pelo então Presidente da República Getúlio Vargas. Desse modo, a feminização do Serviço Social e da Assistência Social, assim como a conseqüente generalização da pobreza feminina favoreceram o meu interesse pelos homens e o masculino.

Outras razões com o tempo fortaleceram o meu interesse por esse tema, em especial, as contribuições dos estudos de gênero, e, sobretudo o meu recorrente encontro com as mulheres e o feminino. Com o tempo passei a problematizar e criticar o fato de muitos trabalhos e pesquisas utilizarem o conceito de gênero como sinônimo do feminino e da mulher, o que pouco contribui para “*desconstruir polaridades e afirmar pluralidades*” (LOPES, MEYER & WALDOW, 1996, p. 12) nesse campo.

Em 2007, a aproximação por esse tema se deu de forma diferente, pois tive a minha primeira experiência profissional no Centro de Referência de Assistência Social/CRAS, localizado no Bairro do Badu no território de Pendotiba – Niterói/RJ. Posteriormente, em 2009 trabalhei no CRAS/Tribobó em São Gonçalo/RJ e pude observar como se opera no cotidiano institucional a feminização da proteção social básica. Exatamente por ser sabido da existência histórica da pobreza feminina, fui expectadora do acesso e uso majoritariamente, realizado por mulheres com proles extensas. Contudo, pairava a indagação: se a pobreza atinge indiferentemente, mulheres e homens, onde estão os homens pobres, e até que ponto a atuação profissional e as diretrizes dos programas poderiam interferir nisso tudo? Também questionava o argumento baseado na monoparentalidade feminina, como fenômeno endêmico

---

<sup>2</sup> Sobre a criação das primeiras Escolas Masculinas de Serviço Social ver o item “1.6 A “feminização” da Assistência Social e do Serviço Social”.

a territórios vulneráveis, nos quais se instalam os CRAS para explicar a presença maciça de mulheres nesses equipamentos sociais, e justificar a ausência dos homens. Desse modo, pretendo contribuir para o debate sobre a relação entre a pobreza masculina e a política de assistência social, assim como aprofundar os estudos vinculados a gênero e pobreza, cuja produção acadêmica concentra-se mais consistente e amplamente na perspectiva histórica da pobreza feminina.

A recorrente argumentação vinculada à monoparentalidade feminina para explicar a ausência dos homens vem na mão de produzir uma composição familiar estática e particular da assistência, que vem se refletindo como uma realidade absoluta. Mas, como se dá na prática esse processo de construção de um perfil familiar que se apresenta tão natural e presente na assistência social? Será que a constatação da ausência de homens no CadÚnico<sup>3</sup> justificaria por si só, a prevalência da monoparentalidade feminina na proteção social básica? Será a monoparentalidade feminina uma situação estática de ser família a qual as mulheres pobres estariam fadadas? Estas questões provocaram inquietações que me levaram à investigação e à delimitação de um objeto pouco conhecido, tendo em vista a ausência de estudos que articulem pobreza masculina e proteção social pública.

O interesse por este objeto de estudo cresceu também em função do encontro com várias mulheres, do encontro com os seus dramas cotidianos, e, sobretudo, do encontro com as suas necessidades. A interrogação sobre onde estavam os homens pobres me levou novamente até as mulheres, pois se os homens não estavam chegando à assistência, e se a pobreza – embora atinja predominantemente as mulheres – tem dois sexos, então onde estão os homens? Nesse sentido, sendo historicamente a rede de proteção social primária formada hegemonicamente pelas mulheres aquela que atende aos não institucionalizados, poderíamos supor ser este o caso dos homens que não chegam ao Estado? Nesse sentido, a invisibilidade da pobreza masculina traz implicações relevantes em torno da reprodução social, da relação capital/trabalho e das questões de gênero. Cabe ressaltar, que a invisibilidade da pobreza masculina pode potencializar o empobrecimento feminino e inviabilizar muitas demandas de homens e mulheres.

---

<sup>3</sup> Este se constitui enquanto um cadastro para a inserção em Programas Sociais do Governo Federal, como o programa Bolsa Família. O CadÚnico tem como escopo ser um banco de dados, no qual as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza são cadastradas. Segundo Romero e Duarte (2012) este foi criado em 2001, por meio do Decreto nº 3. 877 de 24/07, durante o Governo Federal do Presidente à época, Fernando Henrique Cardoso e “constitui-se em ferramenta indispensável para identificar o segmento da população beneficiária da Rede de Proteção Social do Governo Federal” (p.01). Em outras palavras, o cadastro, funciona como uma base de dados, que fora criado para instrumentalizar e orientar a gestão das políticas e ações sociais formuladas e implementadas pelos entes federados. Ver nesse sentido, também, COBO (2012).

Retomando a questão da monoparentalidade feminina, durante uma oportunidade de trabalho em 2011 na Coordenação dos Direitos da Mulher (CODIM-NIT<sup>4</sup>), no município de Niterói, reencontrei as beneficiárias do Programa Bolsa Família/PBF. O “reencontro” se deu num outro universo institucional, no qual elas não se sentiam preocupadas em assumir quando perguntadas se o companheiro/marido estava ou não no CadÚnico. Este é o cadastro dos Programas Sociais Federais, e comumente, os homens não eram informados, de acordo com essas mulheres, quando elas pleiteavam o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família. O que equivale dizer, que os dados gerados pelo cadastro informam a existência de uma família monoparental ou unipessoal feminina. Já na CODIM essas mulheres a que me refiro, em situação de violência doméstica e familiar, assumiam a existência de um homem em casa, no caso seu “alcoz”, e confirmavam que o mesmo não existia para assistência. Esse reencontro com os arranjos que se apresentam como unipessoais e monoparentais femininas na assistência social e como nuclear conjugal na CODIM-NIT, foi determinante na delimitação do presente objeto de estudo<sup>5</sup>.

Diversas perguntas nortearam este estudo, a principal delas diz respeito a qual é o lugar do homem e do masculino na proteção social básica realizada na cidade de Niterói. E se existindo algum lugar, como se dá o acompanhamento sociofamiliar de homens-pais ou não, no âmbito desse nível de proteção social. Outra dimensão, ainda pouco conhecida e importante de conhecer é como se dá a participação dos homens, tanto, no nível individual como coletivo nos CRAS, especialmente frente às contrapartidas postas pelo programa Bolsa Família para o recebimento do benefício. E numa perspectiva relacional e dinâmica das relações sociais estabelecidas entre usuários e equipe técnica, é pertinente saber como os profissionais de Serviço Social percebem o acesso dos homens nos equipamentos, assim como a transferência monetária, a política de assistência social e questões relacionadas a gênero. Portanto, esta pesquisa deseja contribuir para retirar da invisibilidade o homem e o masculino de dois campos: Assistência Social e Serviço Social, assim como levantar outras

---

<sup>4</sup> O CRAS e a CODIM-NIT são instituições de caráter distinto, enquanto a primeira, está ligada diretamente à Política de Assistência Social, e, por conseguinte à oferta de serviços socioassistenciais, e para a inserção em programas e projetos sociais focalizados e de combate à pobreza, a segunda instituição, está voltada para ações e políticas destinadas exclusivamente para as mulheres, particularmente àquelas que dizem respeito ao enfrentamento de qualquer tipo de violência contra a mulher. Acerca desse assunto vale ver o apêndice que consta neste trabalho.

<sup>5</sup> A Coordenação dos Direitos das Mulheres de Niterói (CODIM-NIT) localizada na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, criada em 2003, hoje é um Polo de Referência de Atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. A CODIM-NIT conta com uma equipe técnica formada por assistentes sociais, psicólogas e advogada, que realiza o acompanhamento interdisciplinar de mulheres vítimas de diversas formas de violência (física, moral, sexual, psicológica e patrimonial, conforme prevê a Lei Maria da Penha nº 11.340/2006).

questões diversas que talvez se encontrem na mesma situação. Contudo, é necessário esclarecer que não é objetivo deste trabalho *hiperdimensionar* a função da Assistência Social no enfrentamento da questão social como aponta Mota (et al. 2006). Pois, enquanto profissional, e pesquisadora da área, tenho prévio conhecimento, que mesmo as mulheres sendo usuárias preferenciais de algumas políticas e programas sociais, elas se defrontam com a escassez e a precariedade dos serviços socioassistenciais ofertados por instituições como o CRAS e o CREAS. Essa precariedade, há décadas recorrentemente, criticada nos estudos da autora Sposati (1989), se confirma por meio dos discursos das assistentes sociais entrevistadas durante o trabalho de campo desta pesquisa.

Desta forma, esta dissertação é constituída pelos seguintes capítulos, que abordaram os temas que seguem abaixo:

O primeiro capítulo apresenta a conceituação de cidadania e a sua tradução na realidade brasileira a partir de referências historiográficas e antropológicas em torno das peculiaridades do status de cidadão no Brasil. Realizo uma análise dessas peculiaridades que constituíram no passado e constituem no presente o exercício da cidadania no Brasil, tendo como perspectiva a dimensão histórica, relacional e construtivista acerca dos direitos de cidadania.

Ainda, neste capítulo também apresento um breve debate teórico em torno do conceito de gênero. Conceito que subsidia meus estudos para a compreensão da relação histórica entre Gênero e Assistência Social, portanto, a sua incorporação enquanto categoria analítica se faz imprescindível à minha pesquisa. Neste capítulo também abordo as variáveis explicativas acerca da feminização da assistência social pública, do Serviço Social e da pobreza, enquanto fenômeno social. Pretendo compreender que lógica essa feminização evidencia e qual a sua relação com a centralidade nas famílias monoparentais e unipessoais femininas, em particular, as beneficiárias do Programa Bolsa Família, tentando responder em que medida a feminização da assistência contribui para essa centralidade e vice-versa.

O segundo capítulo discute a centralidade assumida na assistência social pelas famílias monoparentais e unipessoais femininas, em específico, as beneficiárias do Programa Bolsa Família. Problematiza as dimensões histórico-institucionais, processuais e organizativas da dinâmica da política pública de assistência social, considerando os aspectos que constituem suas especificidades, sobretudo no que diz respeito ao seu uso enquanto única saída para o enfrentamento à pobreza no Brasil.

O presente capítulo aborda, ainda, a construção social do masculino na sociedade e as implicações da dicotomia masculinidades/vulnerabilidade inscrita na perspectiva de garantia

ao acesso à proteção social básica institucionalizada por parte de homens urbanos e pobres. A partir de enfoques sobre a construção social do masculino, da noção de cuidado, sobre as funções paterna e materna e a construção social das identidades de gênero, apresento reflexões baseadas em leituras, experiências, observações e discussões em torno da questão da participação dos homens no contexto da política pública de assistência social, tendo como foco central os processos de socialização para a masculinidade e o acesso dos homens às políticas sociais.

O terceiro capítulo refere-se predominantemente à experiência de campo nas instituições escolhidas como campo de observação participante e para registro dos depoimentos orais dos sujeitos, público-alvo desta pesquisa. Este capítulo expõe resultados de observações acerca dos objetivos secundários delimitados por este trabalho. Dessa forma, ele procura demonstrar como vem se dando no âmbito da proteção social básica, realizada pelos CRAS o processo de acompanhamento de famílias, cuja titularidade do benefício do Programa Bolsa Família esteja sob a responsabilidade masculina. Além disso, buscou identificar as dimensões de participação individual e coletiva desses homens no CRAS com recorte sobre o Programa Bolsa Família. Investigou através de entrevistas gravadas (acrescidas das falas que não estão no gravador, mas devidamente registradas no Diário de Campo, fonte primária desta dissertação) as percepções dos profissionais de Serviço Social que atuam nos CRAS em torno de questões como: o acesso dos homens aos serviços socioassistenciais, o masculino, o programa de transferência de renda, Bolsa Família, a proteção social básica e gênero.

Em suma, os homens são sujeitos invisíveis não só no desenho de políticas, programas e projetos sociais, eles também o são, na medida em que nós enquanto profissionais, não conseguimos sentir nem a sua ausência. A ausência de suas possíveis vulnerabilidades, pois as adversidades da pobreza não constitui uma condição de vida exclusiva das mulheres pobres, mas também atingem os homens, que igualmente como muitas mulheres possuem, por exemplo, uma baixa escolaridade que de pronto os exclui de qualquer tipo de acesso ao mercado de trabalho formal.

A invisibilidade masculina ou dos homens, invisibiliza o quê? Na realidade ela invisibiliza os seus dramas, dilemas, experiências parentais, sexuais, reprodutivas, as expectativas que lhe movem. Essa invisibilidade impõe à categoria profissional um olhar para o acesso aos direitos socioassistenciais, em particular o acesso dos homens, para a reflexão de

questões que permeiam o exercício profissional. As profissionais entrevistadas<sup>6</sup> ficaram aparentemente tensas com o tema: homens e masculinidades, pois conforme me confidenciaram, a maioria não havia formado opinião, reflexões, problematizações e/ou organizado em seus pensamentos percepções sobre o acesso dos homens na assistência social. “O foco” como elas enfatizaram é mais na mulher. Ou seja, enquanto joga-se luz, isto é, se dá visibilidade a um sujeito, o **outro** (os homens) fica num “apagão” retratado pela desproteção social pública. Portanto, este trabalho teve como escopo apresentar e analisar as percepções dos sujeitos desta pesquisa, através da orientação da história oral como ferramenta metodológica para essa fase.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de caráter exclusivamente qualitativo, tendo em vista que não foi planejada uma amostra quantitativa de sujeitos entrevistados. As pessoas entrevistadas para esta pesquisa totalizam o número de oito entrevistados: 02 (dois) usuários da proteção social básica, adultos do sexo masculino, titulares do benefício do Programa Bolsa Família e 06 (seis) Assistentes Sociais. Cabe ressaltar, que mesmo mediante ao prévio conhecimento de que localizar homens idosos beneficiários do PBF seria “tarefa mais fácil”, o corte geracional referente aos homens adultos, usuários dos CRAS, foi adotado desde o início desta pesquisa, já que a mesma tem como escopo conhecer questões inerentes ao exercício paterno a partir das condicionalidades<sup>7</sup> do Programa Bolsa Família. O corte geracional estabelecido pelo cronograma desta pesquisa implicou de certa forma num desafio. Pois, é necessário explicar, que os homens desempregados e sem qualquer tipo de renda a partir dos 60 anos, como ainda não possuem idade para pleitear o Benefício de Prestação Continuada (que por Lei assiste os idosos com mais de 65 anos) tornam-se elegíveis em geral nessa faixa de idade para o único benefício existente: o Programa Bolsa Família. De acordo, com informações obtidas durante observação participante na Secretaria Municipal de Assistência Social, a cidade de Niterói registra um número significativo de beneficiários do sexo masculino do Programa Bolsa

---

<sup>6</sup> É importante ressaltar, que as profissionais (de Serviço Social) entrevistadas encontram-se denominadas sob o gênero feminino, pois somente mulheres foram encontradas em campo. Nesse sentido, ratifica-se a invisibilidade dos homens na Assistência Social, mesmo quando falamos de profissionais, reafirmando assim que a Assistência Social é um lugar de mulheres.

<sup>7</sup> As condições para o recebimento do benefício do Bolsa Família estão elencadas no item “1.8 A “feminização” da pobreza e a prevalência do Programa Bolsa Família”. Sobre as condicionalidades do Programa ver (SILVA et al, 2010, p. 21).



Família residindo em Casas Repúblicas destinadas à moradia de idosos em situação de extrema pobreza e sem vínculo familiar. Por isso, nesse sentido, se os homens com mais de 60 (sessenta) anos fossem o público-alvo desta pesquisa a busca seria possivelmente “mais fácil”, conforme orientação recebida de uma profissional da Coordenadoria do Idoso. Portanto, se a faixa etária do público-alvo fosse alterada, seria alterado todo o cronograma de trabalho previsto para esta investigação que tem como foco o âmbito da proteção social básica, e logo não abarca o nível da proteção social especial destinada aos cidadãos que tiveram seus direitos violados, assim como seus vínculos familiares e comunitários rompidos (PNAS, 2004).

Desse modo, planejou-se como público-alvo desta pesquisa os usuários masculinos e beneficiários do PBF, adultos e residentes nos territórios identificados como de vulnerabilidade social, e os profissionais de Serviço Social dos equipamentos elencados abaixo. Nesse sentido, segue em anexo a este trabalho, os respectivos roteiros das entrevistas direcionadas para os sujeitos que participaram desta pesquisa.

Cabe ressaltar, que inicialmente o interesse desta pesquisa concentrou-se prioritariamente nos homens-pais que são acompanhados efetivamente pelos equipamentos, portanto, foi delimitado o público masculino e beneficiário do programa de transferência de renda direta destinado ao enfrentamento da pobreza no país, denominado Bolsa Família. Com isso, seria adequado concluir que o público-alvo desta pesquisa restringiu-se em princípio na busca pelas famílias monoparentais masculinas ou nucleares conjugais com crianças e adolescentes, que possuíssem como responsáveis cadastrais os homens. Essa delimitação metodológica implicou evidentemente na exclusão das famílias unipessoais masculinas beneficiárias do PBF neste trabalho. No entanto, o Campo de Pesquisa se impôs à vontade da pesquisadora, não permitindo excluir, mas sim chamando a atenção para a necessidade de estudos que deem visibilidade a esse público, atingido também pelo Programa Bolsa Família (situação que se repete quando nos remetemos às famílias unipessoais femininas). Isto é, durante as idas ao campo para levantamento de homens beneficiários PBF com o perfil, inicialmente delimitado (ou seja, homens-pais com parceiras ou sem, mas com filhos menores de idade sob sua responsabilidade), foi constatado o maior número de famílias unipessoais masculinas beneficiárias. Todavia, essa constatação nos indica que essas famílias possam **estar** como unipessoais, pois nada está posto como estanque, e devemos considerar as transformações que as famílias sofrem em seus ciclos de vida (VITALE, 2002). Outra consideração a se fazer, posta pelo encontro com o campo de pesquisa, também indica que os homens assim como as mulheres podem sim, dizer estar dentro do modelo de família

unipessoal, por motivos diversos, como no caso das mulheres da CODIM-NIT, citado acima. Outra possibilidade de explicação para os homens omitirem suas companheiras ou parceiras, estreitamente baseada numa perspectiva econômica associada comumente também ao caso das mulheres, aponta para o que seja apenas uma estratégia masculina para sua inserção na folha de pagamento do Programa. Durante uma entrevista realizada com um titular do benefício do Bolsa Família, o mesmo disse inicialmente que vivia maritalmente com a mãe de seu único filho, já maior de idade, que à época do cadastro (CadÚnico) estava com dezesseis anos (16), posteriormente, aparentemente preocupado e com o gravador ligado, verbalizou ser um homem sem companheira. Esses encontros demonstram como homens e mulheres lançam mão de estratégias semelhantes, e até mesmo iguais, para a inserção em programas focalizados como o Bolsa Família. O que nos mostra que existe um *sensu práctico* (BOURDIEU, 1996) que condiciona as práticas e percepções do público alvo dos programas sociais sobre os critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família que vão para além das questões de gênero, ou seja, vão para além de ser homem ou mulher. Essa situação nos remete ao viés econômico que permeia todo esse debate acerca dos homens pobres e urbanos, sem colocar de lado a discussão de gênero que no caso do desenho do Bolsa Família fica explícito pela preferência da titularidade feminina. Na realidade, o que vemos é a “preferência” se tornando em *prioridade*, dado ao nível latente de desigualdade social do nosso país.

Este estudo teve por base pesquisa bibliográfica, análise documental de fontes oficiais, entrevistas, diário de campo e observação participante nos seguintes CRAS implantados no município de Niterói/RJ: CRAS Região Oceânica, CRAS Badu e CRAS Centro<sup>8</sup>. As instituições escolhidas para campo de observação atendem bairros (ou territórios) de grande densidade populacional. Dessa forma, a escolha dessas instituições foi baseada na

---

<sup>8</sup> O Município de Niterói tem hoje sete (7) CRAS, são eles: CRAS/Badu, CRAS/Centro, CRAS Cubango, CRAS Preventório, CRAS Região Oceânica, CRAS Vila Ipiranga, CRAS Morro do Céu. Seguem endereços e áreas de abrangências dos respectivos CRAS, selecionados como campo de pesquisa: 1) CRAS Centro, localizado na Rua Evaristo da Veiga, s/nº - Abrangência: Boa Vista, Centro, São Domingos, Gragoatá, Boa Viagem, Morro do Estado, Ponto Cem Réis, São Lourenço, Bairro de Fátima, Aterrado São Lourenço, Ponta d'Areia, Morro do Arroz, Holofote, Morro do Boa Vista, Ilha da Conceição, Ingá, Morro do Palácio, Icaraí, Cotia, Morro do Cavalão, Santa Rosa, Viradouro, Martins Torres, Souza Soares, Alarico de Souza, Morro do José Vergueiro da Cruz (Vital Brasil); 2) CRAS Badu, localizado na Estrada Caetano Monteiro, nº 820 – Badu – Abrangência: Badu, Largo da Batalha, Maceió, Cantagalo, Sapê, Matapaca, Maria Paula, Vila Progresso, Ititioca, Muriqui, Paciência, Rio do Ouro, Calaboca; 3) CRAS Região Oceânica, localizado na Estrada Francisco da Cruz Nunes, nº 6666 – Piratininga – Abrangência: Várzea das Moças, Avenida Central (da área d Policlínica de Itaipu até a Padaria Versales), Engenho do Mato, Vale Feliz, Itaipu (da praia até a subestação de Itaipu), Piratininga, Santo Antonio, Boa Esperança, Bonsucesso, Jacaré, Lagoa, Cafubá, Fazendinha, Caniçal e demais comunidades do entorno.

possibilidade de favorecer a localização de usuários do sexo masculino dos serviços de proteção social básica, haja vista, o predomínio de usuárias e beneficiárias mulheres.

O Município de Niterói foi escolhido em função dos seguintes aspectos: a) por constituir-se em local onde realizei a primeira pesquisa empírica sobre o tema e obtive as primeiras inferências; b) nesta cidade também tive a oportunidade de ter a minha primeira experiência profissional no âmbito da Assistência Social Municipal; c) assim como, pelo pioneirismo na implantação e gestão plena do Sistema único de Assistência Social/SUAS na cidade.

Este trabalho vincula-se às contribuições de inspiração marxista, tão caras ao debate profissional, mas ampliadas pelos subsídios do campo da antropologia, das teorias feministas, dos estudos de gênero, da história oral e da microhistória. Nesta pesquisa utilizo o conceito de gênero, cuja noção assume gênero como culturalmente construído. Nesse sentido, também cabe ressaltar que a referência de pobreza que orienta este estudo, concebe pobreza como fenômeno complexo e multidimensional (SILVA et al, 2010). Portanto, embora, a pobreza masculina seja numericamente menor do que a histórica e reconhecida pobreza feminina, temos que conhecê-la, pois é importante saber como ela se processa na vida de homens pobres, quais são as estratégias de sobrevivência desses sujeitos, que redes sociais tecem e acessam, em quais os grupos de convívio circulam, quais são os seus espaços e necessidades. O reconhecimento e a centralidade na pobreza feminina são imprescindíveis à garantia de direitos por parte das mulheres, mas não podemos preterir os estudos sobre os homens, pois a invisibilidade da pobreza masculina anula definitivamente o caráter relacional de gênero, além de incorrer num equívoco de ascensão do debate de um tema por oposição a outro reproduzindo o clássico binarismo, e neste caso de gênero.

A coleta de material qualitativo ocorreu por meio dos depoimentos orais registrados a partir de entrevistas semi-estruturadas, com perguntas fechadas e abertas direcionadas aos sujeitos desta pesquisa. As entrevistas representam técnica de pesquisa empreendida num esforço em conhecer e compreender algumas percepções, expectativas, práticas e experiências sociais que movem os sujeitos protagonistas desta investigação.

Neste trabalho destaca-se a relevância em torno da fonte oral como tentativa de melhor conhecer os sujeitos que são alvos e trabalhadores da política social de assistência, com vistas a empreender uma análise do próprio exercício profissional inserido na perspectiva de implementação da política social de assistência social. E, que vai para além do processo de trabalho do Assistente Social, tendo em vista, que a equipe técnica dos CRAS é multidisciplinar. Nesse sentido, a metodologia de história oral adotada para trabalhar as

entrevistas, pretendeu realizar uma escuta ativa e qualitativa dos homens pobres, tendo em vista a pouca produção de estudos de gênero nessa perspectiva. Vale notar, que não é preocupação deste trabalho quantificar os estudos ou pesquisas científicas relacionados à mulheres ou homens, mas sim, apresentar questões para a garantia da igualdade de gênero no âmbito dos direitos sociais de cidadania.

## CAPÍTULO I

### CIDADANIA E GÊNERO: CONCEITOS E CONTEXTOS

#### 1.1 O conceito de cidadania

O conceito de cidadania é histórico e recebeu significados diferentes no decorrer dos séculos. Portanto, uma discussão sobre as diferentes conceituações de cidadania pressupõe saber como a sua construção se dá historicamente. A experiência de cidadania é recorrente na Historiografia, comportando um modo bem particular de ser cidadão, na Antiguidade grega, na Modernidade, e na Contemporaneidade. O conceito de cidadania implica num polêmico debate teórico em torno da sua própria definição, assim como a indagação sobre quais direitos garantiriam ou corresponderiam ao status de cidadão<sup>9</sup> (TENÓRIO, 2007).

Nos séculos XVII e XVIII as revoluções inglesa (de 1640), americana (de 1776) e francesa (de 1789)<sup>10</sup> formam os “alicerces do atual conceito de cidadania” (TENÓRIO, 2007, p. 35). O desenvolvimento da cidadania em função das revoluções não pode ser dissociado da emergência do proletariado na Inglaterra; da garantia da igualdade de direitos inaugurada nos Estados Unidos e da Declaração dos Direitos do Homem, enquanto uma contribuição francesa.

---

<sup>9</sup> Um debate que não tenho como aprofundar neste momento e nem é objetivo dessa dissertação. Assim, cf., entre outros, Tenório (2007), Domingues (2002), Bodstein (1997), Fraser (2003), Carvalho (2001) para aprofundamentos. Assim, permito-me partir para essas reflexões (que nem de longe tem a pretensão de serem conclusivas) a partir de nossa época.

<sup>10</sup> Embora, a Revolução Francesa se destaque na História pelo seu caráter predominantemente democrático e igualitário. E pela sua reconhecida importância em relação à emancipação do povo ao Regime Absolutista, ela se iniciou com a decapitação de mulheres, que lutavam pelo acesso à cidadania plena.

Cabe ressaltar, que em meados do século XVIII eclode a primeira Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, tendo como inovação o uso do motor a vapor ou máquina a vapor. Neste período, o capitalismo se consolida enquanto sistema econômico vigente, demarcando a transição do feudalismo para o capitalismo. Também inaugurava-se uma nova relação entre capital e trabalho, que reflete-se numa transformação da concepção do trabalho e da questão social. Verifica-se também nesse período, a emergência do proletariado, da condição de assalariamento, cuja generalização, tornou-se uma resposta à questão social. A partir do século XVIII a concepção sobre a questão social modifica-se. Concebida até então sob uma ótica restritiva, já que a assistência social destinava-se aos indigentes, e a repressão aos vagabundos, esta se amplia na direção de uma “tomada de consciência de uma vulnerabilidade de massa, diferente da consciência secular de uma pobreza de massa” (CASTEL, 1998, p. 219-220). Nesse tocante, o Estado passa a regular a questão do trabalho, desse modo, o direito à assistência estatal passa a dirigir-se àqueles que por ventura em função da saída do mercado de trabalho formal viessem ter sua subsistência afetada pela miséria ou pobreza, e, por conseguinte a sua capacidade laborativa, condição indispensável ao progresso da nova ordem econômica estabelecida. Ou seja, o status de trabalhador assalariado regulava o acesso à cidadania.

É na modernidade (Século XVIII) que surge o primeiro sentido histórico relacionado ao conceito de cidadania: “é o de uma cidadania enquanto igualdade humana básica e de participação na sociedade, concretizada mediante a aquisição de direitos” (TENÓRIO, 2007, p. 34). A evolução dos direitos está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da cidadania, portanto é importante reconhecer que o Direito Natural deu origem ao Direito moderno. O Direito moderno funda-se no *jusnaturalismo* e na racionalidade jurídica, vinculando-se a idéia de laicização do Estado, ou seja, o Estado dissocia-se da religião, isto é, da Igreja. Este Direito, também pressupõe como princípios a liberdade e a igualdade dos sujeitos, realizando desta forma em oposição ao Estado Feudal, no qual predominava a servidão dos trabalhadores (ou vassalagem), a transição para o Estado Moderno, sob a qual emerge uma nova concepção do que é direito. Desse modo, a liberdade civil, representada por meio de um contrato de trabalho entre *homens livres* possibilitou a ruptura com a dependência pessoal instituída pela sociedade feudal (DOMINGUES, 2002). A partir, principalmente das contribuições das revoluções americana e francesa “o ser humano passou a ser visto como portador de direitos universais” (TENÓRIO, 2007, p. 39). A eclosão das revoluções americana e francesa são marcos históricos referentes à transição do absolutismo para a soberania popular. Um dos frutos destas revoluções no século XX está representado “no artigo primeiro da Declaração

Universal dos Direitos do Homem, da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1984: Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (TENÓRIO, 2007, p. 40).

Sobre a teorização do conceito de cidadania destaca-se Theodor Marshall (DOMINGUES, 2002) que define três tipos de direitos cronologicamente vinculados à cidadania: o direito civil (direitos no campo das liberdades individuais), o direito político (direito de participar do exercício do poder político) e o direito social (direito ao mínimo de bem-estar social). A constituição do direito civil representou uma ruptura com o absolutismo durante a transição para a modernidade, já que o indivíduo comum torna-se portador de direitos. Este processo pode ser lido como negativo para o soberano, pois os súditos passam a ter a posse de direitos, que surgem tendo como objetivo controlar a tirania do Estado. Para o capitalismo a emergência do direito civil, do qual se originou a cidadania, conforme afirma Marshall, foi vantajosa para a economia e não provocou preocupações, pois garantia a liberdade dos indivíduos concorrerem no mercado de trabalho como homens livres e de estabelecerem a de fato a relação entre capital e força de trabalho.

Cabe frisar que esses direitos vinculados à cidadania por Marshall surgiram em períodos distintos. Os direitos civis no século XVIII baseados no individualismo moderno, os direitos políticos no século XIX, tendo como reflexo relevante o desenvolvimento do sindicalismo e do movimento operário, e os direitos sociais como invenção do século XX na maior parte dos países capitalistas de economias centrais, trazendo como perspectiva a igualdade de mínimos sociais, através da noção de justiça social sustentada por diferentes modelos de Estado de Bem Estar Social. Esta nova perspectiva social introduziu na agenda pública e estatal a prerrogativa de uma justiça redistributiva viabilizada por meio de políticas sociais. Contudo, é pertinente ressaltar, que existem críticas a essa concepção linear do desenvolvimento dos direitos de cidadania cunhada por Marshall, pois ela tende a desconsiderar a trajetória peculiar que cada país realizou rumo à construção da cidadania.

O processo histórico da cidadania também altera e provoca desigualdades sociais, ou seja, a igualdade de cidadania se desenvolve junto com as desigualdades de classe social. Logo podemos concluir que o exercício da cidadania depende de vários elementos, por ora citarei o exemplo, da igualdade de oportunidade, defendida por Marshall. Para além da igualdade de oportunidade, também seria indispensável “um compromisso com o bem público” e a responsabilidade coletiva em torno das demandas humanas presentes no cotidiano da reprodução social (TENÓRIO, 2007).

Atualmente, processos como a globalização, a ascensão do mercado financeiro e a crise dos direitos sociais em tempos de neoliberalismo trazem à tona novas e velhas questões

em torno da cidadania e do status de cidadão. A democracia contemporânea, em oposição à cidadania clássica baseada na nacionalidade, inova quando inclui os estrangeiros como cidadãos. A cidadania concebida num formato tradicional inviabiliza a garantia de liberdade e igualdade de todos os indivíduos. Desse modo, fica evidente que os processos históricos podem contribuir tanto para a transformação e ampliação da cidadania, tanto como para sua redução. A título de exemplo, temos o movimento de mulheres reivindicando a igualdade entre homens e mulheres, numa processualidade contínua, mesmo diante das conquistas e avanços já ocorridos. Portanto, a dinamicidade dos processos históricos e o fluxo contínuo das lutas sociais reflete uma cidadania, onde o direito assegurado não está para sempre garantido<sup>11</sup>.

A atual globalização da economia e da informação se dá por meio de uma sociedade em redes, traduzindo-se como uma exigência transnacional a necessidade de uma cidadania global, para “além das fronteiras do Estado Nacional” (TENÓRIO, 2007, p. 42), completando desta forma a substituição da cidadania tradicional e de seus clássicos princípios. A cidadania global ou cidadania mundial do século XXI pauta-se na “noção de sustentabilidade, fundada na solidariedade, na diversidade, na democracia e nos direitos humanos, em escala planetária” (TENÓRIO, 2007, p. 42). Vale notar, que nos dias de hoje, o meio ambiente é tratado como questão de cidadania, o que equivale a dizer que se tem como objetivo a combinação entre qualidade de vida e desenvolvimento (econômico) sustentável com cidadania.

## **1.2 A tradução da cidadania na experiência brasileira**

Passemos especificamente à experiência brasileira no que tange o conceito e o exercício da cidadania. Inicialmente, vale dizer que o Brasil adotou a noção moderna de cidadania ancorada na ideologia do individualismo. Não obstante, a história da cidadania brasileira tem especificidades e particularidades que devem ser consideradas numa perspectiva histórica para que possamos refletir como se traduziu esta experiência no passado e como se traduz no presente, quem são os incluídos e os excluídos do processo histórico da cidadania em nosso país.

Sobre a perspectiva histórica da cidadania e seus diferentes significados na sociedade colonial brasileira recorrerei aos estudos de Bicalho (1993). Para esta autora a discussão sobre

---

<sup>11</sup> Assim, cf., Sarti (2004), Mesquita (2005) para aprofundamentos.



a historicidade do conceito de cidadão é um dos paradigmas que movem o ensino da História, para ela, tal conceito tem um significado relacional, dependente de uma análise sobre as “identidades e vivências socioculturais plurais, como as de gênero, etnia, classe etc” (BICALHO, 1993, p. 149).

No Brasil Colônia o status de cidadão era conferido àqueles que de alguma forma participavam do governo local e, portanto, eram destinatários de “privilégios, honras e mercês do Rei de Portugal” (BICALHO, 1993, p. 139). Nesse tocante, os escravos correspondiam à categoria de não-cidadãos de uma sociedade organizada no modelo do Antigo Regime, sendo caracterizada por ser “hierarquizada, excludente e, sobretudo escravista” (BICALHO, 1993, p. 139).

A desigualdade social era profunda. O acesso a cargos municipais estava submetido a critérios hierárquicos baseados na “qualidade, condição e estado da pessoa” que iria ocupar tal função. Nesse sentido, o perfil requisitado para tais cargos, exigia que o cidadão fosse um nobre, dono de terras e de escravos, com atestado de pureza de sangue. Logo, os cargos das câmaras eram disputados pelos nobres, já que estes constituíam via de acesso aos privilégios, assim como o passaporte para a transformação em cidadão (BICALHO, 1993, p. 145), da qual a maior parte da sociedade fazia-se excluída, sem direitos de cidadania e dependente de favores.

Senhores de escravos que foram protagonistas na conquista e colonização da América Portuguesa, e que lealmente prestavam seus serviços à Coroa, recebiam honorarias e mercês. Tais privilégios demonstram a complexa multiplicidade de hierarquias nesse período, no qual predominava a idéia liberal de cidadania, apoiada no tripé: cidadão-súdito-privilegiado.

A colônia brasileira operava com base nos princípios do Antigo Regime, contudo as especificidades inerentes à colonização do nosso país fez com que muitos pressupostos importados fossem redefinidos adequando-se às particularidades do território e do povo que nele vivia.

Já no século XIX o Brasil vivenciava a experiência de construção do Império, isto é, era uma monarquia constitucional firmada através de um pacto liberal. O que significou a incorporação de antigos valores, e a ressignificação de outros, contudo a sociedade brasileira permanecia excludente, hierarquizada e escravista. Este novo contrato (conceito chave do liberalismo) distinguia-se do antigo pacto de sujeição – “afirmando-se como um pacto de união entre homens independentes, livres de qualquer sujeição ou subordinação” (BICALHO, 1993, p. 147).

Portanto, durante o Império no Brasil, a opção pela monarquia constitucional instituiu a representação através do voto, emergindo a necessidade de criação de leis. A promulgação da primeira Constituição do Império brasileiro em 1824 anunciou uma realidade política diferente, na qual todos os indivíduos deveriam se submeter à Lei Maior, inclusive o príncipe ou rei. Esta Constituição representou a ruptura com Portugal, baseando-se na noção de direitos civis e políticos que qualificava e distinguia os cidadãos em passivos e ativos. Embora, todos os homens fossem livres, alguns indivíduos possuíam direitos políticos, ou seja, podiam votar e se eleger, outros indivíduos, só tinham a posse dos direitos civis, portanto não podiam ser eleitores e nem eleitos. O resultado dessas contradições traduziu-se na exclusão da maior parte da população, sobretudo das mulheres, que protagonizaram pelo mundo várias lutas pelo sufrágio feminino, e constituíam parte do contingente que ficava à margem do exercício do voto e da representação política. A exclusão ainda é mais perversa com uma categoria não prevista pela Constituição: os não-cidadãos, constituída pelo imenso contingente de escravos, indivíduos cuja ausência de liberdade os impedia de pactuar (BICALHO, 1993, p. 148).

A Constituição de 1824 refletiu um duplo processo, o primeiro influenciado pela Revolução Francesa, materializado na ruptura com o pacto de sujeição do Antigo Regime, pautando-se em numa nova perspectiva e experiência política, firmada sob a égide do liberalismo político, cuja idéia de contrato está centrada no fato dos homens serem livres e independentes. Outra dimensão deste processo está no deslocamento da noção de cidadão, até então considerado o indivíduo residente na cidade e portador de privilégios concedidos pelo Rei, ou seja, teoricamente, os cidadãos seriam portadores de direitos, e não mais de privilégios como vimos na sociedade colonial (BICALHO, 1993, p. 148).

Uma das experiências históricas da cidadania brasileira teve na Constituição de 1824 a formalização do trânsito de “cidadão-portador de privilégios” para a noção de “cidadão-detentores de direitos civis e políticos”. Contudo, a garantia legal não foi suficiente para dissociar a idéia liberal de cidadania da existência do conhecido *cidadão-súdito-privilegiado*. Conforme, enfatiza Bicalho a explicação para a coexistência desses dois referenciais de cidadão, está vinculado ao “caráter excludente, hierarquizado e, sobretudo escravista, do Brasil Império” (BICALHO, 1993, p. 149).

Em resumo, no que tange a questão da cidadania brasileira só através da abolição da escravidão (1888) e a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, finda-se a distinção entre súdito e cidadão. Todavia, a República, embora tenha sustentado a noção de voto universal manteve legalmente, e durante os processos eleitorais a maior parte da

sociedade brasileira à margem do poder político a título de exemplo, analfabetos e mulheres (que só tiveram o direito de votar regulamentado em 1932 no Brasil).

Durante a Primeira República ou República Velha (1889-1930) o Brasil era um país ainda de vocação eminentemente agrícola, de capitalismo tardio e economia atrasada baseada no modelo primário-exportador. Nesse período, predominava o pressuposto do *laissez-faire* repressivo, ou seja, não havia qualquer tipo de regulação do trabalho, ou responsabilidade de fato diante da questão social que era encarada como verbalizou o Presidente Washington Luís na sua emblemática frase: “A questão social é questão de polícia”. Nesse período a questão social era reprimida violentamente pelo aparato do Estado. Não obstante, nesse mesmo período registram-se medidas de proteção trabalhistas e previdenciárias destinadas a segmentos ocupacionais específicos da incipiente industrialização nacional, restando a maior parte da sociedade que estava fora do mercado de trabalho a desproteção e a dependências de benesses (SANTOS, 1987). A assistência social era realizada pela caridade cristã, pelos coronéis ou pela filantropia protagonizada por cidadãos importantes da cidade, localizados nas classes abastadas (LANDIM, 1993).

### **1.3 O Sistema de Proteção Social Secundário no Brasil: um breve passeio histórico<sup>12</sup>**

No que se refere aos direitos sociais e políticos antes do marco divisor e histórico da denominada Revolução de 1930<sup>13</sup>, podemos citar realizações importantes que dizem respeito à ação regulatória do Estado em resposta aos problemas ligados ao mercado de trabalho, ao associativismo político e outras questões como: 1907 – Lei de sindicalização Urbana; 1919 – sancionada Lei de Acidentes de Trabalho; 1922 – Fundação do Partido Comunista; 1923 – criação do Conselho Nacional do Trabalho; 1923 – criação das CAPS – Caixas de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários, através da Lei do Deputado paulista Eloy Chaves; 1925 – Lei de Férias; 1927 – Código de Menores (GOMES, 1979).

Após a década de 1930 na República Nova, durante o Governo Vargas um novo cenário se constitui. Nesse momento, a economia brasileira realiza progressivamente o trânsito do modelo agroexportador para o modelo de industrialização por meio da substituição

---

<sup>12</sup> Esse item pretende apresentar e discutir ações de proteção social implementadas através de políticas sociais, sob a responsabilidade pública e estatal.

<sup>13</sup> Embora, os livros de história se refiram à Revolução de 30 como um divisor de águas no contexto brasileiro, não é consensual entre muitos autores e intelectuais, a afirmação sobre uma Revolução propriamente dita. Na verdade, alguns se referem a ela como um golpe de Estado, politicamente organizado e executado pelas oligarquias dominantes da época.

de importações. Além de uma nova perspectiva econômica, o país assume uma nova perspectiva política, ocorre uma mudança frente aos problemas sociais, o discurso liberal apoiado no *laissez-faire* repressivo perde espaço no cenário nacional. No cenário internacional ocorre a queda da Bolsa de Valores de Nova York de Wall Street em 1929, princípio da Grande Depressão Econômica do século XX. A partir, dessa conjuntura a regulação das relações entre capital e trabalho passa a ser percebida como imprescindível ao desenvolvimento econômico e social dos países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos, o trabalhador torna-se alvo de proteção social e trabalhista, caindo por terra a crença de um mercado auto-regulado (POLANYI, 1980).

O Primeiro Governo de Vargas teve três fases: 1930-1934 governo provisório / 1935-1937 governo constitucional/ 1937-1945 Estado Novo - governo ditatorial. Em 1951 Vargas foi eleito pelas urnas como Presidente do Brasil pela segunda vez e se manteve como tal até 1954, ano do seu suicídio. As suas realizações enquanto Presidente representam historicamente, avanços e conquistas no campo das políticas sociais. Mas vale salientar, que essas políticas eram dirigidas a segmentos sociais específicos da sociedade reafirmando-se desse modo, a desigualdade social e de gênero presente no país. Vargas também é lembrado pelo seu espírito nacionalista e por defender a soberania do Estado acima de tudo, e no seu segundo governo iniciou a industrialização pesada no país. Embora, não possamos esquecer que outra marca do seu governo, foram os anos de ditadura civil que instaurou no país (MELO et al, 1994).

Durante o Governo Vargas na esfera social e no mundo do trabalho acompanhamos as seguintes inovações: 1931 – nova Lei de Sindicalização; 1931 - criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; 1932 – sufrágio feminino e a instituição da Carteira de Trabalho; 1933 – criação dos IAPS – Institutos de Aposentadoria e Pensões; 1934 – IAPB – Instituto dos Bancários, IAPC – Instituto dos Comerciantes; 1936 – IAPI – Instituto dos Industriários; 1938 – IAPETEC – Instituto dos empregados em transportes e cargas, IAPE – Instituto dos Estivadores; 1938 – IPASE - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado; 1940 – Instituição do Salário Mínimo; 1941 - criação da Justiça do Trabalho; 1942 – criação da LBA, primeira grande instituição de assistência social de caráter nacional – Legião Brasileira de Assistência; 1943 – criação da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas (GOMES, 1979).

Vargas o “Pai dos Pobres” como ficou conhecido governou sob a égide do corporativismo, da meritocracia, do particularismo e do clientelismo. Resultando na exclusão de maior parte da população brasileira dos amparos da legislação social e trabalhista

implementadas à época. Os indivíduos que não estivessem ocupando alguma função no processo de industrialização nacional estavam à margem de qualquer proteção, dependentes de favores, assistidos socialmente por ventura pelos patrões, coronéis, Igrejas ou a filantropia. Prevalcia no Brasil uma cidadania fundada na estratificação ocupacional, ou seja, uma *cidadania regulada*, expressão cunhada pelo autor Wanderley Guilherme dos Santos (1974). Esta expressão se remete a forma assumida pela cidadania no Brasil pós-1930, cujo reconhecimento estava atrelado ao reconhecimento da profissão pelo Estado, o que representava um “nascimento cívico” dado por meio da regulamentação ocupacional. Esta cidadania regulada se apoiava no tripé: regulamentação ocupacional, carteira de trabalho e sindicalização. Tendo em vista, o nosso tardio e difícil processo de industrialização muitos brasileiros não eram considerados cidadãos, a ausência de uma carteira de trabalho era o suficiente para criminalizá-los e excluí-los de todos os direitos.

Mais tarde durante o governo de João Goulart foi aprovada a Lei orgânica da Previdência Social/LOPS, em 1960. João Goulart foi o primeiro a reconhecer o trabalhador rural, esteio do desenvolvimento econômico brasileiro, que consagrou a vocação agrícola do nosso país. Em 1963, Jango estende a legislação social e sindical e cria o Estatuto do Trabalhador Rural. Vale lembrar que o Presidente João Goulart foi herdeiro do trabalhismo de Vargas e ficou conhecido pelo seu caráter reformista e a sua preocupação com o social (MELO et al, 2006).

O golpe de 1964 instaurou o regime militar derrubando o governo Jango e apesar de ter significado a ausência de democracia e de direitos civis e políticos, o novo governo favoreceu a ampliação e a modernização das políticas sociais, assim como o reconhecimento legal dos trabalhadores rurais, autônomos e domésticos por parte da agenda público-estatal no que tange as políticas previdenciárias. Foi durante o governo militar que a Previdência Social foi unificada através da criação em 1966 do Instituto Nacional de Previdência Social - INPS. Outros avanços e conquistas no campo da legislação trabalhista e previdenciária, realizados sob o regime ditatorial militar são: 1967 - criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); 1970 – criação do Programa de Integração Social (PIS), três meses depois criação do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP); 1971 – criação do Fundo do Trabalhador Rural para a Previdência – FUNRURAL; 1972 – incorporação dos Trabalhadores Domésticos à Previdência Social; 1973 – incorporação dos Trabalhadores Autônomos à Previdência Social; 1974 – criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (INAMPS + INPS + LBA); 1974 – instituição da Renda Mensal Vitalícia, benefício pago pela Previdência Social à pessoa maior de 70 (setenta) anos ou inválido, que não

exercesse qualquer atividade remunerada. Não obstante, os avanços das políticas sociais foram acompanhados por iniquidades, haja vista, a privatização realizada como dinamizador da iniciativa privada e reflexo da incapacidade financeira do Estado em prestar serviços públicos, principalmente nas áreas de saúde e educação (GOMES, 1979).

O Brasil não cumpriu a “clássica” cronologia dos direitos de cidadania: primeiro direitos civis, depois políticos, e por consequência da participação política, os direitos sociais, sequencia historicamente definida por Marshall. No Brasil, no que diz respeito à conquista de um patamar de cidadania, é pertinente destacar que inicialmente ocorreu a regulamentação incipiente de alguns direitos sociais sob o jugo da censura do regime militar. A instauração desses direitos sociais se deu exclusivamente atrelada ao aspecto do trabalho formal. Depois, surgiram os direitos civis e políticos (que não foram conquistados como numa escala evolutiva, ou seja, linearmente), mas a partir, e simultaneamente com a redemocratização do país no final da década de 1980. Processo de redemocratização que teve sua maior expressão num novo marco-legal, representado pela promulgação da apelidada Constituição Cidadã de 1988. E assim, surgem novos rumos e novas expectativas, com a ampliação da cidadania. Os direitos políticos poderiam ser efetivamente ensaiados pela sociedade civil, cujo passado ditatorial a manteve maior parte do tempo à margem do poder político e de qualquer possibilidade de vocalização. O cerceamento das liberdades individuais implicou na realização de serviços públicos implementados de cima para baixo, sem interlocução entre o poder público e o povo, sobre o rígido controle social do Estado Ditatorial.

Depois dos militares, o povo brasileiro assiste a chegada de um “messias”, encarnado pela pessoa de Fernando Collor de Mello. Em 1990, Collor derrota Lula nas urnas e torna-se um dos presidentes mais jovem do nosso país. É também nesse ano, que Collor sanciona o Estatuto da Criança e do adolescente e a Lei Orgânica da Saúde/LOS. Em 1992, veio o clamor social pelo impeachment de Collor. As “Diretas Já” denunciavam o forte esquema de corrupção e o enriquecimento ilícito do até então Presidente da República que elegeu-se com um discurso exatamente contra a corrupção, encarnada no que chamou de “os marajás do Brasi”. Após o impeachment de Collor o vice-presidente Itamar Franco assume a presidência do Brasil e em 1993 sanciona a Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS (COLETÂNEA DE LEIS E RESOLUÇÕES, 2005).

Em 1994 é eleito o Presidente Fernando Henrique Cardoso (Governo FHC 1995-2003). O governo de FHC denominado neoliberal contribuiu para a desregulamentação dos direitos sociais, através de reformas e ajustes estruturais prescritos por organismos multilaterais como o FMI e o Banco Mundial. FHC deu ênfase à estabilidade monetária,

intensificou a privatização das estatais a preço de bananas, diminuiu os gastos públicos, realizou a abertura econômica para atrair investimentos estrangeiros e exerceu um rígido controle sobre os aumentos salariais.

Luis Inácio Lula da Silva ex-líder sindicalista dos metalúrgicos e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores/PT chega em 2003 à Presidência da República numa eleição histórica e torna-se sucessor de Fernando Henrique Cardoso. Durante o seu Governo Lula encampou a luta contra a fome por meio da estratégia intitulada “Fome Zero”, e implementou em 2003 o Programa de Transferência de Renda Direta Bolsa Família em âmbito nacional – política redistributiva destinada às famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza. Ainda nesse mesmo ano, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres<sup>14</sup>, o que significou e significa um grande avanço rumo à garantia dos direitos das mulheres no Brasil. Também em 2003, em Niterói/RJ foi instituída no dia 08 de março a Coordenação dos Direitos das Mulheres/CODIM/NIT.

De fato, no mandato de Lula verificou-se um maior grau de institucionalização da Política Pública de Assistência Social no Brasil (MUNIZ, 2011). Em 2004 é aprovada a Política Nacional de Assistência Social/PNAS, posteriormente em 2005, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social/NOB/SUAS/2005. E apesar das críticas, dirigidas ao caráter imediatista e “focalizado”<sup>15</sup> do Programa Bolsa Família, não se pode negar o seu impacto e significado para muitas famílias como única fonte de renda para subsistir (SILVA et al, 2010).

O Governo Lula também merece destaque por ter sido palco do enfrentamento à violência doméstica e familiar, perpetrada impunemente, por séculos, contra as mulheres. E

---

<sup>14</sup>Também é necessário relembrar a importância do protagonismo das lutas sociais durante os de 1980. Em particular, a luta das mulheres em busca pela ampliação da cidadania. Não cabe nessa dissertação e neste capítulo que já está longo a discussão sobre a trajetória dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil e o modo como estes impactaram na construção da cidadania das mulheres e na consecução de direitos em várias áreas como saúde, trabalho, violência. Não discutir essa questão aqui não quer significar seu desconhecimento, mas apenas o reconhecimento que é um tema que mereceria uma discussão mais aprofundada. A título de exemplo, em relação às conquistas das mulheres no campo dos direitos houve a criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/CEDIM em 1997. A CEDIM é um órgão do Governo do Estado e tem vinculação com a Secretaria de Justiça e Direitos do cidadão. Tem por objetivo a promoção da cidadania feminina, assim como a defesa por “igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres” (Folder informativo da CEDIM). A sua criação ensejou a criação de muitos outros Centros de Atendimento às mulheres, como é o Centro Integrado de Atendimento à Mulher/CIAM, e até mesmo a própria CODIM-NIT, por diversas vezes citada aqui. Cf. neste sentido, o interessante texto de Raquel Soihet (2012).

<sup>15</sup> Para alguns pesquisadores, como KERSTENETZKY (2005) as políticas focalizadas e universais, não são excludentes e podem ser combinadas. Em oposição, PEREIRA, considera as políticas focalizadas como sendo de caráter residual. O debate no Brasil, sobre os estilos de políticas sociais não é consensual (SILVA et al, 2010). Nesse sentido, não consiste em objetivo deste trabalho emitir julgamento sobre o mérito dos estilos de políticas sociais, mas interessar-se por reconhecer que essa é uma das polarizações que também permeia o contexto deste estudo.

como iniciativa, o Governo Federal criou o Pacto Nacional de enfrentamento à violência contra a mulher (PACTO), e sancionou a Lei nº 11.340 de 7-08-2006, denominada e conhecida como Lei Maria da Penha. Hoje, a Lei Maria da Penha, é um dos instrumentos legais que representa o compromisso do Estado em coibir e prevenir a violação dos direitos das mulheres dentro do país. Esta Lei funciona, como símbolo da luta das mulheres, em especial, a mulher que deu o nome a ela, a farmacêutica Maria da Penha. Assim como, um marco de ruptura com paradigmas naturalizados, e reforça (por meio da rede de atendimento à mulher em situação de violência), que em briga de marido e mulher, o Estado deve, e mete a colher.

A análise sobre o caráter do exercício da cidadania no Brasil a partir de estudos realizados no século XX nos indica que no século XXI vivenciamos a continuidade de sentido civilizador baseado no personalismo e clientelismo.

Roberto Da Matta nos informa que a percepção de cidadão é vivenciada em sociedade e pressupõe uma dimensão sociológica da cidadania, tendo em vista que cidadania é algo que se aprende, ou seja, um papel social vivido dentro da sociedade (1997, p. 57). No Brasil, de acordo com o autor há uma tendência do uso da palavra cidadão no sentido negativo, em certas situações sociais, servindo para indicar uma posição de inferioridade ou desvantagem do indivíduo denominado cidadão. O exemplo usado por Da Matta é o comício político, no qual o indivíduo que se intitular cidadão em alto e bom tom corre o risco de sofrer repressão policial. Hoje, no século XXI ainda observamos a continuidade de padrões sociais incoerentes com a noção de cidadania preconizada, a título de mais um exemplo, a desprezível e conhecida expressão “você sabe com quem está falando”, a famosa “carteirada” que em geral é pronunciada pelo indivíduo que transgrediu alguma regra destinada a todos, mas em função de sua posição social, ou de algum relacionamento pessoal quer justificar porque merece o indulto ou privilégio.

O conceito de cidadania implica como vimos acima, a idéia fundamental de indivíduo, ou seja, contém a noção de individualismo. Da Matta nos chama a atenção para o fato desta noção ser tomada comumente como natural e endógena aos indivíduos. Nesses termos, o Brasil retoricamente dá ênfase à noção de cidadania moderna universalista, regras que valem para todos, apoiada sob a noção liberal de universalidade, na mesma mão também encontramos éticas diferentes que obstaculizam a materialização do significado político universalista inerente à noção de cidadania na experiência brasileira.

No Brasil da atualidade o ritual de reconhecimento se dá às avessas, haja vista seu fundamento hierárquico e dependente das relações pessoais e sociais travadas pelo indivíduo,



que funcionam como uma grande rede. Este reconhecimento, que mais exclui do que inclui, de acordo com Da Matta não é o reconhecimento do status do cidadão, portador de direitos civis, políticos e sociais, mas um reconhecimento baseado na pessoalidade. Desta forma, resta uma lição sobre cidadania brasileira, sobretudo acerca do direito ao direito, diria que é uma lição nada agradável e que também soa familiar ao passado revisitado da colônia, do Império, e da República brasileira, e absolutamente excludente, que infere que será: “o pior caminho, o da universalidade e da impessoalidade” (DA MATTA, 1997, p. 60).

Para Da Matta o reconhecimento “às avessas” no Brasil se explica também através dos espaços e identidades relacionais constituídas, como a casa e a rua, duas faces da mesma moeda conforme afirma o autor, espaços onde se engendram relações desiguais, submetidos ao paradigma da universalidade, referencial que obscurece quanto complexo é o exercício da cidadania brasileira em meio tantas contradições peculiares ao Território e à História do Brasil. Esses espaços, como a casa e a rua, historicamente representam a cena, onde homens e mulheres vivenciam diferentes cotidianos de gênero. A casa, como o local da reprodução social e extensão do corpo das mulheres, e a rua, o espaço público, da produção, que em oposição ao privado, é reservado exclusivamente aos homens, e ainda hoje, permanece como território, hegemonicamente, masculino.

Como já mencionado anteriormente, a cidadania não é algo inerente ao ser humano, natural e presente nele, na verdade ser cidadão implica o desempenho de um papel social, nas palavras do autor: “algo socialmente institucionalizado e moralmente construído” (DA MATTA, 1997, p. 46). Dito isto, o que é construído poder modificado e como sugere Roberto Da Matta: “é preciso aprender a ser isso que se chama de ‘cidadão’ e de ‘indivíduo’” (1997, p. 48).

A Constituição brasileira de 1988 instituiu como grandes inovações: os princípios universalistas dos direitos sociais, a participação popular através do controle social e a descentralização político-administrativa. Muitos direitos sociais, a partir de amplas movimentações e reivindicações sociais também foram conquistados após a Constituição de 1988, como o ECA (1990), a LOAS (1993), o Estatuto do Idoso (2003), a PNAS (2004) a Lei Maria da Penha (2006) que tipifica os tipos de violência doméstica e familiar contra as mulheres. Contudo, a globalização econômica como pressuposto da atual fase de expansão do capitalismo financeiro atinge perversamente países de economias em desenvolvimento, o que é o caso do Brasil e, por conseguinte dos sistemas protecionistas. Os resultados perversos da economia global preconizados pela flexível acumulação capitalista são: desemprego estrutural, desregulamentação, flexibilização e precarização das relações de trabalho, dos

direitos sociais, aumento da pobreza e do trabalho informal. O Estado brasileiro avança, mas ainda não se desapegou de velhos costumes, que tradicionalmente se apresenta sobre novas roupagens.

A tradução efetiva da cidadania na experiência brasileira exige a responsabilidade do Estado, da Sociedade, da classe política dirigente deste país e em minha opinião, particularmente do aprofundamento da democracia participativa<sup>16</sup>. A efetivação da cidadania exige uma mudança estrutural na cultura política brasileira tão arraigada em condutas antiéticas e clientelistas reproduzidas pelos partidos políticos. De acordo com Kerstenetzky, (2003) a garantia dos direitos de cidadania e da efetiva participação popular depende da inclusão, do reconhecimento da cidadania e da referência de justiça social que orientam as políticas sociais.

No Brasil, ainda hoje, a experiência da cidadania é impregnada pela exclusão da maior parte da sociedade, em várias esferas da vida pública, a participação política é pouco exercitada, o que me remete à sugestão de Da Matta (1997) de que cidadania se aprende, portanto o papel de cidadão se aperfeiçoa, logo um papel social que é construído pode ser modificado ou reconstruído rumo ao horizonte da universalidade dos direitos sociais de cidadania.

Nesse tocante, com base no enfoque construtivista dos estudos de gênero é imprescindível identificar que na sociedade brasileira se impõem experiências de cidadania distintas, tanto para as mulheres como para os homens. Distintas no sentido de refletirem o estágio gritante da desigualdade social no país. A estratificação do status de cidadão brasileiro é reconhecida em função do *espaço social* que o sujeito ocupa, dos tipos de *capital* que ele venha a possuir *econômico, cultural e social*, conforme indica os estudos de Bourdieu (1996), perpassando por dimensões que dizem respeito à raça/etnia, gênero e faixa etária. Em certa medida, os estudos do autor francês Bourdieu nos remetem ao que Da Matta (1997), antropólogo brasileiro, recorrentemente critica: a difícil tarefa de romper com os privilégios e a *pessoalidade* que marcam as relações sociais e de poder num país com o nosso histórico. Portanto, cabe ressaltar que no Brasil do passado e o de hoje, ainda reproduz-se o clássico modelo de cidadania masculina bem sucedida sustentada pelo paradigma do homem ocidental, branco, rico e jovem, isto é, a imagem dos *grandes homens* (WELZER-LANG,

---

<sup>16</sup> Para alguns autores a democracia participativa (ou deliberativa) pressupõe a participação da sociedade civil sobre o destino comum, essa forma de democracia se opõe ao modelo de democracia representativa. A democracia representativa, aquela na qual os eleitores votam para eleger alguém para os representar, tenderia atender aos interesses dos grupos presentes no “jogo político”, excluindo-se a maioria dos cidadãos (TENÓRIO, 2007).

2001) permanece incólume ao tempo. Todavia, os *pequenos homens* (WELZER-LANG, 2001), fora da fôrma (rico, poderoso e branco) existem. Assim como as mulheres pobres, que ao assumirem, a título de exemplo a *maternidade transferida* por suas patroas, mulheres ricas, brancas, poderosas, intelectual e politicamente bem sucedidas (COSTA, 2002), vivenciam no seu cotidiano de cidadãs experiências que denunciam a violação dos seus direitos sociais de cidadania.

Nesse sentido, é relevante para este trabalho pensar os direitos do sujeito masculino no campo da assistência social, haja vista, que este é um campo reconhecido das desigualdades sociais, pois institui hierarquias sociais que acabam por determinar o não acesso à cidadania de várias parcelas da sociedade civil que dela necessita.

Aponto para a necessidade de ampliação e aprofundamento do debate acerca da criação de mecanismos que representem possibilidades concretas frente à reversão da histórica e baixa representatividade dos usuários da política pública de assistência social. Nesse sentido, uma das condições imprescindíveis à garantia de igualdade no campo dos direitos socioassistenciais sem dúvida é a efetivação da participação social e política dos usuários, permitindo assim a expressão de seus interesses e preferências, rompendo de fato com a lógica de uma cultura assistencialista que ainda hoje “transmuta direito em benesses” (SPOSATI, 1989, p. 20). Em suma, é indiscutível a compreensão de que essa “transmutação” na realidade brasileira obstaculiza quase que de forma intransponível a possibilidade de vocalização dos interesses dos “assistidos precariamente” pela política pública de assistência social (SPOSATI, 1989).

#### **1.4 Gênero como categoria de análise**

A categoria *mulheres* constitui-se como foco de diversas análises, produções teóricas e pesquisas sociais de natureza feministas, econômica, sociológica, antropológica e outras. Pesquisas que se ocuparam e ainda, se ocupam em descrever e entender as condições de vida e as formas de desigualdades sociais, de gênero e políticas, que historicamente as mulheres vivenciam.

O feminino e as mulheres foram examinados e analisados largamente pelos estudos com enfoque em gênero, contudo, ainda hoje, poucos estudos aprofundam as subjetividades masculinas, por exemplo. Poucos trabalhos estabelecem uma abordagem teórica que não fuja quase que da regra de associar o conceito de gênero como sinônimo do feminino, contribuindo para a invisibilidade de diversas questões e reforçando de certa forma, o

binarismo masculino/feminino no campo acadêmico. Nesse caminho, não se pode perder de vista que trabalhar analiticamente com o conceito de gênero como propõe Butler (2003), pressupõe uma perspectiva relacional.

A feminização da Política de Assistência Social e do Serviço Social, profissão historicamente vinculada a este campo, comumente invisibilizou os homens e o masculino nesses espaços, constituindo-se particularmente num dos limites à democratização do acesso aos serviços socioassistenciais.

A pobreza é um fenômeno social complexo e heterogêneo, contudo nos desenhos dos programas sociais e das Políticas Sociais uma das principais unidades de medida da pobreza é a sua feminilização. A inexistência de uma abordagem relacional torna invisível a vulnerabilidade social masculina presente neste processo, comumente baseada numa oposição entre masculino e feminino, que reproduz a clássica oposição binária entre os sexos, aprofundando a divisão sexual entre mulheres e homens. Nesse sentido, é correto afirmar que uma das continuidades presente nas representações sociais da pobreza é sua “naturalização e estigmatização”, conforme assinala Escorel (1999, p. 38).

Para essa discussão fiz levantamento bibliográfico abordando as temáticas sobre gênero, pobreza, famílias e política social. Inicialmente, problematizo a influência da teoria e do movimento feministas sobre a exacerbação do binarismo de gênero e apresento, em seguida algumas questões presentes na implementação da Política de Assistência Social Pública, tal como no desenho do Programa Bolsa Família a partir dos seguintes eixos de análise e discussão: gênero, assistência social e pobreza.

Assim, este trabalho parte das contribuições do conceito de gênero, cuja noção assume gênero como histórica e culturalmente construído. Nesse sentido, a discussão que orienta meus estudos está ligada ao debate teórico em torno do movimento feminista, em especial no Brasil e o uso do conceito de gênero, categoria analítica que surge como reação e questionamento ao controle naturalizado exercido pelo patriarcado sobre as mulheres (PISCITELLI, 2004).

O conceito de gênero passa a ser amplamente utilizado entre teóricos e militantes feministas no final da década de 1970 tendo como foco central a diferença sexual. Sua disseminação se deu por meio dos movimentos feministas, em princípio nos EUA, recebendo influência também dos movimentos de mulheres. Esses movimentos preocupavam-se com as desigualdades sociais presentes nas relações de poder entre os sexos o que favoreceu a construção do conceito de gênero pela Teoria Feminista. Gênero (*gender*) é uma categoria teórica e analítica, cuja contribuição possibilitou apontar que diferenças assentadas no sexo

são social e culturalmente construídas, embora sejam tidas como naturais. Gênero também é uma categoria de análise histórica que tem interseção com eixos como classe, raça/etnia, imprescindível aos estudos sobre as relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens, e tradicionalmente inscritas sob o signo do essencialismo (FACINA et al, 2004, p. 2).

A partir de eixos como gênero, classe e raça/etnia podemos refletir analiticamente sobre a organização das assimetrias entre os sexos com base no pressuposto de o que é construído pode ser modificado. A preocupação em desnaturalizar a subordinação das mulheres e a hegemonia masculina, construídas a partir de uma anatomia sexual esteve presente na Europa e nos Estados Unidos, não sendo diferente no Brasil.

Cabe notar, que equivocadamente, às vezes se remetem ao feminismo como uma experiência singular que caracterizaria todas as práticas políticas e sociais das mulheres em todos os lugares do mundo, porém essas trajetórias são marcadas por heterogeneidades de ordem social, cultural, política e histórica, cuja noção de gênero permite compreender que existem feminismos e não somente um feminismo.

Sarti (2004) no seu trabalho sobre a trajetória do feminismo no Brasil aponta para as especificidades das experiências sociais e políticas das mulheres, principalmente entre as pobres e ricas. A autora sinaliza que a trajetória dos feminismos no Brasil se dá de forma diferenciada na vida das mulheres. E, portanto, necessita ser percebida a partir de uma contextualização de tempos e espaços específicos, permitindo assim relativizar e historicizar as experiências, pois elas são recortadas, conforme dito acima, por dimensões como classe social e raça/etnia.

Em seu trabalho Sarti (2004) demonstra como o feminismo brasileiro pós anos 60, tem sua trajetória inicialmente atrelada a oposição à ditadura militar que recebeu forte influência das teorias marxistas, repercutindo na construção de um movimento social de esquerda de caráter radical: o movimento de mulheres. Sarti (2004) destaca a trajetória do feminismo brasileiro enquanto experiência histórica e plural que comporta limites e potencialidades. Desse modo a autora aponta para o legado da experiência feminista brasileira inscrita sob um momento histórico e político particular do país apontando as implicações dessa atuação política protagonizada por mulheres em resistência à ditadura por meio da militância política e da luta armada (SARTI, 2004, P. 37).

Foi em 1975, com a declaração do Ano Internacional da Mulher pela ONU, que o movimento feminista brasileiro ganhou visibilidade retirando da clandestinidade a atuação política e pública de diversos grupos de mulheres, assim como as suas pautas de

reivindicações. O feminismo brasileiro surge entre as mulheres de classe média e segue expandindo-se para classes em situação de pobreza, como as organizações de bairro o que o caracteriza como um movimento interclassista. Nesse período, segundo Sarti (2004, p. 39) fora selada uma aliança entre a Igreja Católica, os movimentos de mulheres e demais grupos de esquerdas com o objetivo de ir contra o regime ditatorial estabelecido pelo militares brasileiros.

A transição dessas mulheres do espaço doméstico para o público possibilitou ser audível as demandas sociais mais latentes de certos segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social e deu visibilidade para um sujeito político até então desconhecido nessa arena: as mulheres (SARTI, 2004, p. 40). Dessa forma, as mulheres brasileiras inseriram na agenda do Estado reivindicações por políticas públicas.

É na década de 1980, durante o processo de abertura política que o movimento feminista brasileiro se consolida. Desse período em diante as feministas do nosso país puderam vocalizar questões específicas de gênero relacionadas a temas como aborto, planejamento familiar e sexualidade sempre restritas ao espaço privado (SARTI, 2004, p. 39). Sobre este último tema, a sexualidade, é por meio dele durante os anos 1990 que fica evidente as diferenças sociais e culturais tão específicas entre mulheres pobres e ricas, e principalmente entre o discurso do feminismo brasileiro e o dos *feminismos informais*<sup>17</sup>. Tais especificidades demonstraram na prática os limites de um viés universalista pelo movimento feminista:

Pesquisas etnográficas sobre os pobres urbanos, desenvolvidas nos anos 1980, momento de efervescência do movimento feminista no Brasil, demonstraram que, para as mulheres pobres, a questão ontológica do ser mulher se fundava no valor da família e da localidade e a sexualidade inexistia como uma realidade autônoma, com significação em si. Evidenciava-se o descompasso entre seu discurso e aquele do feminismo que se instituía no Brasil, o que aponta para a relevância social e política de pensar os limites do feminismo em sua perspectiva universalista. (SARTI, 2004, p. 44)

Outra autora presente no debate sobre a noção de universalidade no feminismo é Judith Butler. Em um de seus trabalhos intitulado “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade” (2003) realiza um recorte teórico sobre gênero, sexo e desejo e propõe formas de trabalhar analiticamente com gênero a partir de reformulações desse próprio conceito. Ela indica as dificuldades de uma perspectiva universalista para se trabalhar a

<sup>17</sup> Suely Gomes Costa denomina de feminismo informal as ações de mulheres que convergem para a garantia e defesa de direitos sociais, emancipação e autonomia feminina, desatreladas e/ou não necessariamente vinculadas, à ideologia feminista (2002, p. 303).

representação e mobilização das mulheres a partir da tese baseada em que todas são iguais, que possuem identidades semelhantes, que, portanto as aproximam de reivindicações comuns. Os limites dessa perspectiva foram brevemente descritos acima, especificamente no caso brasileiro através das contribuições de Sarti (2004).

Judith Butler (2003), no trabalho citado acima aborda a tendência de homogeneidade nas práticas políticas de correntes feministas tidas como radicais ao tentarem estabelecer um consenso em torno da existência de uma identidade comum e unificadora entre as mulheres. Supõe-se que tal identidade, compartilhada por todas as mulheres seria capaz de permitir uma representação política bem sucedida da categoria *mulher*.

A partir desse debate Butler (2003) enfatiza as dificuldades de se trabalhar a representação e mobilização das mulheres com base na crença de que todas as mulheres são iguais e, portanto possuem demandas comuns. É neste momento que a autora nos fornece uma grande contribuição. Ela argumenta que esse tipo de trajetória percorrida pelo feminismo rumo à construção de um *status* universal para o patriarcado, com o objetivo de ratificar a sua “aparência de representatividade das reivindicações” (baseada numa visão universalizante) e associada ao pressuposto de que todas as mulheres são oprimidas tem importantes implicações. De acordo com Butler (2003) pensar como singular a experiência da subjugação das mulheres e como universal a noção de patriarcado, não nos permite perceber as especificidades inscritas nos diversos contextos culturais em que estão as mulheres. Butler (2003) enfatiza as restrições postas por esse discurso representacional que busca a unidade do sujeito do feminismo. De acordo com a autora, tais restrições se traduzem na exclusão de mulheres que não se percebem nesse modelo estável e permanente de identidade construída pela política feminista. Para ela, essa perspectiva de construção de uma identidade *una* é um paradoxo, pois se realiza através de pressupostos coercitivos e reguladores, porém tem como pano de fundo a preconização dos ideais de emancipação.

Judith Butler (2003) problematiza a premissa atrelada à distinção entre sexo e gênero presente no interior do fundacionismo da política feminista, desde o seu surgimento, resistindo até hoje. De acordo com Butler (2003) a distinção entre sexo/gênero a partir do pressuposto de que sexo é natural e gênero é construído reproduz um imperativo cultural, portanto para a autora, o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza. Nesse sentido, a construção cultural do gênero sob esse viés indicaria um certo determinismo, que antes víamos na biologia. Agora a predestinação cultural marcaria os debates sobre o uso explicativo da noção de gênero.

O sexo torna-se nesses termos uma categoria sem autonomia que existe na perspectiva cultural designada pelo gênero, expresso pelo o que Butler denomina de *compulsão cultural* e que ela exemplifica através da famosa assertiva de Simone de Beauvoir: “a gente não nasce mulher, torna-se mulher”. O sexo ficaria subordinado à cultura que lhe “rege”. Para a autora, a concepção de sexo como não-construído acaba por realizar a lógica binária do sexo. Portanto, o corpo sob essa orientação assume passividade total, ele será o instrumento, o *lócus*, estritamente fixo que receberá significados culturais. Para Butler para compreendermos analiticamente o gênero é imprescindível que se entenda o corpo como construção e o sexo não como algo natural, mas como discursivo e cultural como é o gênero (2003, p. 25).

Butler (2003) também se propõe a desnaturalizar o vínculo gênero e desejo. Para ela, a associação automática entre esse par deve ser problematizada pela teoria feminista, pois tende a partir da noção de heterossexualidade, compulsória e naturalizada, na qual define que gênero está para o desejo, e vice-versa. A autora percorre todo esse caminho para demonstrar como a idéia de um sujeito *uno* representado pela categoria mulher no feminismo é equivocada. A representação política a partir de uma identidade fixa de sujeito, permanente e estável a ser representado pelo feminismo não é o ideal, pois obscurece a pluralidade das identidades vinculadas à categoria *mulheres*. A autora ainda, avalia que a evocação da unidade da categoria mulheres sob bases coercitivas e reguladoras de gênero implica no não reconhecimento da multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das próprias “mulheres” (2003, p. 34-35).

Butler (2003) nos chama a atenção para a constituição discursiva de múltiplas identidades de gênero. Butler (2003) também ressalta a inviabilidade da construção de uma unidade de gênero que certas correntes da teoria feminista almejam e defendem. Para esta autora a *identidade é performativamente constituída* através de expressões que são tomadas como seus resultados, porém a idéia de identidade deve ser compreendida num contexto relacional e contextual, pois o gênero tem interseções com eixos estruturantes das relações de poder como classe social e raça/etnia.

Sob a perspectiva de gênero conseguimos visualizar e contextualizar historicamente a forte marca de gênero presente no campo da Assistência Social brasileira, assim como a atuação de mulheres e homens na sociedade. A feminização desse campo se dá em princípio pela feminização do Serviço Social, enquanto categoria profissional que atua, desde os seus primórdios até os dias atuais em espaços sócio-ocupacionais dessa natureza, e pela continuidade histórica da feminização do público-alvo desta política social.



De acordo, com Yannoulas (2011) a categoria de feminização baseia-se na compreensão do aumento quantitativo de mulheres em diferentes espaços e profissões a partir de uma dimensão qualitativa dos processos de mudanças em marcha.

No Brasil a primeira instituição de caráter nacional no campo da assistência social foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942 durante o governo ditatorial e civil de Getúlio Vargas e teve como Presidente a primeira-dama Darcy Vargas, função que passaria a ser destinada exclusivamente às primeiras-damas da República brasileira. (IAMAMOTO et al, 2001).

De acordo com Freitas (et al, 2007) a criação da LBA implicou na assimilação da pobreza e da miséria pelo Estado brasileiro, cujo desdobramento foi a necessidade de profissionais para trabalhar na área social. E assim, em função da necessidade do Estado surge uma estreita relação entre a LBA e a cultura profissional do Serviço Social, profissão que nasce exclusivamente voltada para as mulheres.

A primeira Escola é criada em 1936, a Escola de Serviço Social de São Paulo (ESS/SP) e após quatro anos cria-se a primeira Escola Masculina da América Latina em 1940, o Instituto de Serviço Social de São Paulo (ISS/SP). Embora, a criação da primeira Escola masculina tenha um curto espaço de tempo em relação às outras instituições destinadas exclusivamente às mulheres, e até a própria existência de turmas mistas anteriores a década de 1940, a profissão ficou socialmente reconhecida como uma “profissão feminina” (BERTELLI, s/d).

De acordo com os estudos de Edilane Bertelli a primeira unidade de ensino de Serviço Social destinado aos assistentes sociais do sexo masculino tentou construir um espaço exclusivamente voltado para a formação dos homens com base numa divisão acentuada entre os cursos só para as mulheres e um curso só para homens, contudo essa dicotomia não ficou tão visível por conta da forte presença feminina.

O trabalho de Edilane Bertelli traz algumas informações interessantes como o fato de que nos primórdios das Escolas de Serviço Social a inserção de estudantes nesse curso era equilibrada entre homens e mulheres, outro dado aponta para a identificação na profissão da predominância das chefias femininas, embora a presença masculina se faça presente e igualmente em espaços de chefias. O estudo ainda aborda a baixa remuneração e o baixo prestígio social da profissão que algumas vezes foi responsável pelo abandono dos homens do Serviço Social, que em geral buscavam profissões mais “reconhecidas socialmente e rentáveis economicamente” ([ ], p. 6).

Ainda sobre a LBA, ela tinha como objetivos básicos: “4. trabalhar em favor do progresso do serviço social no Brasil” (IAMAMOTO et al, 2001, p. 250). E assim, começam a surgir no Brasil as primeiras Escolas de Serviço Social, sendo as pioneiras situadas nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, a própria LBA criou em 23 de agosto de 1945 a primeira Escola de Serviço Social no Município de Niterói/RJ (COSTA, 1995, p. 17).

As práticas assistenciais, a caridade e a ajuda no Brasil estão vinculadas historicamente às mulheres. A Igreja Católica influenciou significativamente o engajamento das mulheres no enfrentamento de expressões da questão social (CISNE, 2007). A Igreja ressaltou o potencial de educadoras que a sacrossanta maternidade “concede” naturalmente às mulheres. E assim, encoberta pelo caráter natural, a maternidade cumpre uma função social atrelada à crescente responsabilização feminina frente à proteção das necessidades da família.

Historicamente, os homens e mulheres, em grupos familiares e/ou comunitários realizavam práticas de proteção social que se restringiam até então ao espaço privado. Dessa forma, as famílias durante os séculos foram e são protagonistas da proteção social primária. Entretanto, é relevante destacar que nesse sentido, a proteção ofertada pela família, em geral é realizada pelas mulheres, principais provedoras de cuidados para com as crianças, os idosos e doentes, conforme destacado acima. Cabe notar, que a proteção social primária não se restringe ao âmbito dos arranjos familiares, mas pode se estender para quem está próximo territorial e/ou afetivamente, simplesmente por uma escolha baseada em *afinidades* (BAUMAN, 2004). Nesse sentido, as necessidades por proteção social passam a ser assistidas por meio das redes mais próximas de “ajuda mútua”, “de solidariedade” formadas pelas famílias e/ou, conjuntamente por grupos comunitários (GÓIS, 1994). A proteção primária é representada pela existência das redes mais próximas, ou seja, das “redes primárias de solidariedade” (CASTEL, 1998, p.52) que realizem a *proteção próxima*. Conforme indica, Castel (1998), a proteção primária, é aquela que se dá no espaço próximo do sujeito alvo de proteção, se dá entre ele a família, ele e a comunidade, isto é, ocorre na esfera da *sociabilidade primária*.

Já a proteção secundária, é representada pela ação e responsabilidade do Estado em formular e implementar políticas sociais direcionadas ao enfrentamento das questões sociais. É necessário não perder de vista, que as práticas de proteção social construídas no ambiente familiar e comunitário impactaram a construção do Sistema de Proteção Social Público, isto é, o Sistema de Proteção Social Secundário. Castel (1988) denomina o sistema de proteção social secundário como expressão da *sociabilidade secundária*, aquela onde a proteção é

realizada por meio de instituições e profissionais preparados para esse fim. De acordo com a explicação do próprio autor pode-se compreender a *sociabilidade secundária* como:

Em primeiro lugar, é uma construção de um conjunto de práticas com função protetora e integradora (e, mais tarde, preventiva). Entendo, quanto a isso, que o social-assistencial resulta de uma intervenção da sociedade sobre si mesma, diferentemente das instituições que existem em nome da tradição e do costume. A esse respeito, seria possível falar, pelo menos analogicamente, de *sociabilidade secundária*, pois se trata de sistemas relacionais deslocados em relação aos grupos de pertencimento familiar, de vizinhança, de trabalho. A partir desse desatrelamento, vão se desenvolver montagens cada vez mais complexas que dão origem a estruturas de atendimento assistencial cada vez mais sofisticadas. (CASTEL, 1998, p. 57)

A proteção social primária realizada tradicionalmente, pelas mulheres no espaço privado destinada aos membros das famílias tidos como vulneráveis, crianças, e idosos, serviu e serve para reforçar a responsabilização das mulheres em relação à reprodução social. Além disso, denuncia a ausência da proteção social secundária endossando a desresponsabilização pública em relação às demandas femininas por creches e outros serviços públicos. Sendo assim, o invisível trabalho doméstico beneficia a economia capitalista e distancia o Estado da sua responsabilidade pública (COSTA, 2002).

A proteção social brasileira presente nas famílias e para além delas em forma de caridade e filantropia, tem uma relação histórica com as mulheres, implicando em várias questões importantes, como o não reconhecimento de diversos direitos sociais das mesmas. Contudo, essas experiências femininas no campo da assistência social também anunciaram novos horizontes. Como por exemplo, a institucionalização da Assistência Social, que favoreceu a profissionalização das mulheres permitindo o seu deslocamento da esfera privada para a pública, ou seja, da casa para a rua. Viu-se nas mulheres-mães o potencial de boas educadoras, e tais atributos deveriam servir ao país, à sociedade (CISNE, 2007).

Nesse sentido, para Mirla Cisne (2007) a administração da pobreza pelas mulheres é uma realidade em continuidade, que podemos observar com o desenvolvimento dos programas de transferência de renda. De acordo com a autora os interesses capitalistas investem na responsabilização das mulheres com a reprodução social, com vistas à potencialização dos recursos dos programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, destinado às famílias em situação de pobreza. E assim, também se mantém a continuidade histórica que nega uma perspectiva de “igualdade para as mulheres” (2007, p. 6-7). Entretanto, esse processo é permeado por contradições, pois existem permanências, mas

também mudanças. Ao mesmo tempo, que se dá ênfase à responsabilização das mulheres pela família, elas conseguiram a partir de mudanças, gerir e ser responsáveis por um certo valor econômico, como é o benéfico do PBF. Por outro lado, também estão no mundo público, inseridas no mercado de trabalho, como assistentes sociais, por exemplo, contrariando mais uma vez o paradigma de que o lugar da mulher seria restrito ao espaço da casa.

### **1.5 A Centralidade da Pobreza nas Políticas Sociais**

A pobreza é um fenômeno social e complexo intimamente ligado à desigualdade social. De acordo com a História, a pobreza foi abordada de diversas formas, assim como diferentes respostas foram dadas ao seu enfrentamento e à questão social. Ou seja, ocorreram deslocamentos distintos acerca da concepção de pobreza, interpretada inicialmente, como um problema de ordem estritamente individual para ser concebida como um fenômeno coletivo e de responsabilidade pública no século XX.

Várias mudanças no cenário internacional de ordem econômica e política propiciaram que no século XX, e em específico nos países da Europa Central e os Escandinavos, a consolidação dos Estados de Bem-Estar Social. Esses modelos preconizavam a responsabilidade do Estado e orientavam-se pela noção de políticas sociais universais em detrimento de políticas focalizadas nos grupos mais pobres. Após o Segundo Pós-guerra com o esgotamento do padrão keynesiano fordista e a crise do *welfare state*, houve uma redefinição do papel do Estado de Bem-Estar Social, e conseqüentemente das políticas públicas nesses países de capitalismo avançado (UGÁ, 2004).

No Brasil é a partir dos anos 1990, sob a égide do neoliberalismo que o conceito “pobreza” assume uma centralidade específica (UGÁ, 2004). A expansão do neoliberalismo enquanto ideologia política e econômica visou empreender nos países de terceiro mundo ou em desenvolvimento, como o Brasil e outros países latino-americanos, a perspectiva de combate à pobreza através de políticas e programas sociais focalizados e compensatórios. Cabe ressaltar, que as famílias pobres ocupam centralidade nessas políticas, pois em geral, elas também são responsabilizadas pelo combate à pobreza (FREITAS, 2008).

O debate conceitual sobre a pobreza é muito polêmico, desde as diferentes abordagens: culturalistas, estruturais, liberais e aquelas que veem a pobreza como um fenômeno multidimensional e relativo, até as distintas formas de mensurá-la (SILVA, 2002). A única idéia principal, atualmente de total consenso social no Brasil é de que o lugar central da pobreza é na agenda pública.

Conforme, dito acima, o enfrentamento da pobreza passou a ter lugar central na agenda pública o que culminou na expansão no século atual dos programas de transferência de renda no Mundo. Hoje, no Brasil, os programas de transferência de renda assumem a prevalência do Sistema de Proteção Social. A crítica a esses programas baseia-se no fato, desses serem de caráter compensatório, e não de responsabilização do Estado frente às necessidades sociais básicas da sociedade (SILVA et al, 2006).

De acordo com Silva (2010) a pobreza é um fenômeno multidimensional e complexo, o que, dessa forma, inviabiliza a sua mensuração somente pelo critério de insuficiência de renda. Desse modo, a pobreza é um produto de diversas multideterminações, sendo um processo que está relacionado às necessidades de diversas naturezas impostas pela “exclusão social, cultural e política” (MELO et al, 2005, p. 12).

Sendo a pobreza, considerada por muitos pesquisadores brasileiros um fenômeno multidimensional, essa concepção contraria absolutamente, o critério de renda (per capita familiar), adotado pelos programas de transferência de renda como o Bolsa Família. Na prática, o critério de renda torna-se bastante complicado na vida das famílias que pleiteiam o benefício. Algumas famílias que vivem sob o mesmo teto, contudo, formam, contudo, unidades familiares, que não dividem as remunerações, possuindo necessidades diferentes entre si. Alguns Municípios como São Gonçalo/RJ, já realizam o CadÚnico por unidade familiar, considerando o fato de que muitas pessoas vivem sob o mesmo teto, mas não dividem entre si as suas rendas. Por outro lado, existem grupos de famílias que dividem em caráter solidário o dinheiro entre seus membros, mesmo quando estes não moram conjuntamente. As complexificações objetivas e subjetivas inerentes a essas questões apresentam um problema conceitual importante presente nos programas sociais no que tange a definição do que é família e de quem se considera família. Enfim, a ideia representada pela criação do CadÚnico, de construir um banco de dados para montar um “mapa da pobreza” e da extrema miséria no Brasil não se aproxima o suficiente da realidade social dos brasileiros.

Os programas de transferência de renda têm como foco de atenção a família, isto é, famílias pobres e extremamente pobres, comumente classificadas em situação de vulnerabilidade social ou risco social. Tal centralidade nas famílias, em particular a orientada por uma tendência “protetiva” de proteção social vem se difundindo desde o final do século passado. Contudo, de forma contraditória, pois ao passo que afirma ser a família o lócus de

proteção, faz dela a principal protagonista dos cuidados com os seus membros<sup>18</sup> (TEIXEIRA, 2009).

Sposati (2011) quando analisa o desenvolvimento dos programas de transferência de renda nos países da América Latina, infere que esses programas, refletem um processo que ela denomina de “monetarização das políticas sociais” que se dá com o principal escopo de oferecer apoio ao capital financeiro através da manutenção do poder de “consumo do trabalhador” e do “fluxo da economia”. De fato, os programas como o Bolsa Família, demonstram-se insuficientes em promover a autonomização das famílias beneficiárias (SILVA et al, 2010), mas em contrapartida com vantagens significativas para a economia local. Portanto, é pertinente e imperioso perguntar, qual é a porta de saída dessas famílias. Segundo Sposati (2011) também é necessário avaliarmos a capacidade protetiva dessas famílias sobrecarregadas, e de certa maneira culpabilizadas pela própria pobreza.

Desde a promulgação da Constituição Federal/CF de 1988, a política de assistência social ascendeu ao status de política pública, direito do cidadão e dever do Estado, em detrimento de uma cultura assistencialista baseada na caridade, filantropia e benemerência. Desde a CF/1988, também preconiza uma concepção “protetiva” em torno da família, em específico, às famílias pobres, que toma cada vez mais fôlego no âmbito da política social.

Nesse sentido, a família, que tradicionalmente foi vista como o espaço natural da proteção aos seus membros, passaria a ser concebida também como destinatária de cuidados e proteção social, concretizados em forma de políticas públicas. No campo da assistência social pública, a centralidade na família é reforçada pelo eixo estruturante do SUAS – a matricialidade sociofamiliar (TEIXEIRA, 2009). Contudo, quando Solange Teixeira (2009) analisa a inserção da família na política de assistência social, esta autora conclui que essa centralidade se faz de forma contraditória:

[...] essa centralidade na família é reafirmada numa perspectiva contraditória, em que oferece proteção e reconhece a variedade de experiências familiares, em contrapartida ao reforço das suas responsabilizações, dos tradicionais papéis da família, independente das transformações que a afetam. (p. 256)

Quando discutimos famílias e pobreza várias questões veem à tona. Outra questão relevante sobre as famílias pobres, refere-se à problemática associação entre família e mulher, esta relação automática entre famílias pobres e mulher tem centralidade, e orienta o

---

<sup>18</sup> Esquecendo que a família pode ser considerada também um dos lugares mais perigosos. A literatura acerca da violência doméstica e familiar contra mulheres e crianças (e também idosos) é farta de exemplos nesse sentido, cf. Freitas *et all* (2010).

desenvolvimento dos programas de transferência de renda no século XXI. Para Sposati (2011) esses programas sobrecarregam as mulheres, o que segundo a autora, impõe a necessidade de *desfamiliarização* de alguns cuidados destinados à família, em específico às mulheres. De fato, as famílias pobres brasileiras ainda são responsabilizadas, e não cuidadas, portanto, devemos nos perguntar sobre qual concepção protetiva da família se orientam os programas de transferência de renda condicionada como o Bolsa Família<sup>19</sup>.

### 1.6 A “feminização” da pobreza e a prevalência do Programa Bolsa Família

Em 2003 no “governo Lula<sup>20</sup>” teve início o Programa Fome Zero, principal estratégia de enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, cujo principal programa é o Bolsa Família, criado também em 2003. O Bolsa Família já foi implementado em todos os municípios brasileiros e no distrito federal desde 2006 (SILVA et al, 2006).

O Programa Bolsa Família/PBF<sup>21</sup> foi idealizado enquanto política intersetorial e surgiu com a proposta de unificação de quatro programas federais de transferência de renda criados no país (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás, Cartão Alimentação e, posteriormente o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foi integrado em 2005). O PBF é focalizado em segmentos pobres e extremamente pobres e tem sua prestação condicionada, com exigências no campo da educação, da saúde e do trabalho (SILVA et al, 2010, p. 21).

A prevalência do PBF nos CRAS<sup>22</sup> reflete a incorporação de uma noção de “feminização da pobreza”, que atualmente provoca uma representação generalizada e naturalizada do acesso de famílias monoparentais e unipessoais femininas nesses equipamentos. Para continuarmos, cabe explicar que são consideradas famílias monoparentais aquelas que vivem com um único progenitor com um ou mais filhos menores de idade. A expressão monoparentalidade surgiu na metade dos anos sessenta do século XX, importada

<sup>19</sup> Nesse debate, também é interessante, citar autoras como Rita de Cássia Santos Freitas, Cenira Duarte Braga e Nívia Valença Barros (2010), Mireya Suárez (2007) e Cássia Maria Carloto (2005) que discutem a centralidade da mulher no interior dos programas de transferência de renda a partir de uma perspectiva de gênero.

<sup>20</sup> Luís Inácio Lula da Silva foi Presidente do Brasil e elegeu-se por dois mandatos: de 2003 a 2006 e 2007 a 2010.

<sup>21</sup> O PBF foi instituído pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, transformada na Lei nº 10.836, de 09/01/2004, regulamentado pelo decreto nº 5.209, de 17/09/2004. A sua implementação ocorre de modo descentralizado por parte dos municípios, com a assinatura de termo de adesão pelo qual o município se compromete a instituir comitê ou conselho local de controle social e a indicar gestor municipal do programa. Além de um conjunto de responsabilidades partilhadas entre a união, estados, municípios e a sociedade (SILVA et al, 2010, p.38).

<sup>22</sup> CRAS é uma unidade pública estatal (de base territorial) responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica de assistência social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. (Guia de Orientação Técnica – SUAS – nº 1 – Proteção Social Básica de Assistência Social).

por sociólogas feministas dos países anglo-saxões (VITALE, 2002). A família unipessoal característica das metrópoles e dos últimos tempos (SOUZA, 1997) é formada por uma única pessoa, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE: “pessoa que mora sozinha na casa”.

A partir dos anos 2000 foram criados vários programas de transferência de renda condicionada, principalmente nos países latino-americanos, como: Argentina (Asignacion Universal per Hijo), Chile (Chile Solidário), Uruguai (Plano de Assistência Nacional a la Emergencia Social/PANES) e outros (SPOSATI, 2011). No Programa Bolsa Família, assim como em outros programas implantados anteriormente, como o Bolsa Alimentação, e o Bolsa Escola, as mulheres são consideradas, preferencialmente as representantes do benefício. Portanto, se remetendo especificamente ao Brasil, é realidade o predomínio de pessoas do sexo feminino que recebem a transferência de renda, enquanto o maior número de homens beneficiários, de acordo com pesquisas, se encontra no meio rural, na região Nordeste (SILVA et al, 2010). Dessa forma, a inserção majoritária das mulheres (principalmente, as com filhos pequenos) que pleiteiam o recebimento da transferência da renda nos CRAS é bastante expressiva. Sem dúvida, a existência histórica da pobreza feminina nos leva num primeiro momento a uma associação automática entre o predomínio das mulheres nesses espaços. No entanto, não podemos esquecer que a pobreza atinge indiferentemente mulheres e homens. Então, onde estão os homens urbanos e pobres, mesmo que em menor número?

Para Lavinas (1996) as políticas de combate à pobreza não devem ter um caráter sexuado ou de gênero para tratar de forma diferenciada homens e mulheres pobres, pois isso pode ter um resultado segregador. Segundo a autora, tanto homens e mulheres brasileiros estão em situações semelhantes quando se trata de pobreza.

[ ] em matéria de renda, de posse de carteira assinada de nível de desemprego, as mulheres não pobres desfrutam, tal como os homens não pobres, de melhores condições econômicas e trabalhistas, do que as mulheres pobres, que nestes casos, assemelham-se aos homens pobres. Isto implica considerar e implementar no Brasil, em caráter emergencial políticas de distribuição de renda que contemplem os indivíduos carentes independentemente de sexo, raça ou posição na família e políticas de emprego e apoio à atividade econômica que incorporem os grupos – sem distinção de raça, sexo ou outra – vulneráveis e desassistidos, que dispõem de menores e piores condições de competir no mercado de trabalho, e de inserir-se no mercado em geral. (LAVINAS, 1996, p. 479)

A noção de “feminização da pobreza” possui significados diferentes, porém um dos mais utilizados entende esse processo como expressão do “predomínio das mulheres entre os



pobres” (AGUILAR, 2011, p. 129). A utilização da categoria de gênero na agenda pública em âmbito global se deu associada à expansão da noção de feminização da pobreza a partir dos anos de 1990. Comumente, o método mais utilizado para associar gênero à pobreza tem como indicador as chefias femininas, constituindo-se como uma “unidade de medida”<sup>23</sup> para a feminização da pobreza (MELO et al, 2005, p. 13). Não obstante, Aguilar (2011) em seu trabalho problematiza os limites e potencialidades da focalização em famílias chefiadas por mulheres, implementada por políticas sociais, fortemente influenciadas pelo significado citado acima, como pela metodologia que associa gênero à pobreza.

Nesse sentido, os limites da crescente utilização da categoria “feminização da pobreza” como diagnóstico e estratégia de intervenção nos problemas sociais são muitos (AGUILAR, 2011). Dentre eles, destaca-se a presente generalização da noção de feminização da pobreza simultaneamente com a da categoria de gênero como sinônimo da categoria *mulher* (AGUILAR, 2011), o que obscurece o caráter relacional que deve orientar os estudos na perspectiva de gênero. Conforme fora enfatizado anteriormente, no início desta dissertação, a equivalência entre gênero e o par mulher/feminino invisibiliza o homem e o masculino, reproduzindo um binarismo hierárquico no campo das políticas sociais.

Ainda, sobre os limites do uso da noção de feminização da pobreza, Aguilar (2011) destaca que a centralidade em casas chefiadas por mulheres como as mais pobres, provoca uma representação de que a pobreza é resultado das características desses lares, no entanto de acordo com ela, deve-se considerar a natureza heterogênea e complexa dessas famílias. A autora ressalta, que outro importante aspecto é a identificação das famílias chefiadas por mulheres sob uma perspectiva estigmatizante que as representa como incompletas, enquanto as chefias masculinas seriam o ideal de família, todavia ambas as representações podem ser equivocadas (AGUILAR *apud* PEARCE, 1978).

Outra limitação da capacidade interventiva do uso da noção de “feminização da pobreza” no contexto das políticas sociais é a “feminização da responsabilidade” fenômeno que expressa a maior responsabilização das mulheres frente à pobreza (AGUILAR *apud* CHANT, 2005). A responsabilização das mulheres é recorrentemente, abordada nos estudos sobre pobreza e programas de transferência de renda condicionada. A “administração da pobreza” pelas mulheres, prevista no desenho de programas como o Bolsa Família é uma evidência altamente criticada pelos autores que pesquisam o tema. Além disso, esses programas tendem a aprofundar as desigualdades de gênero, pois por um lado, reforçam os

---

<sup>23</sup> Ver SIRINELLI (2005, p. 136, APUD BERSTEIN, Serge. Les partis. In: Remond, René (dir.). pour une histoire politique. Paris, Seuil, 1988. P. 49-85).

papéis e funções sociais que informam as mulheres como cuidadoras, e responsáveis pelo bem-estar do grupo familiar, e por outro lado, a função de provedor, também naturalizadamente, atribuída aos homens, apartados de uma perspectiva de responsabilização parental.

São inúmeros os limites postos pelo uso da noção de “feminização da pobreza” como estratégia única de intervenção das políticas sociais. Também são muitas, as fragilidades de uma perspectiva de combate à pobreza que tome por centralidade a mão-de-obra feminina para a realização da reprodução social dos segmentos mais empobrecidos. O “enfrentamento da pobreza” por meio da proteção social primária em detrimento da garantia da proteção social secundária aprofunda desigualdades num nível cada vez mais perverso. Para Silva (et al, (2010) o Bolsa Família tem o objetivo de realizar a manutenção e o controle da pobreza, com vistas à legitimação do Estado, embora também reconheça que o mesmo represente para maioria das famílias beneficiárias a única fonte fixa de renda para subsistir.

Por fim, é interessante enfatizar que trabalhar analiticamente com a categoria de gênero numa perspectiva relacional (BUTLER, 2003), torna-se indispensável para a compreensão de processos sociais complexos (como a pobreza), que comportam a dinamicidade e a natureza relacional inerente às relações sociais travadas entre mulheres e homens pobres – sujeitos igualmente de direitos de cidadania.

## **CAPÍTULO II**

### **ASSISTÊNCIA SOCIAL E GÊNERO: MULHERES E HOMENS EM PERSPECTIVA**

#### **2.1 Famílias monoparentais e unipessoais femininas na Política Pública de Assistência Social**

Durante pesquisa de campo realizada para a minha monografia no CRAS Cubango, localizado no Município de Niterói/RJ, que tinha como objetivo analisar a ausência masculina no contexto da política de assistência social, a constatação da inserção majoritariamente feminina foi explicada pela equipe técnica como sendo reflexo da expansão das famílias monoparentais femininas (BARBOSA, 2006). A existência histórica da pobreza feminina nos leva num primeiro momento a uma associação automática entre o predomínio das mulheres nesses espaços, contudo não podemos esquecer que a pobreza atinge indiferentemente mulheres e homens. Então, como já foi questionado, onde estão os homens urbanos e pobres?

A recorrente explicação vinculada à monoparentalidade feminina produz uma composição familiar estática e particular da política de assistência social, que vem se refletindo como uma realidade absoluta. Mas como se dá o processo de construção desse perfil familiar que se apresenta tão natural e presente na assistência social? Atualmente dois perfis predominantes de ser família vêm sendo veiculados como características particulares desta política: a monoparental e a unipessoal femininas.

É preciso estar atento ao fato de que algumas famílias, embora, tenham chefias femininas não devem ser confundidas com famílias monoparentais, pois não se enquadram na definição de monoparentalidade Vitale (2002) em seu artigo “Famílias monoparentais: indagações” destaca algumas implicações vinculadas à monoparentalidade e suas armadilhas, uma delas diz respeito a gênero: “Ao se vincular monoparentalidade e feminino fortalece-se a idéia de que as mulheres (e não os homens) são responsáveis pelas famílias? A monoparentalidade está se construindo como uma ‘especificidade’ do feminino?” (VITALE, 2002, p. 49-50).

Vitale (2002) ressalta que a noção de monoparentalidade vem sendo construída com uma estreita associação com sexo e pobreza. De fato, é inquestionável, o reconhecimento da existência da pobreza feminina, enquanto fenômeno histórico, que atinge profundamente os lares nos quais as mulheres são chefes de família e vivem em situação monoparental. Portanto, monoparentalidade, sexo e pobreza possuem uma perversa relação.

No entanto, a autora destaca que a associação entre famílias monoparentais femininas e pobreza favorece a construção de estigmas em torno das mulheres. Estigmas que vão de um extremo ao outro, pois quando não se dirigem à “incapacidade” feminina em cuidar das suas famílias sem a presença masculina, se referem à sua dependência. O fato é que, a associação crescente entre monoparentalidade e pobreza acentua um perfil vulnerável dessas famílias e não demonstra as suas potencialidades de autonomia (VITALE, 2002, p.51). Essa referida associação às vezes torna-se uma armadilha determinista. Conforme enfatiza Vitale (2002) as famílias monoparentais não *são* monoparentais, mas *estão* monoparentais. Estar monoparental pressupõe uma compreensão baseada na existência de um processo, de um fluxo, no qual as mulheres vivenciam períodos monoparentais efetivamente, mas nem sempre definitivamente.

Sendo assim, a conjugação de monoparentalidade, sexo e pobreza resulta também na produção de representações estigmatizantes sobre esses grupos vulneráveis. O estigma acerca da “incapacidade” feminina, confere às mulheres legitimadamente, o pronto encaminhamento para as políticas de assistência social, enquanto os homens (por que são “capazes” e de certa forma, “invulneráveis”) para as políticas de trabalho, o que evidencia a construção de sociabilidades diferenciadas, cuja distinção principal se dá através do sexo e do gênero. Isso demonstra e reforça que a construção da socialização masculina é indissociável do mundo do trabalho, enquanto a socialização feminina ocorre através do cuidado compulsório, destinado às crianças e demais membros da família e da comunidade, realizando-se de certo modo, uma complementariedade entre os sexos, baseada na divisão sexual do trabalho. Sendo assim, nem

de longe conseguimos visualizar um ponto de partida que tenha a igualdade de gênero como perspectiva em instituições e programas sociais.

É relevante observar que as políticas sociais focalizadas em populações empobrecidas são necessárias, contudo elas também acabam por discriminar o acesso de grupos vulneráveis que não estão posicionados no modelo predominante e socialmente reconhecido dos necessitados. No caso, das famílias monoparentais e unipessoais femininas o seu congelamento no tempo acarreta, por exemplo, na “invisibilidade” de parentescos e de vínculos relacionais. No campo da assistência social, essa invisibilidade fica registrada nos prontuários de instituições e no CadÚnico, nos quais as mulheres constam como únicas cuidadoras e provedoras de seus lares, processo que vem na mão da intensificação da centralidade feminina, especificamente aquela representada como solitária e abandonada, associada estritamente ao estado de pobreza monetária. Nesta direção, atualmente acompanhamos a veiculação de um perfil estático das famílias da assistência. Um perfil baseado na prerrogativa da monoparentalidade ou unipessoalidade femininas, fortemente influenciada por critérios de elegibilidade, principalmente àqueles atrelados a renda per capita familiar de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, repercutindo na invisibilidade de parentescos e vínculos constituídos em várias dimensões. Comumente, são as mulheres-mães com seus filhos, crianças e adolescentes que compõem as famílias beneficiárias do PBF, ou seja, filhos, sobrinhos, irmãos maiores de idade são deixados de fora, principalmente companheiros ou maridos, pois representam a presença mesmo que simbólica de um provedor, o mesmo ocorre também com mulheres adultas que morem com a pretensa beneficiária do programa.

Para além de tudo isso também é necessário ter em perspectiva que a monoparentalidade e a unipessoalidade familiar não representam uma condição permanente de ser família, mas que pelo contrário é marcada por processos de diferentes ordens que definem suas peculiaridades. Essas famílias possuem ciclos de vida, que pressupõem movimentos, dinamicidade, portanto não podem ser vistas como estanques de uma realidade sociofamiliar que não se transforma. Enquanto profissionais devemos estar atentos a estas especificidades dos arranjos familiares, pois a diversidade é uma importante questão presente atualmente, e se constitui como nosso objeto de trabalho.

[...] O processo de monoparentalidade supõe vivências de relações, separações, recomposições de vínculos e dos sentimentos aí envolvidos, por vezes sentimentos dolorosos. Observo, na prática profissional com frequência, assinalamentos em torno das uniões que as mulheres fazem em seus percursos de vida, como se aí houvesse, implicitamente, generalizações

com uma conotação negativa. No entanto, a monoparentalidade não é um estado fixo e, portanto, deve ser captada no seu movimento, nas relações que se constroem e se desfazem. (VITALE, 2002, p. 56)

A continuidade e descontinuidade dos relacionamentos de forma objetiva ou não, implica e impõe a necessidade de conhecermos a realidade e a subjetividade das famílias acompanhadas. Também implica um exercício profissional ético que exige distanciamento das nossas convicções pessoais e representações sociais sobre as relações sociais entre os sexos. Às vezes uma mulher ao afirmar que não tem companheiro, embora viva com um, afirme negativamente baseada na percepção de que ela tem sobre o que é um companheiro, por exemplo, poder contar com o parceiro em relação ao cuidado com ela e seus filhos, ou com a provisão da família, pode ser um dos critérios que definiria companheirismo para ela, ou não. Ou às vezes, simplesmente, pode-se tratar de uma estratégia, não assumir a existência desse homem para conseguir receber o benefício, ou seja, é necessário relativizarmos, ter abertura para ouvir o outro e buscar compreender os vários elementos presentes.

## **2.2 A construção social do masculino**

A construção social do masculino está estreitamente vinculada à oposição ao que é ser uma mulher. Ser homem é seguir a risca os “códigos de virilidade” secularmente construídos e concebidos como verdades absolutas. Os estudos sobre os homens e o masculino no Ocidente numa perspectiva de gênero se difundem através da influência teórica e militante dos movimentos feminista e gay, principalmente no âmbito da antropologia (ALMEIDA, 1995). Ambos os movimentos passaram a questionar a dominância masculina, enquanto uma “forma peculiar de violência simbólica” (BOURDIEU, 1999), passando a denunciar práticas violentas e homofóbicas contra mulheres e homossexuais (WELZER-LANG, 2004).

Falar dos homens e do masculino não é algo novo, novo é a abordagem acerca dos homens e da noção de masculinidades numa perspectiva de gênero no âmbito das Ciências Sociais (HEARN *apud* OLIVEIRA, 2004) e o mérito disso é dos movimentos feministas e gays, “em especial, da teoria feminista em antropologia e da teoria crítica levada a cabo pelo movimento *gay*” (ALMEIDA, 1995, p. 130).

A dominância masculina se baseia no heterossexismo que reforça as oposições binárias de gênero. Nesse sentido, ser homem é não ser mulher, é não ser afeminado, portanto é ser macho e heterossexual. Desse modo, tornar-se homem implica cumprir uma série de

exigências de um *script* que há muito tempo foi escrito a partir do paradigma heterossexual, cuja centralidade nas relações heterossexuais pretende transmitir um ideal hegemônico de masculinidade (WELZER-LANG, 2004, p. 120). O heterossexismo é a

[...] promoção incessante, pelas instituições e/ou pelos indivíduos, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação simultânea da homossexualidade. O heterossexismo considera um fato estabelecido que todo mundo é heterossexual, salvo opinião contrária. (WELZER-LANG, 2004, p. 120)

A socialização masculina constitui-se de “ritos de passagem” que demarcam diferenças e complementariedades entre homens e mulheres e entre homens e homens. Tornar-se homem pressupõe frequentar lugares específicos, lugares masculinos, e, sobretudo é estar na companhia de outros homens de preferência na “casa dos homens” (ALMEIDA, 1995).

O encontro com outros homens com vistas à socialização masculina, nos quais ficam em evidência momentos de homossexualidade latente é denominado por Welzer-Lang (2001) como *fase de homossociabilidade* “que podemos definir como relações sociais entre as pessoas de mesmo sexo, ou seja, as relações entre homens ou as relações entre mulheres” (2001, p. 17).

Em nossas sociedades, quando as crianças do sexo masculino deixam, de certo modo, o mundo das mulheres, quando começam a se reagrupar com outros meninos de sua idade, elas atravessam uma fase de homossociabilidade na qual emergem fortes tendências e/ou grandes pressões para viver momentos de homossexualidade. Competições de *pintos*, maratonas de punhetas (masturbação), brincar de quem *mija* (urina) o mais longe, excitações sexuais coletivas a partir de pornografia olhada em grupo, ou mesmo atualmente em frente às *strip-poker* eletrônicas, em que o jogo consiste em tirar a roupa das mulheres... Escondidos do olhar das mulheres e dos homens de outras gerações os pequenos homens se iniciam mutuamente nos jogos do erotismo. Eles utilizam para isso estratégias e perguntas (o tamanho do pênis, as capacidades sexuais) legadas pelas gerações precedentes. Eles aprendem e reproduzem os mesmos modelos sexuais, tanto pela forma de aproximação quanto pela forma de expressão do desejo. (WELZER-LANG, 2001, p. 3)

A noção de virilidade que perpassa a construção social e histórica da dominação masculina pressupõe que para ser homem de fato são indispensáveis as práticas da violência e da homofobia, esta última opera com o escopo de definir quem são os homens de verdade. Nesse sentido, quando discutimos a dimensão sexual na produção de diferenças de gênero entre homens e homens cabe salientar que práticas sexuais numa condição ativa são vistas

como heterossexuais, a homossexualidade seria concreta se o sujeito for o agente passivo. Os homens que são “passivos” são comparados às mulheres, e, portanto, ocupam o espaço simbólico dos dominados, onde os homossexuais e as mulheres se encaixam na lógica heterossexista (WELZER-LANG, 2004).

O paradigma naturalista da dominação masculina divide homens e mulheres em grupos hierárquicos, dá privilégios aos homens à custa das mulheres. E em relação aos homens tentados, por diferentes razões, de não reproduzir esta divisão (ou, o que é pior, de recusá-la para si próprios), a dominação masculina produz homofobia para que, com ameaças, os homens se calquem sobre os esquemas ditos normais da virilidade. (WELZER-LANG, 2001, p. 7)

O conceito de dominação masculina para além das desigualdades e dos sistemas de poder entre mulheres e homens fez emergir um olhar para a dominação entre homens e homens, dando visibilidade às hierarquias masculinas. Os sistemas de diferenças, baseados na natureza (ou biologia) e simbolicamente estruturados, não se dão somente entre os diferentes sexos, homens e mulheres (BOURDIEU, 1999), mas também entre homens e homens. Dentro das hierarquias masculinas existem diferenças construídas socialmente que estabelecem quem são os “pequenos homens” e os “grandes homens” (WELZER-LANG, 2001).

A construção social dos sexos, das identidades sexuais e de gênero se deu histórica e culturalmente apoiada na natureza, subsidiada pela construção social dos órgãos sexuais, como nos mostrou Bourdieu em *A Dominação Masculina* (1999). As oposições binárias entre masculino e feminino se sustentaram e se sustentam em representações inscritas em características biológicas, que se expressam principalmente por meio da linguagem. Os homens e suas genitálias são costumeiramente representados como ativos (e/ou violentos) em oposição à passividade associada à feminilidade. Outro aspecto a destacar, é a prevalência de visões do masculino de caráter unívocas, já em relação ao feminino, as mesmas tendem a ser sempre ambíguas. Desse modo, visões falocêntricas exemplificam essas construções linguísticas que orientam concepções acerca da masculinidade:

“Bruto”, “bicho”, “cobra”, “pica”, “piru”, “mala”, “faca”, “pistola”, “ferro”, “geba”, “pau”, “cacete”, “caralho”, “madeira” são alguns dos termos utilizados quando nos referimos ao pênis. Apesar desta lista não abarcar a multiplicidade de categorias que aparecem em nosso cotidiano, do seu conjunto é possível extrair uma determinada concepção de masculinidade. Notemos que esses termos, além de reproduzirem uma imagem figurativa – ou melhor fálica, na acepção mais comum da palavra – enfatizam, sobretudo, uma genitália masculina potencialmente ativa, capaz de morder, picar, ferir, bater e cortar. “Bruto” como um animal, infalível como “arma” e forte e



duro como o “pau”, o pênis é concebido como algo virtualmente agressivo e violador. (MUNIZ, 1992, p. 62-63)

A produção de diferenças entre homens e mulheres tem como função estabelecer uma lógica de oposições, como por exemplo, aos homens o espaço público, o mundo do trabalho e da política, às mulheres o espaço doméstico, pois a casa é vista como extensão do seu corpo. Sendo assim, de um lado homens provedores, do outro, mulheres cuidadoras. A divisão binária dos papéis de gênero estabeleceu uma lógica muito cara à igualdade nas relações entre os sexos, associando como lugar natural dos homens a esfera produtiva e das mulheres a esfera reprodutiva.

É importante ressaltar, que para além dos privilégios e prazeres masculinos como o poder, privilégio este, que não alcança ilimitadamente todos os homens, o processo de socialização desses sujeitos implica em sofrimentos quando se trata de vivências em comuns no campo da violência e competição, através dos esportes, por exemplo. Para participar do universo masculino é inevitável sentir o sofrimento psíquico e físico, tornar-se um *grande homem* ou buscar se adequar ao “ideal social de masculinidade” (OLIVEIRA, 2004, p. 172) impõe e refletem tensões, angústias, medos e dilemas que acompanham os meninos desde muito cedo.

Também é importante salientar que não há interesse aqui em apresentar um discurso vitimário e preocupado com uma crise da masculinidade, que eclodiria em função da perda de certos poderes e privilégios (OLIVEIRA, 2004, p. 172), até então restritos ao mundo masculino. Longe disso o objetivo é demonstrar o conflito existente e concreto entre perseguir um modelo idealizado de *masculinidade hegemônica*<sup>24</sup> e o exercício de masculinidades não hegemônicas<sup>25</sup> (CECCHETTO, 2004).

Em suma, ser um homem sob a égide de um ideal de masculinidade hegemônica é uma difícil vivência, portanto é interessante pensar nos homens que não ocupam um espaço social de prestígio e poder como é o caso dos homens pobres. Os homens pobres ou “pequenos homens” (WELZER-LANG, 2001), aqueles que inversamente aos “grandes-homens”, são destituídos de poder e privilégios, e, por conseguinte descobertos de qualquer proteção social existem e representam as *masculinidades não hegemônicas*. Embora como afirma Butler

<sup>24</sup> Expressão cunhada por Miguel Vale de Almeida em “Senhores de Si, uma interpretação antropológica da masculinidade”, 1995.

<sup>25</sup> De acordo com Fátima Cecchetto, o modelo de masculinidade hegemônica não é exercido por todos os homens, e apesar de ser tomado como um modelo ideal ele predomina sobre os demais. Ela aponta para a importância da definição das masculinidades subordinadas, pois sem ela, conforme ressalta, a definição de masculinidade hegemônica não se tornará completa (CECCHETTO, 2004, p. 67).

(2003) existe socialmente um investimento contínuo num status e visão universalizantes sobre o patriarcado e a opressão feminina. Essas perspectivas universalizantes reforçam o binarismo de gênero e deixam na invisibilidade a trajetória desses “pequenos homens”, ou seja, daqueles que não alcançaram os ideais preconizados pela masculinidade hegemônica.

### **2.3 Masculinidades e Assistência Social**

São poucas as pesquisas que tenham como objeto de estudo os homens e o masculino numa perspectiva de gênero no contexto das Políticas Sociais, mais especificamente na Assistência Social. Em contrapartida, verifica-se a expansão expressiva dos estudos sobre Políticas Sociais e mulheres a partir de análises de gênero com perspectivas distintas. Reconhecer os limites e potencialidades das produções teórico-científicas no campo dos estudos de gênero vinculadas à profissão aponta para a necessidade de compreender que o real é relacional. Algumas associações automáticas refletem equivalências equivocadas, como por exemplo, família e mulheres, gênero e mulheres ou feminino, homens e invulnerabilidade. Na tentativa de responder a pergunta que orienta esta pesquisa: “qual o lugar do homem na proteção social básica?” proponho a problematização da invisibilidade masculina no campo da política pública de assistência social.

Com base no marco conceitual de gênero e no referencial das contribuições dos estudos feministas, dos estudos sobre os homens e masculinidades, História Oral, Antropologia e Microhistória, viso discutir o lugar dos homens urbanos e pobres com recorte sobre o Programa Bolsa Família/PBF.

Defendo que para favorecer a visibilidade dos estudos sobre os homens em situação de pobreza é imprescindível compreender a partir de uma perspectiva de gênero, qual o espaço destinado aos homens, como eles ocupam ou não ocupam esses espaços no âmbito da Assistência Social. Portanto, pela sua relevância temática proponho pensar como se constrói socialmente a invisibilidade masculina na política pública de assistência social. E qual o lugar que essa invisibilidade social acaba por reservar aos homens.

Vários motivos me aproximaram dos homens e do masculino, como disse anteriormente, em princípio a própria feminização do Serviço Social, profissão tida historicamente como “feminina”. Assim como, a sua relação com o campo da Assistência Social. A feminização do Serviço Social, da Assistência Social, assim como a consequente

generalização da pobreza feminina influenciaram o meu interesse sobre os homens e o masculino (COSTA, 1995).

Posteriormente, experiências profissionais como Assistente Social no campo da proteção social básica, em específico nos Centros de Referência da Assistência Social/CRAS contribuíram para o crescimento do meu interesse por esse objeto de estudo, haja vista, a expansão histórica da pobreza feminina e o meu encontro com muitos arranjos familiares chefiados por mulheres pobres, cuja maioria em seus relatos não tecia muitos comentários sobre a presença de alguma figura masculina, na família ou próxima a ela. Durante esse período, um fato me chamou muito atenção, até por ser uma representação compartilhada por profissionais da equipe técnica: a de que os homens, com raríssimas exceções seriam sempre algozes das mulheres. Essa lógica consensualmente reproduzida também pelas usuárias reforça estereótipos de gênero, como aqueles que identificam os homens como perpetradores de violência e as mulheres vítimas deles. Cabe salientar, esse discurso de oposição aos homens é mais recorrente em momentos particulares do ciclo de vida desses sujeitos, por exemplo, diante da demanda pelo reconhecimento de paternidade e “rupturas conjugais” (SARTI, 2005, p. 29).

É interessante observar que, essas *rupturas conjugais* são associadas a uma forma perversa de abandono masculino, pelo menos, são assim transmitidas pelos depoimentos orais das mulheres em função de diversos motivos. A partir de observação informal de mulheres que pretendiam pleitear benefícios, em específico com corte de renda me levou a constatar que muitas delas compreendam a assistência social como “coisa de mulher”, um espaço com oferta de serviços para as mulheres e por isso talvez, não considerem necessário falar de um adulto do sexo masculino na sua família, em geral, só se for menor de idade. Outra situação bastante comum é a inserção em programas sociais, que tendo por principal critério de elegibilidade a renda per capita familiar, com preferência pela titularidade feminina, pode também, ser um fator que condiciona a opção das mulheres em não comunicar a presença de um homem no lar, haja vista sua situação salarial, que pode ser assalariada e formalizada. Em geral, as mulheres relatam a forte marca da desigualdade de gênero presente na divisão da renda familiar. Quando o marido ou companheiro é o único provedor da família, afirmam que possuem necessidades particulares que dificilmente são atendidas pelos cônjuges ou companheiros (BARBOSA, 2012). Essas mulheres quando precisam explicar a ausência do pai dos seus filhos, quando, por exemplo, realizam uma atualização cadastral no programa de transferência de renda, decidem retirar o nome do companheiro, ou muitas vezes nunca cogitam em colocá-lo. Esse fato descrito acima, fica evidente, e exemplificado no registro de

depoimentos orais de duas mulheres beneficiárias do Bolsa Família na cidade de Niterói, apresentado como apêndice deste trabalho.

Nesse sentido, algumas desigualdades de gênero se materializam através de um discurso baseado no *abandono masculino*, que em alguns casos é um abandono *inventado*, cuja legitimidade às vezes está associada a uma forma de “alienação parental” às avessas, veiculada na instituição como realidade, e, sobretudo verdade absoluta. Esse *abandono masculino inventado*<sup>26</sup> é compulsoriamente sustentado por falas que produzem uma imagem extremamente negativa dos homens e do masculino, pois se respaldam num discurso de total abandono afetivo e econômico por parte dos homens em relação as suas famílias, quando na verdade, às vezes não refletem a realidade, ou até podem surgir de um acordo tácito entre homens e mulheres. Portanto, é preciso estar atento para problematizar as relações sociais entre os sexos a partir de uma perspectiva de gênero. A ausência de uma perspectiva de gênero e relacional no contexto da política pública de assistência social, especialmente no que diz respeito à implementação reflete um *rumo equivocado* (BADINTER, 2005).

Um fato que também contribuiu para o investimento no referido objeto de estudo se deu com base na constatação de que entre a equipe técnica (e eu compunha esta equipe, portanto me incluo) existia um consenso em torno de uma idéia: a presença de usuários do sexo masculino era associada à possibilidade de violência. A crença na “vulnerabilidade” de um ambiente frequentado somente por mulheres e de homens como sinônimos de violência, reflete a natureza equivocada e discriminatória de representações de gênero essencializadas e naturalizadas. Sobre esse assunto, recordo-me de um episódio interessante, quando trabalhei no CRAS Badu: toda vez que algum homem se aproximava do equipamento, a equipe exclusivamente feminina, solicitava a proteção de um funcionário da Administração Regional do Sapê, Badu e Matapaca, localizada nos fundos do CRAS. Essa cena que era comum, quando os poucos homens “valentes” recorriam ao espaço físico do CRAS, ilustra como nós

---

<sup>26</sup> Inspirado no título do Documentário de Alan Minas. (Diretor) (2009). *A morte inventada: alienação parental* [Filme-vídeo]. Niterói, Caraminholas Produções. Este documentário trata da alienação parental enquanto “processo de afastamento empreendido pelo genitor” com o objetivo de “matar a imagem do outro dentro de alguém” (p. 279). Quando me refiro a uma “alienação parental às avessas” me remeto ao fato de uma prática feminina que em função de justificar uma ausência masculina inventada, acaba por desqualificar socialmente os companheiros e maridos. Cabe ressaltar, que não desejo de forma alguma associar essa prática feminina ao crime de alienação parental, mas com isso quero demonstrar que os mecanismos que provocam a invisibilidade dos homens na assistência social guardam semelhanças com esse fenômeno. Aparentemente, essa prática feminina que às vezes não retrata a realidade demonstra-se sem maiores problemas, contudo ela traz importantes implicações, pois afirma uma imagem negativa dos homens e reafirma uma autoimagem das mulheres, enquanto vítimas permanentes. Sendo assim, a imagem masculina sofre uma contínua desvalorização que engendra perspectivas de não inclusão dos homens e de estigmatização das mulheres pobres.

profissionais somos co-responsáveis pelo acesso dos usuários aos direitos e serviços assistenciais.

Tendo em vista, que atualmente a operacionalização do Programa Bolsa Família desenvolve-se no âmbito da proteção social básica, e este programa tem preferencialmente as mulheres como beneficiárias, as indagações em torno dos homens começam a aparecer. Vários motivos possibilitaram a aproximação com os estudos sobre os homens, por exemplo, a constatação do número significativo de trabalhos a partir da noção de gênero que pesquisam a situação da mulher em diferentes políticas sociais setoriais. Mesmo naquelas em que as mulheres têm menor participação – como é o caso da Política Previdenciária – elas não estão invisíveis. Assim como, a preocupação de trazer à tona a discussão sobre os direitos socioassistenciais de homens urbanos e pobres no contexto da política pública de assistência social. Por que os homens são invisíveis na Política Pública de Assistência Social? Será que a generalização da feminização da pobreza, da Assistência Social e do Serviço Social pode estar relacionada à invisibilidade dos homens no âmbito das políticas sociais públicas?

## **2.4 O lugar do homem na Assistência Social**

Poucos estudos no âmbito acadêmico tem como objeto o homem na saúde e pouquíssimos são ainda aqueles, que procuram compreender o lugar desse sujeito na assistência social pública. A aprovação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem em 2009 representa um avanço nesse sentido. Portanto, a invisibilidade do homem na saúde e a necessidade de um “olhar de gênero para as práticas em saúde” (KOHN et al, s/d, p. 1) são realidade já minimamente reconhecidas e brevemente discutidas por profissionais e pesquisadores da área. Os estudos sobre os homens na saúde revelam a ausência de um autocuidado masculino, em função da socialização vivenciada, assim como a falta de uma perspectiva de gênero que oriente a prática profissional que estimule ações de autocuidado por parte dos homens (KOHN et al, s/d).

Nesse tocante, retornando à questão inicial deste trabalho, sustento a tese de que a invisibilidade masculina é socialmente construída nos CRAS e traduz-se na reprodução de um padrão de práticas e representações social e culturalmente, reconhecidas como femininas, como indica o exemplo abaixo de uma pesquisa recentemente realizada. A referida pesquisa reforça a perspectiva de que sociabilidades masculinas na proteção social básica apresentam-

se num “território vulnerável”, na medida em que não ocorre a democratização do acesso por todos aos que dela necessitar:

Observou-se em alguns CRAS uma decoração baseada em uma ‘estética feminina’, favorecedora de atividades de maior aproximação de mulheres. Em atividade observada com grupo de idosos em Belo Horizonte (MG), apenas 0,5% era do sexo masculino. Observou-se, muitas vezes, uma semelhança do CRAS a uma casa, tanto do ponto de vista físico – lay-out dos espaços, como na recepção dos usuários ou ainda na forma como estes se apropriam do CRAS e das relações que estabelecem com os profissionais, sugerindo uma similitude entre o espaço privado e público. Assim, a construção da identidade pública do CRAS, dentre vários aspectos, poderá ser analisada em paralelo ao grau de presença e participação da mulher na assistência social. Nesse sentido, parece haver uma tendência em tornar os espaços nos quais os serviços e benefícios da assistência social são acessados, ambientes mais atrativos para mulheres, tanto no que se refere às ofertas socioassistenciais quanto ao arranjo decorativo do prédio. De certo modo, especialmente quanto às atividades desenvolvidas, grande parte dos CRAS visitados foca o trabalho no segmento feminino, tanto nas atividades socioeducativas quanto no fomento à geração de renda. (YAZBEK et al. 2010, p. 156-157)

Vários elementos contribuem para a invisibilidade masculina no âmbito da assistência social como, por exemplo, a questão da “estética feminina”, citada acima. Tal “estética feminina” dos CRAS torna inviável que esse espaço seja em alguma medida a extensão da “casa dos homens”, e tão pouco lugar onde se encontra a companhia de outros homens. Também não se pode negar que a existência de cursos artesanais voltados para uma demanda socialmente reconhecida como feminina, determinada também por um viés de gênero, não é chamariz para o público masculino. A questão dos horários femininos versus tempos masculinos limita muito a inserção dos homens em qualquer atividade nos equipamentos, assim como de mulheres trabalhadoras. Isso acaba por reforçar uma perspectiva de gênero, na medida em que as instituições e profissionais naturalmente entendem esses espaços como espaços de mulheres.

Outro fator preponderante é associação entre a feminização da pobreza e a homogeneização das famílias pobres em famílias monoparentais e unipessoais femininas. Embora, o CRAS, seja definido pelo Programa de Atenção Integral à Família/PAIF como sinônimo de “Casa da Família”, na prática, família é visualizada como sinônimo de mulher, como conclui André Muniz (2011) em seu estudo. Contraditoriamente, os homens *a priori* já se encontram excluídos dessa organização socioassistencial. Nesse sentido, cabe ressaltar, que existe uma miríade de visões sobre famílias em debate, em particular das famílias pobres. Portanto, este trabalho, embora não pretenda aprofundar essa discussão, entende as famílias a

partir da idéia de pluralidade, diversidade, “elasticidade” (SARTI, 2005, p. 25) inerente a sua condição processual e relacional de ser família.

Em estudo recente sobre a relação entre a Assistência Social e gênero (BARBOSA, 2012) no qual apresentei a análise das percepções de duas beneficiárias do Programa Bolsa Família (ambas em situação de violência doméstica e familiar): uma formalmente casada e outra há dez anos numa união estável, pude verificar a caracterização e homogeneização das famílias beneficiárias em monoparentais e unipessoais femininas baseadas num discurso de *abandono masculino inventado*.

Uma das informantes, progenitora de duas meninas menores de idade e beneficiária do Bolsa Família tentou receber o benefício por duas vezes, tendo êxito só depois de uma atualização cadastral, durante a qual deixou de ser família nuclear conjugal para se tornar monoparental feminina. A segunda informante recebe o benefício básico como família unipessoal feminina, contudo é casada no civil, mas nunca desejou incluir o marido. De acordo com ela o marido é aposentado e não divide a sua renda com ela, inclusive suspendeu o seu Plano de Saúde para provocar a separação do casal. Os respectivos companheiro e marido são provedores das famílias citadas acima e como no clássico modelo de família patriarcal eles reproduzem práticas e representações sociais que aprofundam as desigualdades de gênero.

O argumento utilizado pelas mulheres do “abandono masculino inventado” assume uma forma naturalizada. Esse argumento sustenta um discurso que desqualifica o homem comumente na dimensão da responsabilidade (econômica e afetiva). Esse discurso que não retrata uma realidade de fato em alguns casos, pode ser explicado em função de vários motivos: estratégia para inserção no PBF; violência doméstica que descarta totalmente a possibilidade de negociar os documentos necessários ao CadÚnico com o companheiro/agressor. E como é entendida a preferência de titularidade das mulheres em programas de transferência de renda como o Bolsa Família pelas próprias beneficiárias? Como estas perceberiam a inclusão dos homens nesses programas destinados às crianças e às mulheres? Contudo, infelizmente o discurso em torno de um “abandono masculino” que algumas vezes não existe (já que em algumas situações não ocorrem definitivamente as *rupturas conjugais*) vem provocando uma desqualificação social do homem urbano e pobre, que também deve ser visto como sujeito de direito não como rival de um sexo e gênero.

Em pesquisa recente André Muniz (2011) a partir de um enfoque de gênero investigou os lugares destinados aos homens na política pública de assistência social com recorte sobre o Programa de Atenção Integral à Família/PAIF. Este autor utilizou o CRAS Vila

Independência/MG como unidade empírica de análise e como resultado de pesquisa ele destacou a recorrente associação da família às mulheres, tanto no âmbito da formulação como da implementação da política, e principalmente quando se trata de programas de transferência de renda como o PBF. Esses programas de acordo com o autor veem as mulheres como boas administradoras para os recursos destinados à família e reforçam o papel da mulher enquanto mulher/mãe e cuidadora na esfera reprodutiva. Outra tendência que ele identificou entre os gestores e profissionais da política que foram entrevistados foi o entendimento de gênero como sinônimo de mulher, de acordo com as falas registradas trabalhar com gênero engloba estritamente mulher. Muniz (2011) também conclui em seus estudos que o PBF e o exercício do cuidado com crianças são vistos como assunto de mulher, naturalizando-se os papéis de gênero. Essa naturalização aponta para uma conhecida questão: a noção de cuidado é absolutamente diferente para homens e mulheres (LYRA et al, 2005).

Muniz argumenta que os movimentos feministas e de mulheres não encontraram com a política pública de assistência social como se encontraram com a área da saúde (2011, p. 111). Nesse ponto, não concordo com André Muniz, pois se as mulheres são público-alvo da política de assistência social, o são porque os movimentos feministas e de mulheres contribuíram para que elas fossem alvo preferencial das Políticas Públicas. Portanto, a maior participação das mulheres no campo da assistência social, sem dúvida é reflexo das conquistas desses movimentos, que historicamente buscam o *empoderamento* feminino, sobretudo através da garantia de direitos sociais (FREITAS, 2008).

Segundo Muniz (2011) é importante problematizar a participação majoritária das mulheres na assistência social e nos serviços socioassistenciais, programas e projetos sociais, principalmente se esta for encarada sob um ponto de vista que vê as mulheres como desprotegidas e os homens amparados pela certeza e segurança de um mercado de trabalho para se inserir. Problematizar esse aspecto é imprescindível, para refletir sobre uma antiga lógica no campo da Assistência Social, que consiste no encaminhamento das mulheres para as políticas de assistência e os homens para as políticas de emprego.

O autor também ressalta que é necessário visualizar o homem na Política Pública de Assistência Social como sujeito de direito: “direito à paternidade, ao exercício do cuidado, ao exercício do afeto, direito de ressignificar o seu lugar na família e na sociedade” (2011, p. 140). Em relação à existência de um lugar para os homens na assistência, ele conclui [ ] há sim um lugar para os homens, um lugar que os referencia a partir de uma masculinidade construída sob a ideia do homem provedor e ligado exclusivamente à esfera da produção, ainda que incapaz de exercê-la de modo integral” (2011, p. 145).



Para pensar o porquê e como os homens são invisíveis na Assistência Social, acredito ser indispensável pensar na construção social das feminilidades e masculinidades, a partir da noção de cuidado para ambos os sexos como sugere o autor Jorge Lyra em seus estudos.

A super responsabilização das mulheres com o cuidado foi uma construção histórica e social, assim como a ausência de ações de autocuidado entre os homens. Historicamente, a desvinculação dos homens do autocuidado e do cuidado com o outro está atrelado ao paradigma que concebe o homem como “naturalmente invulnerável e ativo no meio ambiente” (LYRA et al, 2005, p. 84). Deste modo, sendo a masculinidade algo que se constrói como negação do feminino, a interdição ao cuidado faz parte dessa socialização. Portanto, “o homem foi – e, na maioria das vezes, continua sendo excluído (e se exclui) das ações de cuidado” (LYRA et al, 2005 p. 87). Por fim, vale notar, que a vivência masculina é uma experiência singular e nem todas as vivências concretizam as exigências postas pelo ideal de masculinidade hegemônica (LYRA et al, 2005).

[...] O poder social dado aos homens possui então uma dupla face, pois, ainda que seja fonte de privilégios e poderes individuais, é também fonte de sofrimento, dor e alienação – a alienação de seus sentimentos, de seus afetos, de um potencial para estabelecer relacionamentos humanos de cuidado para com os filhos -, visto que essa capacidade está “naturalmente” reservada às mulheres (Lyra, 1997) (LYRA et al, 2005, p. 88).

Em suma, a invisibilidade masculina no âmbito da Assistência Social, socialmente construída indica ser o reflexo de práticas e representações sociais, tradicionalmente predominantes e ressignificadas sob o paradigma da construção cultural da diferença entre os homens e mulheres, mulheres e mulheres e homens e homens.

## **2.5 O discurso do abandono masculino: problematizando questões**

Atualmente, vários trabalhos, pesquisas avaliativas nacionais e internacionais corroboram estaticamente a predominância da “feminização da pobreza”. O reconhecimento da “feminização da pobreza” baseia a orientação e o desenho de políticas públicas, programas e projetos sociais implementados em países em desenvolvimento como o Brasil. E igualmente, pelos demais países latino-americanos. Supostamente, à primeira vista, essa é uma das hipóteses mais razoável para explicar o motivo pelo qual os homens pobres sejam invisíveis no espaço da proteção social institucionalizada. A constatação estatística que no

Brasil e na América Latina de que os mais pobres estejam nos lares chefiados por mulheres genitoras de proles extensas dá visibilidade a esses sujeitos, contudo invisibiliza tantos outros. É incontestável, que o enfrentamento às adversidades da pobreza torna-se quase intransponível quando existem dependentes de um único adulto trabalhador. A vulnerabilidade dos lares monoparentais femininos em termos de atenção tanto pela rede de proteção social primária como a secundária, se impõe, sensibiliza e mobiliza, em função da sua vulnerabilidade peculiar, diferente, por exemplo, da pobreza que atinge as famílias unipessoais femininas, e até mesmo os casais sem filhos e com filhos<sup>27</sup>. Nesse sentido, uma questão que aparece articulada à invisibilidade masculina diz respeito a um processo social e cultural de longa duração, isto é, a construção da maternidade sacralizada (BADINTER, 1985), que associada à variável *abandono masculino inventado* (e real) reatualiza estigmas relacionados às famílias monoparentais e pobres, segundo enfatiza Vitale (2002).

A invenção social do mito do amor materno, enquanto lei universal e erigida sob características biológicas imprimiu a maternidade um caráter sagrado, que no exame da obra de Elizabeth Badinter (1985) - “O mito do amor materno. Um amor conquistado” - encontra-se desmistificado. Badinter atesta em seu trabalho a construção social do amor materno e da função materna, desnaturaliza a existência de um instinto materno inerente a todas as mulheres. Seu exame faz a distinção entre os imperativos biológicos e o desejo consciente de ser mãe, entre sexo e procriação. O legado intelectual da autora indica uma continuidade histórica desse amor nos dias de hoje, e como a ausência desse amor é conflitante, já que sua existência equivale a cuidados que a maternagem exige. Cuidados compulsórios e delimitados à feminilidade, que se desdobram para o campo da assistência social em forma de proteção social, desempenhadas originalmente, nas famílias (pelas mulheres) nas sociedades humanas.

“A história social brasileira tem revelado nexos pouco examinados entre padrões de domesticidade e pautas feministas de lutas por direitos sociais. Em certas conjunturas, essas, pautas reafirmaram obrigações femininas nas casas, múltiplas práticas de proteção social de crianças e adultos, doentes físicos e mentais, de natureza *primária* – família e grupos de convívio -, dispensando ou retardando a montagem da proteção social secundária no país: serviços sociais em instituições estatais e privadas de cuidados diversos” (COSTA, 2002, p. 301).

<sup>27</sup> Azeredo (2012) em sua Tese de Doutorado sobre os itinerários de proteção social de famílias (com o perfil nuclear, monoparental e extensa) no território de Custodópolis, em Campos dos Goytacazes/RJ, inferiu que os lares monoparentais femininos, contrariando muitos estudos, contam com uma rede extensa de solidariedade e proteção privada e pública. Logo, é imprescindível indicar que casais sem filhos podem estar desprotegidos de formas privadas e institucionalizadas de proteção social, pois como enfatiza Azeredo (2012) “as crianças e os idosos são eleitos os segmentos mais vulneráveis da população, dada a condição de dependência as variadas formas de proteção” (p. 80). Dessa forma, os casais com ou sem filhos são tidos como autossuficientes, pois a presença do homem atrelada à imagem de provedor encobre perversamente as suas vulnerabilidades.

Badinter mostra que a função materna é uma função social, secularmente estabelecida como um *a priori* ao ser mulher. Nesses termos, a mulher é mãe antes de tudo, educadora da sua prole, e a reprodução/contracepção só lhe diz respeito. Tal delegação de inúmeras funções a um sexo fomentou a criação de representações sociais e mistificações em torno do “dever de ser mãe” (e ao mesmo tempo de ser pai). Tudo isso desemboca na problematização de questões que trazem à luz perguntas acerca dos rumos dos movimentos feministas e de mulheres neste século, que busca emancipação e *empoderamento*. Seria o Bolsa Família um programa social promovedor de empoderamento? E como poderíamos mensurar esse empoderamento feminino? Estas questões demandam trabalhos que aprofundem variáveis que busquem mais compreensão a respeito disso.

Outra questão pertinente é o fato de que políticas de proteção social voltadas para as mulheres baseadas na diferença sexual do trabalho, entre produção e reprodução, público e privado não garantem os direitos da família no seu conjunto. A sociedade, ou seja, mulheres e homens aprenderam sob os ditames da “cidadania regulada”, que embora a pobreza atinja indiferentemente ambos os sexos, os homens pobres ficam absolutamente submetidos às redes institucionalizadas de proteção social, exclusivamente pela via do trabalho – e, conseqüentemente, as mulheres, à assistência social.

Portanto, se queremos igualdade de gênero entre homens e mulheres, no que tange a reprodução, contracepção, e ao cuidado paterno, há que investirmos nessa perspectiva continuamente. Portanto, a premissa da construção social de práticas e discursos não pode nos deixar esquecermos que, se existem sim, homens que são *pais lastimáveis* (NEUBURGER, 1999) não obstante, é imperativo reconhecermos práticas que indicam uma “nova paternidade” (MEDRADO, 1998). A participação efetiva de homens no trato de questões em torno da reprodução/contracepção depende muito de mudanças que tenham como direção a desconstrução da feminilização do cuidado e da construção de novos modelos de masculinidades comprometidos com a igualdade parental. É imprescindível constatar que os homens da atualidade demonstram disponibilidade afetiva e vêm tentando construir novas referências de masculinidade e paternidade. Caminho que percorrem mais à vontade à medida que velhas prescrições são preteridas, ou simplesmente abandonadas. A realidade social nos empurra para a necessidade de investir na existência não somente de mulheres-mães, mas de reconhecer e socializar os meninos para serem homens-pais. E em torno dessa possibilidade, dos homens efetiva e predominantemente, assumirem suas responsabilidades como pais, talvez seja possível que no futuro a judicialização acerca do reconhecimento da paternidade seja menor, ou talvez, não mais compulsória, mas espontânea. As *paternidades desengajadas*

(THURLER, 2005) configuram uma prática masculina condenável e que merece muitos estudos nesse sentido, especialmente sobre suas especificidades no interior das relações entre homens e mulheres. Thurler (2005) em sua investigação, nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, sobre a iniciativa do Ministério Público da Bahia e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que através da implementação de projetos com o objetivo de promover o reconhecimento de paternidade, destacou uma expressão um pouco familiar à realidade do sudeste.

... mulheres que, convidadas pelo Ministério Público se recusaram a indicar a filiação paterna de seus filhos, resistindo a aceitar que pais habitualmente ausentes da vida de suas crianças fossem reconhecidos como pais para logo voltarem a desaparecer. Essas mulheres recusam paternidades desengajadas, produzidas pelo sexismo (p. 156).

Se os homens por algum motivo precisam ficar invisíveis na assistência social, logo eles não existem nessas famílias que os CRAS acompanham. Nesse sentido, durante uma entrevista com uma assistente social surgiu uma questão polêmica, mas pouco discutida, tanto academicamente, quanto profissionalmente. Uma das profissionais de Serviço Social entrevistada, quando perguntada sobre a proporção quantitativa da demanda feminina pelo PBF em relação à Pensão Alimentícia, aqui entendida a partir da compreensão de que é um direito da criança, e dever do pai tal responsabilidade, responde o seguinte:

*...em relação aos casos que a gente recebe né, as mães né, com os filhos, que não, não... não dão o direito do pai ver essa criança. Não correm atrás dessa paternidade, da presença do pai, entendeu? Isso eu já percebi muito, né? Essa percepção de... essa percepção de que, o pai, a presença masculina não tem importância pra essa família, entendeu? (L., Assistente Social do CRAS)<sup>28</sup>*

Isso indica que muitas vezes a mulher acaba optando pelo benefício, como uma forma de salário, o que subsidia de certa forma a sua resistência em buscar o direito da criança em ter algum vínculo com esse pai, que vai para além da responsabilidade material, mas afetiva também. Dessa forma, a invisibilidade masculina presente no âmbito da proteção social básica demonstra em alguma medida a invisibilidade dos homens no espaço das famílias, ou vice-versa, conforme já foi questionado.

---

<sup>28</sup> Para diferenciar das citações teóricas, optei por colocar em itálico as falas das entrevistados e dos entrevistados.

Joana Maria Pedro citou em ocasião que foi Conferencista<sup>29</sup> as “manobras femininas” diante das demandas das mulheres por um salário no século XIX. A autora exemplificou, que essas mulheres recorreram ao “suporte moral” conferidos a elas, e que um dos argumentos construídos fora, de que elas, diferentemente dos homens, não bebiam, pois isso dariam um destino mais apropriado, em especial às necessidades da família. A conferencista ressaltou, que essas reivindicações femininas em torno de um “salário para as mulheres” demonstram como as políticas voltadas para as mesmas, pressupõem uma ideia de proteção social baseada na diferença. Na atualidade, as falas de mulheres beneficiárias dos programas de transferência de renda direta, como o Bolsa Família e de profissionais do Serviço Social (e surpreendentemente pelos homens entrevistados) nos permitem aproximações com algumas considerações polêmicas. O conteúdo dos depoimentos orais desses sujeitos confirmam que as mulheres são na realidade na maioria das vezes “boas administradoras” dos recursos econômicos da família.

*E a mulher independente dela ter o trabalho dela, independente dela ter o marido, independente do marido colocar as coisas dentro de casa. Mas a mulher consegue gerenciar muito melhor valores. Isso aí, é indiscutível. Eu... minha orientação é essa. (ANTÔNIO)*

Outro indicativo polêmico pode nos levar a inferir que as mulheres racional ou estrategicamente (é imprescindível esclarecer que não é preocupação deste trabalho apontar o certo ou errado) perceberam e percebem que os homens são lidos pelas políticas e programas como indicador social que mensura o grau de vulnerabilidade de uma família pobre. Logo, se eu tenho um homem em casa, eu tenho um “ativo/recurso” (AZEREDO, 2012) de proteção social” o que possivelmente pode vir a dificultar o meu enquadramento no público-alvo do programa.

De acordo com Azeredo (2012), os homens são tidos como recursos de proteção social, portanto, durante os seus “itinerários de proteção social”, conforme denomina a autora, as mulheres se deram conta que a perspectivação das políticas e programas focalizados nelas explicita uma orientação de “feminização da pobreza”, e, sobretudo, um empobrecimento acompanhado pelo abandono, mesmo a proteção social básica sendo destinada aos cidadãos com vínculos familiares e comunitários, ela se utiliza de critérios “oficiosos” que funcionam como indicador e mensuradores da pobreza. Por isso, quando algumas mulheres afirmam não

<sup>29</sup>Conferência “Gênero e Proteção Social”, realizado durante o I Seminário Internacional “Proteção Social e Cidadania Hoje: tendências e desafios, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social/UFF, 29-11-2012”.

ter homens em seus lares, em função de vários motivos, mesmo quando este existe, elas às vezes recorrem ao argumento do abandono quando possuem filhos pequenos, indicam um abandono masculino, quando adultas e sem filhos menores apontam para a grave questão que é o abandono familiar, inclusive de muitos idosos, como mostram na atualidade matérias jornalísticas na TV. Uma justificativa presente nesses casos, enfatiza dimensões que destacam a irresponsabilidade parental masculina para corroborar a sua afirmação. Em alguns casos, a ausência masculina está atrelada a discursos sobre o abandono masculino (inventado), que imprescindivelmente, defende uma certa desqualificação social e moral dos homens, em geral genitores de seu (s) filho (s).

Todavia, parafraseando Paugam (2003) a *identidade negativa* construída em torno de discursos que enfocam o abandono masculino e, em particular o parental, que foi discorrido ao longo desse trabalho, indicam que o abandono é significado como uma “unidade de medida”<sup>30</sup> para ilustrar e confirmar situações de vulnerabilidade social tão adversas que culminam na verbalização de uma ausente rede provedora, seja por meio dos homens, tidos como ativos/recursos de proteção social e/ou a rede constituída pela família e vizinhança. Pois, não é só no caso das famílias monoparentais e unipessoais femininas que o discurso do abandono aparece, ele se repete na oralidade de famílias denominadas como unipessoais masculinas, e até mesmo nas monoparentais masculinas.

Contudo, o artifício, de que as mulheres lançam mão estrategicamente, não escapa à prática masculina, quando os homens estão no mesmo lugar que elas, isto é, pleiteando benefícios. Portanto, o abandono é a medida da vulnerabilidade social, é o seu indicador e pode ser utilizado tanto por homens, como mulheres pobres como um argumento e informação para a possível inserção em certos programas com corte de renda como é o Bolsa Família. Durante o encontro com um homem beneficiário do PBF, ele se remeteu por vezes à questão da solidão. Mas inicial e contraditoriamente, afirmou que morava com a mãe de seu único filho, posteriormente, quando começamos a entrevista gravada, ele enfatizou que era um homem sozinho, no caso se referia ao fato de não ter uma mulher, esposa, companheira, entretanto revelou ter muitos amigos. Argumentou que as relações de amizades lhe permitiam ser menos sozinho, mas evitou ao máximo se remeter à companhia feminina que refletisse qualquer tipo de relacionamento ou envolvimento amoroso.

---

<sup>30</sup> Ver nota 24.

## **CAPÍTULO III – HOMENS INVISÍVEIS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

### **3.1: A pesquisa nos CRAS: a busca pelos homens na “CASA da FAMÍLIA”**

A aprovação do projeto de pesquisa pelo CEP permitiu a aproximação com o campo de observação. A concretização dessa aproximação com as instituições eleitas como co-participantes da pesquisa, ou seja, os CRAS Centro, Badu e Região Oceânica, iniciou-se somente após a autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social/SMAS/NIT expedida no ano de 2012. A SMAS/NIT é o órgão hierarquicamente superior às instituições supracitadas, neste caso responsável pela emissão de uma Declaração, na qual a mesma expressava o seu conhecimento a respeito da pesquisa de mestrado, tal como autorizava a sua realização, conforme estipula o CEP nos seus critérios para a submissão de projetos de pesquisa.

Inicialmente, é interessante destacar que nenhum dos CRAS observados apresentou qualquer característica que informasse uma “estética feminina”. O CRAS Badu funciona numa casa consideravelmente pequena, tendo em vista, as atividades que deveriam ocorrer sob a sua responsabilidade (ou seja, cursos de geração de renda e trabalho, oficinas, grupos socioeducativos, reuniões, etc). No passado, nessa casa funcionou a extinta LBA; ela tem três quartos, mas atualmente, o espaço livre dá para apenas duas salas de atendimento, uma brinquedoteca, uma pequena recepção, um banheiro e uma cozinha. O terceiro quarto durante as visitas de campo encontrava-se como depósito para as cestas básicas. Embora, o CRAS Badu não apresente uma “estética feminina,” quando desenvolve oficinas, grupos e cursos tende a direcionar para uma demanda socialmente feminina, como por exemplo cursos de bijuteria, artesanato, segundo o relato de uma entrevistada.

O CRAS Região Oceânica é ainda mais pequeno, possui apenas três espaços fechados, um deles é para os arquivos, o outro para o atendimento, o último e terceiro é destinado à realização de pequenos grupos socioeducativos e reuniões de equipe técnica. Também conta com um banheiro e uma pequena copa. Assim como o CRAS Badu, o CRAS Região Oceânica oferece mais oficinas, cursos e grupos destinados ao público feminino.

O CRAS Centro é o maior deles dentre todos visitados, no que diz respeito ao espaço disponível para a realização de ações e atividades. Ele possui uma sala independente das demais, destinada à recepção, mais quatro salas para atendimentos e atividades, uma espaçosa varanda, um grande banheiro e um quintal significativamente grande. Em relação ao espaço, item necessário ao funcionamento do CRAS, tendo em vista as atividades previstas que ele deve realizar, apenas o CRAS Centro oferece condições adequadas para comportar o número significativo de pessoas envolvidas.

Após a obtenção da autorização da SMAS/NIT foi iniciado o trabalho de campo, fase que representou a coleta de material qualitativo, e consistiu na realização de seis (6) entrevistas com profissionais de Serviço Social, mais dois (02) homens beneficiários do Programa Bolsa Família. Três das profissionais entrevistadas são concursadas, e as outras três estavam à época do encontro contratadas temporariamente. Foram entrevistadas três profissionais de Serviço Social do CRAS Badu, duas do CRAS Região Oceânica e uma do CRAS Centro. Essas profissionais terão os trechos de seus depoimentos orais identificadas por ordem de entrevista e sob a sigla ENT – AS (Entrevistado – Assistente Social), obedecendo a numeração de 01 a 06.

Em relação aos homens, como já foi afirmado apenas dois homens foram localizados e entrevistados. O primeiro entrevistado reside no território de abrangência do CRAS Badu e é beneficiário do Bolsa Família há aproximadamente, um ano e seis meses. Esse entrevistado que será chamado de Antônio<sup>31</sup>, atualmente está sob o arranjo monoparental masculino. O segundo entrevistado aqui chamado por Lázaro é usuário do CRAS Região Oceânica e recebeu o Bolsa Família por quase cinco anos, à época da entrevista ele afirmou estar com o benefício suspenso.

Diferentemente do senhor Antônio, a família do senhor Lázaro consta no CadÚnico sob o arranjo monoparental masculina, contudo nos dias de hoje, ele vive com o seu irmão que recebe o Benefício de Prestação Continuada/BPC e também deixou escapar que omitiu a companheira no cadastro único. Todas as entrevistas foram realizadas nos espaços dos CRAS,

---

<sup>31</sup>Antônio e Lázaro são nomes fictícios utilizados com vistas a garantir o sigilo quanto à identidade dos entrevistados.



cada profissional em seu próprio local de trabalho e os usuários aceitaram gentilmente o convite para comparecer aos CRAS de seu território, sob o prévio aviso do que se tratava.

Nesse primeiro momento, também foi realizado o trabalho de transcrição e revisão do material gravado que foi digitado e transformado num arquivo de texto, devidamente registrado por meio do antigo e bom gravador. Aparelho antigo, que curiosamente, recebeu elogios das entrevistadas, que se posicionaram reticentes diante da tecnologia dos “MP3”.

A partir da observação participante e da escolha da história oral como metodologia para este estudo redigiu-se um Diário de Campo, fonte bibliográfica primária e instrumento no qual está o registro dos encontros com os sujeitos da pesquisa, isto é, as assistentes sociais (todas do sexo feminino) e os homens, ambos pais e adultos, usuários dos CRAS e beneficiários do PBF. Neste diário registrou-se problematizações, indagações, consensos e dissensos sobre certos aspectos dos assuntos abordados ou indicados em certa medida neste estudo. A observação participante permitiu observar de forma muito evidente, o fato de todas as equipes técnicas serem, predominantemente femininas. Não obstante, não exclusivamente femininas, pois dentre os CRAS pesquisados, as profissionais mulheres são maioria, entretanto tanto no CRAS Badu, como no CRAS Região Oceânica, em cada um deles existem um (01) Assistente Administrativo do sexo masculino, mas a feminização da profissão se confirmou de forma plena – o que é uma pena, considerando que seria interessante ouvir um assistente social do sexo masculino para perceber suas percepções acerca dessa temática. Um desses assistentes administrativos “brincou”, e respondeu quando perguntado sobre “o que achava de ser o único homem colega de trabalho?": “deixa assim, assim tá bom” (sic), referindo-se à sua condição “privilegiada” de ser o único homem num espaço ocupado diariamente por muitas mulheres: assistentes sociais, cuidadora social, psicólogas, assistentes administrativas, auxiliar de serviços gerais, estagiárias de serviço social (e usuárias), todas em sua maioria mulheres.

Conforme, já fora explicado, a pesquisa de campo iniciou-se no período de transição do governo municipal. Portanto, em janeiro de 2013, sob o mandato do atual Prefeito de Niterói/RJ, Rodrigo Neves, e conseqüentemente dos novos quadros das Secretarias Municipais, foi retomado o contato com a SMAS/NIT. O contato foi realizado com o escopo de dar ciência ao novo Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, o Sr. Ubirajara Marques, sobre a continuidade da pesquisa de campo. Dessa forma, em janeiro de 2013, obtive autorização direta da Coordenadora da Proteção Social Básica. A partir dessa autorização o contato com os CRAS foi retomado com o escopo de realizar um levantamento e busca ativa dos usuários do sexo masculino, beneficiários do Bolsa Família acompanhados

efetivamente pelos CRAS. Entretanto, como comprova as próprias entrevistas das assistentes sociais, nesse período os CRAS não estavam realizando acompanhamento sociofamiliar nos territórios de sua abrangência. O que inevitavelmente deixou a busca pelos homens responsáveis cadastrais do PBF mais difícil e impôs um desafio metodológico. As profissionais quando perguntadas sobre o acompanhamento sociofamiliar dos homens beneficiários do PBF, foram unânimes em afirmar que este acompanhamento não vem acontecendo e apontaram alguns motivos para explicar as tendências da política assistência social implementada pelo município:

*[...] Mas o acompanhamento às famílias é... beneficiárias é... do Bolsa Família ainda está por organizar. Porque como o CRAS não tem acesso direto ao sistema do Cadastro Único às, às famílias beneficiárias. Então a gente não tem esse retorno: de quem tá recebendo, quem a gente incluiu que já está recebendo. Então esse acompanhamento ainda está por organizar, no Município, de um modo geral, ainda tem que ser organizado, ainda. (ENT – AS 01)*

Em outra entrevista, uma das coordenadoras do equipamento reforça a fala acima da técnica, no sentido que retoma uma discussão conhecida em Niterói/RJ pelos profissionais da proteção social básica. Discussão que se remete ao fato dos CRAS, embora sejam responsáveis pelo acompanhamento das famílias beneficiárias, eles não possuem nenhum acesso às informações que facilitem esse trabalho. O que expressa o aspecto dramático do nosso fazer profissional na medida em que o órgão gestor do Bolsa Família em Niterói (o Núcleo de Benefício e Rendimento de Cidadania/NBR) não estabelece qualquer diálogo, ou qualquer trabalho de caráter intersetorial entre as instituições:

*Bom, é... no CRAS, acho que **nos** CRAS de Niterói nós não temos acesso às famílias que são beneficiárias. Nós realizamos a inserção no CadÚnico pro Bolsa Família e pros os outros benefícios do CadÚnico, né? É... o retorno da família beneficiária, ou, não, ou o número de NIS (Número de Identificação Social), se tem número de NIS, a gente não tem esse retorno no CRAS. Não tem essa articulação CRAS e Núcleo do Bolsa Família, a gente tenta, pede, explica a importância da gente ter acesso à listagem de beneficiários, pra gente poder mesmo fazer o acompanhamento, mas não, a gente não recebe.*

*(...)*

*Tá então, mas aí a gente não tem acesso à essa lista dos beneficiários, então eu acredito que **tenha**, mas aí vai ter que fazer uma pesquisa mesmo no arquivo pra poder...*

*(ENT - AS 05)*

Ainda sobre o contato com as instituições denominadas CRAS, o primeiro consistiu na apresentação da pesquisadora e na proposta da pesquisa de mestrado. A apresentação da proposta de estudo foi recebida por todas as entrevistadas como um assunto diferente e também relevante para se refletir no âmbito da prática profissional. Falar de homens pobres, buscar os homens, pensar sobre os homens, para a maioria das entrevistadas não fazia parte da pauta do cotidiano profissional. Pelo menos até aquele momento, no qual considerações e indagações sobre o tema foram feitas. Foi interessante perceber, que quando pergunta-se sobre os homens usuários da instituição fica explícito uma certa distância, um silêncio, uma falta de memória, uma lacuna mesmo, sobre esses sujeitos, que até circulam pelos CRAS, mas não são vistos, e pouquíssimo lembrados.

Em relação à solicitação de entrevista destinada aos assistentes sociais, a maioria das entrevistadas demonstrou-se tensa, especialmente quando ligou-se o gravador. Contudo, foi interessante, pois num dos CRAS as técnicas entrevistadas ressaltaram que apesar do gravador provocar certa tensão, elas preferem o antigo aparelho do que a tecnologia dos MP3. Para a pesquisadora essas confissões foram acalentadoras, pois correspondiam a sua própria impressão e predileção sobre o uso do aparelho. Embora, a opção pelo gravador tenha sido permeada pela associação automática ao que está ultrapassado, e conseqüentemente ao julgamento do que é anacrônico. Enfim, dilemas da era virtual que impõem novas formas de olhar o material com que se trabalha, e especialmente as possibilidades de registrá-lo, tendo em vista a larga escala de aparelhos digitais que gravam e softwares que auxiliam esse tipo de labor acadêmico. Outro aspecto, da vida moderna, digital e corrida, remete-se às formas de contactar os informantes, que hoje impreterivelmente na época dos celulares, “smartfones”, “tablets” e outros, se dá com antecedência por meio de contatos telefônicos. Todos os encontros com os informantes foram marcados por telefone e posteriormente, reconfirmados à véspera da entrevista. No caso das profissionais, o telefone de contato era o da instituição, no caso dos usuários seus contatos foram levantados através de seus prontuários nos CRAS, contudo, a maioria dos contatos não existia mais, o que dificultou concretamente a localização desses homens.

Inicialmente, o contato com os profissionais de Serviço Social foi complicado, pois os equipamentos citados vivem sobrecarregados de atendimentos à população do seu território de abrangência. Particularmente, no CRAS Badu, percebe-se uma grande demanda pelos serviços socioassistenciais e para análise do perfil para beneficiário do Bolsa Família. Nesse sentido, o contato telefônico recorrente com esses equipamentos foi imprescindível para a garantia dos encontros com as profissionais entrevistadas sem prejudicar a rotina da

instituição, conforme citado acima. Tendo em vista, a inquestionável prioridade com o compromisso ético referente aos agendamentos que as mesmas já haviam assumido com a população usuária, compromisso do qual este trabalho é inteiramente concordante.

Foram entrevistadas seis (06) profissionais de Serviço Social, sendo três (03) contratadas temporariamente, até o período de março de 2013 e mais três (03) concursadas. O depoimento dessas profissionais possibilitou a organização de um conjunto de percepções, que contribuíram para aprofundar os estudos sobre o objeto de pesquisa. Nesse sentido, as perguntas foram direcionadas à percepção das profissionais sobre a participação masculina e feminina, de forma impreterivelmente comparativa. Já que todas as profissionais consensualmente afirmaram que a presença feminina é majoritária:

*Acho que, que é notório que a inserção feminina é  **muito**  maior que a masculina. Tem assim, você pode pegar dados quantitativos disso aí, mas é muito superior a participação feminina nos CRAS. É tem muita diferença sim, é de acesso. Acho que muito também é foi historicamente construído que a Assistência é o campo da mulher. **A mulher** é a responsável pelo cuidar, pelo, pelo cuidar dos filhos, pelo zelar pelos recursos. Então acho que, que a participação feminina na Assistência é muito grande e no CRAS também. É muito superior à masculina. (ENT – AS 05)*

A fala acima indica uma certa naturalização das funções destinadas socialmente às mulheres no espaço da família e da sociedade, reafirmando atribuições essencializadas e tidas como exclusivas do sexo feminino, como é o cuidar. Os homens entrevistados aqui demonstraram que eles também cuidam de seus filhos, pais e irmãos e apontam para possíveis rupturas de paradigmas de gênero absolutamente, incompatíveis com os modos de vida de mulheres e homens hoje.

As entrevistadas refletiram em particular a questão dos arranjos monoparentais femininos. E exploraram várias problematizações nesse sentido, como por exemplo, a utilização desse modo de ser família como estratégia para o recebimento do benefício do Bolsa Família. Estratégia, que se orienta pela peça chave: os homens na família. Ter ou não ter um homem representa uma variável central nesse debate, principalmente para as mulheres elegíveis ao Programa. Pois, como disse a técnica acima, ainda vemos em continuidade a reprodução de longa duração histórica de funções essencializadas como o cuidar e o prover, associadas automática e respectivamente à mulher e ao homem.

*E aí semana passada a psicóloga atendeu a usuária que ela falou assim: “olha eu vou falar a verdade, eu tenho homem sim, meu marido sim. Ele trabalha e não sei se vai tá ou não dentro do perfil do Bolsa Família, mas eu*

*não vou ficar mentindo não. Porque lá comunidade todo fala assim: ah, você vai fazer Bolsa Família? Não fala que tem marido não, senão você não vai receber!” (risos) Então assim, é... tem essa questão mesmo do, do, por mais que você fale pra pessoa que quando ela está fazendo o Cadastro Único, que ela está assinando, atestando a veracidade das informações repassadas. Eu acho que assim, por mais que seja explicado, ela não leva aquilo tão, ao grau de importância que tem que ter né? Porque tá escrito lá (CadÚnico): declaro sob é... responsabilidade pelo Código Penal mesmo. Se tiver uma visita naquela casa e tiver um homem que seja mesmo parte da família, ela vai perder o benefício, mas elas não problematizam isso. Né, e acho que não tem muito a questão da responsabilidade de estar assinando aquele termo. Mas assim, ela falou (usuária que pleiteou o PBF): “lá na comunidade, as pessoas falam, olha vai fazer o Bolsa Família, não fala que tem marido” (sic). (ENT – AS 05)*

Tal como os depoimentos orais, trouxeram particular contribuição, o registro proveniente da observação participante também. Certo dia em visita ao CRAS Badu, foi observado que a brinquedoteca, era uma sala com pequenas cadeiras e mesas, alguns brinquedos (obviamente), e livros infantis. No meio dos brinquedos foi possível visualizar uma única boneca, o que foi de fato, uma surpresa, enquanto existiam vários carrinhos, três bolas de futebol e contos de fadas dentro de uma caixa de papelão. Os contos de fadas, que a maioria de nós meninas e mulheres ouviram e ouvem até os dias de hoje. Contos, em geral que reforçam o tipo de amor romântico baseado no casamento heterossexual e monogâmico. Dentre os contos, os clássicos: Cinderela, a Bela e a Fera, A Branca de Neve, A Bela Adormecida, e até mesmo um achado: um livro do Charlie Brown, protagonizado por um menino sensível e com medos. Mas dentre os contos de fadas, e a predominância de brinquedos para os meninos, havia uma grande quantidade de jogos educativos, “isentos” de qualquer conformação de gênero, mais direcionados à aprendizagem. O que pode ser um dado positivo, pois demonstra uma tendência em preferir brinquedos educativos e não sexualmente marcados? Dessa forma, é possível inferir que os futuros homens, os meninos, vão mais aos CRAS quando pequenos, acompanhados pelas suas mães, e pode-se dizer também que nessa faixa etária encontram mais “atrativos”, ou em certa medida mais identificação com o universo da instituição do que na fase adulta de suas vidas.

É interessante colocar que “de cabeça”, como algumas verbalizaram nenhuma das profissionais entrevistadas recordou-se de homens acompanhados (embora, não tenham qualquer obrigação de saber esta informação “de cabeça”), beneficiários ou não do Bolsa Família. De acordo com elas, os CRAS não estavam realizando acompanhamento sociofamiliar nem das mulheres, tão pouco dos homens. Nesse sentido, outro fator, que implica na ausência de homens e, certamente, também das mulheres beneficiárias do Bolsa

Família no espaço do CRAS é a mudança em relação à atualização cadastral. Atualmente, O Núcleo de Renda e Cidadania/NBR, gestor do Programa Bolsa Família no Município de Niterói, também centraliza a atualização das informações cadastrais, tarefa antes de responsabilidade dos CRAS. Por exemplo, hoje, se uma mãe ou um pai, precisam informar a nova Escola dos filhos ao CadÚnico, eles precisam ir ao NBR, localizado no centro da cidade. Antes, isso era feito nos CRAS, ou seja, no território próximo da onde a pessoa resida. Embora, os CRAS sejam instituições de caráter territorial e Niterói/RJ, inicialmente durante a sua implementação atendeu a essa orientação técnica. Inclusive, o caráter territorial dos CRAS, fora enfaticamente utilizado como argumento em defesa da oferta de serviços socioassistenciais próxima de quem necessitar dela. A atualização de dados cadastrais do PBF que aproximava os usuários do equipamento, e favorecia o acompanhamento da família, conforme prevê o Programa Atendimento Integral à Família/PAIF, hoje, ocorre longe dos CRAS e contraria a premissa de que o caráter territorial da instituição desoneraria, pelo menos economicamente os usuários que demandam os seus serviços. No cotidiano dos usuários contrariar essa premissa do caráter territorial dos CRAS os onera em muito. Como relata um dos entrevistados, que está com o benefício do Bolsa Família suspenso, mas não pode ir ao centro da cidade, pois ele cuida do seu irmão que teve meningite quando pequeno e ficou com sequelas:

*Ah, eu vou ver se consigo arrumar uma pessoa pra ficar com meu irmão, pra mim ir lá em Niterói, que tem que perder tempo, que eu acho que é só na parte da manhã pra procurar saber da menina lá que eu fiz o cadastro se eu tenho direito ou não. E por que que **parou**.*  
(ENT - LÁZARO)

### **3.2 As percepções dos Assistentes Sociais sobre os homens, o masculino e a Política Pública de Assistência Social**

Nos três CRAS selecionados, num deles foi possível levantar no arquivo o total de vinte e um (21) homens que realizaram o cadastro único solicitando o PBF. Dentre os 21 só um desses fora contatado, pois a maioria dos números de telefone informados não existia mais àquela altura, muitos prontuários estavam absolutamente desatualizados. No segundo CRAS, eleito como campo de pesquisa, a Coordenadora junto à equipe levantou a informação sobre quem recebia PBF do sexo masculino, localizando em seu território de abrangência um único homem, igualmente contatado e também entrevistado. No terceiro CRAS observado, segundo

a Coordenadora, o perfil que prevalece no cadastro único realizado sob a responsabilidade masculina segue solicitações diferenciadas como: inserção em cursos, inscrição para o “baixa renda” da Ampla (Empresa Concessionária de Energia Elétrica), isenção para concursos públicos, não sendo localizado qualquer usuário e beneficiário PBF para a entrevista. Desse modo, os beneficiários do Bolsa Família totalizam o número de dois (02) entrevistados nesta pesquisa. A quantidade de beneficiários localizados ratifica o caráter qualitativo deste estudo e demonstra como os homens PBF são mais escassos no sudeste, tal como afirma o estudo de SILVA *et all* (2010). E conseqüentemente, invisíveis na Assistência Social.

As falas das profissionais entrevistadas foram enfáticas em demonstrarem que pensar, refletir sobre os homens e o masculino eram temas silenciados no âmbito da prática profissional e, igualmente nos processos de trabalho do Serviço Social, que não está apenas restrito à institucionalidade da política de assistência social, mas de outras políticas sociais também. As assistentes sociais entrevistadas foram bastante receptivas ao tema, destacaram o quanto gostaram e tinham achado relevante por ser justamente tão pouco discutido:

*Não sei o que posso falar (risos). Eu acho sempre importante né, esse tipo de pesquisa, é importante **pra você** que vem fazer e pra gente **também!** Faz a gente refletir, né? Muitas vezes no trabalho a gente sempre tem que se perguntar né, o quê que a gente tá fazendo, porquê que a gente tá fazendo. Então eu acho importante esse tipo de pesquisas. Eu gosto. (ENT - AS 01)*

Diversas falas se referiram que a partir da entrevista pensar nos homens como sujeitos de direitos seria uma tarefa profissional dali em diante:

*Adorei! (risos) Gostei muito, gostei muito, acho que muito relevante o assunto né, acho que até agora não escutei nunca ninguém levar esse assunto, até mesmo porque a mulher prevalece sempre, né. E por quê? O porquê, né? O porquê disso, né? (ENT – AS 04)*

Uma das profissionais ressaltou que o tema de pesquisa era imprescindível entrar na agenda como “pauta do dia” e que pesquisas como esta deveriam contribuir para aprofundar um tema tão pouco visualizado, e nem por isso menos importante:

*Eu acho que... é... pensar a participação masculina na assistência é muito importante. Então, acho que o seu trabalho vai contribuir bastante, de verdade. Acho que seu trabalho vai contribuir bastante pra **pensar** mesmo qual é o lugar do homem na assistência, que, que, não é muito problematizada essa questão. Não é um assunto que você ver sempre assim na discussão, na pauta do dia assim, acho que vai ser muito importante, muito relevante mesmo. (ENT – AS 05)*

Ou seja, já é hora de colocarmos na agenda das políticas sociais a perspectiva que aponta para a visibilidade de problematizações em torno de masculinidades. Que de fato, adotem o enfoque de gênero baseado na igualdade e não na dualidade entre os sexos.

Os depoimentos das assistentes sociais corroboraram a existência da invisibilidade masculina no espaço da assistência social, no interior do próprio Serviço Social, tanto na Academia, no que diz respeito à produção de conhecimento científico sobre o assunto, como em especial no exercício profissional realizado nas instituições. No sentido, em que todas se demonstraram surpresas com a abordagem do tema de pesquisa, mas nem por isso menos empolgadas a partir desse encontro em relativizar as adversidades da pobreza posta indiferentemente às mulheres e homens.

Durante as entrevistas foi possível perceber que a cada pergunta, que incluía não somente, a realidade, os dramas e necessidades das mulheres usuárias, mas também dos homens, a equipe técnica buscava avidamente por respostas. Ficando evidente, que exercitaram sua capacidade explicativa em compor um cenário que comportasse os homens no cotidiano institucional e profissional.

Assim como nas entrevistas realizadas em 2006 para a elaboração da monografia, as profissionais de Serviço Social reconhecem a predominância quantitativa das mulheres nos CRAS, também sob o particular arranjo de família monoparental e buscam problematizá-la. Muitas entrevistadas indicaram que têm ciência de que essas famílias não são ou estão estáticas, mas em transformação permanente, pois encontram mulheres que dizem estar sob um arranjo de família, mas por algum motivo deixam escapar uma realidade que informa o contrário. E indo, além disso, apontam para uma questão central em toda discussão sobre a preferência feminina da titularidade do Bolsa Família: como as usuárias percebem ou compreendem os critérios de elegibilidade do programa. Muitas entrevistadas concluíram que as mulheres que pleiteiam o Bolsa Família identificam na condição conjugal um empecilho ao recebimento do benefício. Ter marido seria o equivalente a ser “não beneficiária”. O discurso do abandono masculino é recorrentemente lembrado e relembrado quando as técnicas enfatizam que às vezes suas usuárias deixam escapar a presença de um homem no lar. Ou até mesmo, certas circunstâncias inusitadas que deixam às claras, o que se queria esconder:

*(risos) Como o exemplo de uma, uma, uma mãe que veio com a criança e aí quando a gente entrevistou e perguntou a presença do, quem eram os moradores da casa, ela informou e a criança sinalizou que ela não havia falado o pai, o nome do pai que também morava. Então ela ficou assim... Aí ela não falou, não falou, também não fiquei questionando não, e ela não*



*falou. E... não me lembro se ela não falou, se aí nesse caso ela acabou falando: ah, é tem ele também, porque a criança tinha sinalizado que ela não havia falado. (ENT – AS 01)*

Tal como as mulheres os homens omitem a presença de uma mulher adulta no espaço da família, e também como elas por motivos diversos. Um dos entrevistados deixou bem claro antes de gravar a entrevista que vivia com a mãe de seu filho, contudo durante a gravação teve receio, e afirmou o contrário. Não sabemos, como já fora apontado neste estudo, se as mulheres quando estrategicamente burlam os critérios de elegibilidade do Programa estão de comum acordo com o seu companheiro ou marido. De tal forma, isso também serve para a realidade dos homens que assumem a responsabilidade cadastral, os bastidores dessas escolhas, o que move os sujeitos a deliberar ou delegar, os acordos tácitos ou não, ultrapassam as condições de previsibilidade de qualquer pesquisador. Será que podemos inferir que o abandono parental apresenta-se como um denominador ou indicador social comum entre homens e mulheres pobres? Talvez, esse seja um dos aspectos que encobre esse debate, pois nada é em absoluto constituído por uma via de “mão única” como enfatiza Sposati (2011a) quando se remete à conquista dos direitos sociais. De acordo, com a sua concepção as políticas sociais não são tão somente, benesses do capital ou do Estado, mas sim fruto de lutas sociais travadas pelos trabalhadores, as quais devemos reconhecer.

Outras dimensões que atravessam todo o debate posto até aqui, diz respeito às diferenças na inserção feminina e masculina que ocorre no âmbito dos CRAS. A predominância das mulheres nos CRAS foi unânime nas falas das assistentes sociais e coloca em evidência mais uma vez a problemática questão de que os cursos, oficinas e grupos são voltados predominantemente para as mulheres:

*A inserção no CRAS é assim... feminina, quase **totalmente** feminina, são poucos homens que são incluídos... **que procuram**, né o CRAS. É... a maioria, a grande maioria são as mulheres. E eu vejo que o espaço também, os serviços, eles são muito organizados é... eu acho que chama mais atenção ao público feminino. O quê que acontece. É quando acontece... os tipos de oficina, que são propostos, normalmente atende mais esse público feminino. (ENT – AS 01)*

Há bastante tempo atrás o CRAS Região Oceânica, ofereceu cursos de garçons e teve público masculino garantido:

*Olha, vou te dizer de experiência passada né, porque atualmente não tá tendo nenhum curso de capacitação, geração, inserção produtiva, **nada disso**, inclusão produtiva **nada disso**. Mas vou te falar aqui, é...*

*anteriormente quando tinha, tinha o curso que era artesanato que é voltado pro público feminino, **manicure** que é voltado pro público feminino. E aí tinha garçom, que na sua maioria eram homens que participavam do curso de garçom, é, mas assim lá uns dois anos atrás mais ou menos. Tem um bom tempo que não tem curso de capacitação profissional assim, no CRAS. (ENT – AS 05)*

Outra profissional aponta para a relação histórica entre a Assistência Social e as mulheres, no sentido de reatualizar e reafirmar funções tidas como exclusivamente femininas:

*Acho que, que é notório que a inserção feminina é  **muito** maior que a masculina. Tem assim, você pode pega dados quantitativos disso aí, mas é muito superior a participação feminina nos CRAS. É tem muita diferença sim, é de acesso. Acho que muito também é foi historicamente construído que a Assistência é o campo da mulher. **A mulher** é a responsável pelo cuidar, pelo, pelo cuidar dos filhos, pelo zelar pelos recursos. Então acho que, que a participação feminina na Assistência é muito grande e no CRAS também. É muito superior à masculina. (ENT – AS 05)*

A presença feminina nos CRAS é majoritária e para uma das assistentes sociais se explica em função da busca das mulheres pela inserção no Programa Bolsa Família:

*Eu vejo que é assim. É... normalmente, eu, eu, as pessoas normalmente buscam mais o CRAS pra é... devido ao Bolsa Família, Programa Bolsa Família. Então assim é a maioria que procura também pra incluir no programa são mulheres. É... muitas delas eu vejo que são, é, a família monoparental, não tem a presença masculina. Mas têm algumas que... que tem, não posso dizer que a  **grande** maioria é monoparental, não. Mas, mas têm também as que não são. E... Agora eu não vejo, é raramente o homem que vem procurar. Mesmo que a família tenha a presença do homem, normalmente  **não** é ele que vem, pra poder tá incluindo a família no cadastro único. (ENT – AS 01)*

A avaliação sobre a predominância de usuárias do sexo feminino no cotidiano da proteção social básica, em geral está atrelada recorrentemente, à expansão dos arranjos monoparentais femininos. As profissionais relatam situações que confirmam o acesso numericamente maior realizado pelas mulheres que dizem estar monoparentais, no entanto, nem sempre o discurso é equivalente à realidade familiar vivenciada:

*É eu já peguei também uma usuária que, ela... ela falou que era, ela tava quase tendo bebê. Tinha um menino e tava quase tendo bebê, quase nove meses. Aí, eu falei assim pra ela: você veio sozinha, tá quase tendo neném já. Ela falou: não, meu primo veio comigo. Aí, eu falei então tá, tudo bem. Aí, ela esqueceu a pasta dela em cima da mesa. Aí, eu fui entregar a ela na calçada. Aí, ela tava com um homem que não era, porque ela tava beijando o primo dela. (ENT – AS 05)*

A profissional se refere à situação relatada como sendo resultado de um equívoco em relação à compreensão dos critérios de elegibilidade do Bolsa Família por parte das mulheres que pleiteiam o benefício:

*Por mais que a gente fale assim, porque assim: elas acham que por ter carteira assinada não recebe o Bolsa Família. Elas não percebem que **tudo** cai na questão da renda, não se é formal ou informal, é a renda. Ela pode sim ter o marido dela e ela declarar que tem o marido dela e ela está dentro do perfil da renda do Bolsa Família. E, e, e assim, se não tiver dentro do perfil, não está. Mas assim, elas mentem mesmo, entendeu? Depois... (ENT – AS 05)*

É necessário nesse debate, resgatarmos a questão de que o Bolsa Família é um programa que surge em função da aglutinação de outros programas sociais e federais. Desse modo, ele recebeu beneficiários que migraram de programas sociais como o auxílio gás, cartão alimentação, o vale gás e o Bolsa Alimentação. O Bolsa Família tem na verdade um desenho que ganhou de herança do extinto Bolsa Alimentação. Ou seja, o PBF incorporou as condicionalidades e critérios de elegibilidade do antigo programa social, no qual as mulheres e crianças eram os principais focos (IBASE, 2008). Nesse tocante, é imprescindível pensarmos qual é a percepção que mulheres e homens têm sobre os critérios de inserção em programas como o Bolsa Família. Pois, é indispensável o conhecimento sobre esse aspecto, senão o que fica mais evidente, é que as mulheres compreendem de forma errada o critério de renda per capita familiar, como concluí a profissional:

*Então, assim, elas têm essa visão assim, né, que o critério tá errado, que o critério não deve ser esse. E elas não entendem a importância do critério de elegibilidade pro Programa (Bolsa Família). (ENT- AS 05)*

Quando perguntadas sobre o acesso majoritário das mulheres ao CRAS as assistentes sociais, sem demora confirmam que esse é muito maior em comparação com o acesso dos homens. Ao responder sobre como compreende a pequena participação masculina na proteção social básica e se já havia pensando no assunto, a assistência social verbaliza que:

*Não, nunca pensei sobre isso (risos). Agora tô até pensando (risos). Já pensei sobre alienação paren... é parental, né que se fala?*

Outra entrevistada, ao avaliar a Política de Assistência Social atribuiu ao seu desenho a pequena participação masculina no CRAS:

*Eu acho que até mesmo a Política de Assistência, ela tá mais voltada pra, pro público feminino né? Você vê que até mesmo o Programa Bolsa Família coloca que a R. F. né, a responsável familiar, que seja preferencialmente uma mulher né? Então, acho que a Política ela foca mesmo isso: da mulher estar mais presente nessa Política, né? (ENT – AS 06)*

Em relação à titularidade masculina do benefício do PBF as entrevistadas relataram que nunca acompanharam nenhum homem beneficiário do programa. Algumas chegaram até fazer no máximo uma ou duas inscrições de homens pleiteando o PBF. Antônio surgiu no CRAS Badu depois que eu já havia registrado os depoimentos das assistentes sociais, isto é, até o momento das entrevistas, a equipe técnica desconhecia qualquer homem que recebia o benefício no território. Muitas se remeteram à explicação relatada anteriormente, a falta de interlocução entre o órgão gestor do PBF e os CRAS. Uma profissional explica que é mais difícil para os homens terem o “perfil PPBF” e por isso procuram bem menos do que as mulheres o programa, ela enumera algumas razões para essa diferença:

*É. Na maioria das vezes quando, quando é masculina, eles não procuram o Bolsa Família **não**. Eles procuram mesmo o baixa renda da Ampla, ou outro benefício. Porque normalmente, eles tem a questão do, do trabalho mesmo que informal e aí é, porque o trabalho informal, aquela renda informal ela conta pro cálculo per capita do Bolsa Família. E aí, às vezes, eles não estão dentro do perfil, na maioria das vezes eles não estão dentro do perfil. A mulher não, a mulher fala: “ah faço uma faxina uma vez na semana e aí eu ganho cem reais por mês” (sic). E ela tá dentro do perfil por causa dos filhos também pra contar ali a per capita né, pra dividir. E o homem não, às vezes é um filho só, **ele e um filho só**. Então, ele tem aquela renda informal dele que conta pro cálculo. Então ele tá fora do Bolsa família, aí é mais pra, pra, outros benefícios mesmo do cadastro. (ENT – AS 05)*

As assistentes ao avaliarem um lugar para os homens na Política de Assistência Social apontam que este lugar está em construção, e que deve ultrapassar sem dúvida apenas a garantia do benefício do Bolsa Família:

*Deveria ser o mesmo lugar da mulher (risos), né? Porque eu acho que não tem que ter essa diferenciação. Mas, é... eu acho que o lugar do homem ainda tá sendo construído dentro da política de assistência. É.. aí, não tô falando nada de Bolsa Família, de benefício, nada disso, CadÚnico. (ENT-AS 05)*

E ao mesmo tempo, também demonstram a importância do protagonismo dos homens na construção desse lugar onde são sujeitos de direitos socioassistenciais:

*Dentro da política de assistência eu acho que o homem tem que construir o seu lugar ainda. A Política (de assistência social) é pensada pra mulher, parece que é toda estudada assim, pra, pra questão da mulher **mesmo**, da questão da mulher com seu filho: que desprotege o filho, que protege o filho. A proteção mesmo, a proteção social mesmo. (ENT – AS 05)*

Outro depoimento destaca que talvez o lugar dos homens esteja num *segundo plano*, e que isso pode ser visualizado através da ênfase que orientam políticas, programas, atividades em geral destinadas às mulheres âmbito da Assistência Social:

*Acho que como eu falei anteriormente né, acho que tá no segundo plano. Porque, o que eu percebo é uma Política voltada pra mulheres. Até mesmo os grupos que, que acontecem né, que estão acontecendo nos CRAS. Você vê só a presença de mulheres né. Grupo de família, grupo de gestante, grupo de idoso. (ENT – AS 06)*

Todas as entrevistadas concordam que o desenho do PBF e até de outros programas sociais contribui para uma “certa feminização” da Assistência Social. Elas confirmam novamente que os cursos oferecidos nos CRAS tendem a atender mais as demandas das mulheres do que dos homens:

*Por exemplo, o titular do, do Bolsa Família no Cadastro Único é sempre né, prioritariamente, é colocado a mulher né? E... como eu te falei, os serviços **por exemplo**, aqui no CRAS, os cursos que já aconteceram de geração de renda foi é: **artesanato, bijuteria**. Então assim, a gente não teve a presença é... masculina pra fazer esses cursos né? E... e assim, foram cursos bem pequenos que eu também não sei se atende a, a... essa questão de, de combater entre aspas a, a situação de vulnerabilidade dessas famílias. É isso tem que pensar assim, como é que pode fazer esse trabalho né? (ENT – AS 01)*

Outra assistente social verbaliza que o fato do PBF aparecer “vinculado à mulher” contribui para um foco maior nas questões femininas:

***Com certeza.** Com certeza. Com certeza, até mesmo pelo fato de vincular o Bolsa Família com a mulher, né? Acho que **já está** vinculado isso, o Bolsa família com a mulher, a mulher que não tem emprego tem direito ao Bolsa Família pros seus filhos. Acho que isso tá vinculado até mesmo pelo fato, a gente sabe que surgiu tudo no governo do Lula, mas, **hoje** existe um*

*Presidente que é uma mulher, né, então eu acho que tá mais voltada **ainda** pros laços femininos. (ENT – AS 04)*

Em resumo, os CRAS oferecem pouquíssimos atrativos aos homens, pais ou não, adultos ou idosos, sozinhos ou em família. Há que se pensar formas para trazer os homens para o espaço da Assistência Social e garantir a oportunidade de acesso indiscriminado por mulheres e homens aos direitos socioassistenciais.

### **3.3 Os homens da “CASA da FAMÍLIA”: representações sobre o PBF, o CRAS e os homens**

Conforme já foi ressaltado anteriormente, a busca pelos homens nos territórios de abrangência dos CRAS escolhidos como campos empíricos desta pesquisa refletiu um desafio metodológico. Mas por outro lado também contribuiu para evidenciar questões importantes. Por exemplo, durante o início deste estudo havia um conhecimento empírico muito limitado à realidade das mulheres enquanto beneficiárias de programas sociais. Esse prévio conhecimento empírico também foi acumulado com base em experiência profissional e levantamento bibliográfico sobre o tema. Inicialmente, as mulheres beneficiárias do PBF foram as primeiras entrevistadas nesta pesquisa. Seus depoimentos descreveram suas estratégias e seus modos de vida, em especial como informam ao programa Bolsa Família outra composição familiar, diferente do que têm de fato, com vistas a favorecer o recebimento do benefício<sup>32</sup>. O que de início norteou hipóteses que inferiam e corroboravam a questão de que a solicitação vindo de uma mulher, de uma mãe solteira, em geral abandonada pelo pai dos seus filhos assume pertinente legitimidade. No entanto, invisibiliza questões caras à família beneficiária, como por exemplo, ter que omitir o companheiro ou marido do CadÚnico, ou qualquer outro adulto, até mesmo outras mulheres. Ou seja, antes de entrevistar os homens beneficiários do PBF o conhecimento predominante ressaltava o aspecto de que o discurso do *abandono inventado* estaria circunscrito (como se fosse possível) ao universo feminino. Isto é, o discurso do abandono parental, acrescentava-se à questão central da vulnerabilidade social, que atinge hegemonicamente as mulheres e “facilitaria” em certa medida a inserção dessas nas folhas de pagamentos de programas e projetos sociais.

Em contrapartida, a ausência dos homens nas listagens de beneficiários PBF pode demonstrar que para eles seria uma inserção mais difícil, quase intransponível. Até, porque a

---

<sup>32</sup> Ver Apêndice Entrevista “A”.

representação de que os homens são os provedores está fortemente impregnada ao fazer profissional, como justifica uma assistente social ao explicar quais diferenças percebe nas inserções feminina e masculina no espaço do CRAS, ou seja, da assistência social:

*Bom é... porque é assim, como... a gente pode perceber em termos de política, que a política, foi uma política que priorizou a questão do materno-infantil. Quando ela prioriza que sejam as mulheres, isso vem na política, que sejam as mulheres. A gente até brinca quando faz as entrevistas aqui: o nomezinho que vai aparecer no cartão em baixo do numerozinho que parece cartão de crédito é o da mulher que aparece. Só as mulheres que buscam o CRAS. E é interessante porque **as mulheres que vêm em busca do CRAS elas não têm consciência de que têm que ser elas, de que elas são a prioridade no programa. Elas não têm essa consciência. O programa na verdade vem responder esse movimento natural, que seria as mulheres comparecendo aos serviços de saúde, assistência, educação, que é histórico. As mulheres como é... cuidadoras das proles, e como sempre a mulher que faz o trabalho de bico. Claro, ela é o arrimo. Ela é o arrimo, mas não é o arrimo oficial. Ela é o arrimo que se une ao companheiro e acaba sendo o arrimo. Ou, ela é o arrimo, mas nunca seria de maneira formal no mercado de trabalho sempre de maneira informal. Pelo o que a gente entende, quando foi feita essa política, do que a gente acompanhou da construção dessa política, foi pensado em **sanar** essa questão. Fornecer uma proteção pra essa mulher que não se insere formalmente no mercado de trabalho para que ela tenha um recurso a mais pra manter de forma adequada a saúde e... níveis de sobrevivência desse materno-infantil. Pelo o que eu pensei na política foi construída em cima disso aí. (ENT – AS 03)***

Fica patente nessa fala o modo como essas questões são naturalizadas pelas profissionais. Pense que a fala dela diz explicitamente que o programa vem responder a um movimento “natural” que faz com que as mulheres procurem os CRAS. Não discordo que esse movimento existe. O que se tem que destacar é que ele não é/foi problematizado pela Assistência Social.

Conforme, já foi dito anteriormente, esta pesquisa entrevistou dois homens usuários dos CRAS da cidade de Niterói/RJ e beneficiários do Bolsa Família. A entrevista realizada com esses homens seguiu o roteiro de acordo com os seguintes blocos de temas: definição do perfil do entrevistado, experiências no âmbito da participação social, percepções do entrevistado sobre a família, homem, paternidade, o uso do seu tempo, o autocuidado, suas redes de apoio, a pobreza, o programa bolsa família, e sua inserção como beneficiário e sujeito de direitos socioassistenciais.

Antônio, o primeiro entrevistado tem 46 anos de idade, é natural e morador da cidade de Niterói/RJ, solteiro, se autodeclarou de cor/raça branca, possui Ensino Médio incompleto, é diabético e verbalizou que até aquele momento a renda mensal da família era de aproximadamente mil seiscentos reais (R\$1.600,00). O entrevistado foi localizado através da colaboração da equipe técnica do CRAS Badu. O mesmo havia procurado o CRAS, com a demanda de transferência de titularidade do benefício, em função da sua viuvez, e a recente

perda da sua casa numa enchente. Seu Antônio perdeu sua companheira de 38 anos de idade, vítima de um problema cardíaco, há aproximadamente dois anos. Com sua falecida companheira que já tinha duas filhas de outro relacionamento, Antônio teve dois filhos gêmeos e passou a ser pai de quatro crianças, já que como verbaliza assume com muito orgulho a paternidade das enteadas. Os gêmeos têm 08 anos e as suas enteadas são adolescentes. Antônio à época da entrevista (março de 2012) estava afastado do trabalho, onde exerce a função de motorista de ônibus há quase dois anos com Carteira de Trabalho assinada, pois segundo a equipe técnica do CRAS, ele sofreu um surto psiquiátrico. Infelizmente, e atribuem como motivo desse surto o fato do seu Antônio também ter perdido a sua casa. Antônio atualmente vive, com os filhos na casa da sua mãe, sua principal rede de ajuda.

Após, o episódio do surto, Antônio solicitou juntou ao Instituto Nacional de Seguridade Social/INSS o auxílio doença, mas o mesmo foi indeferido. De acordo com ele, a empresa de ônibus onde trabalha, localizada em Niterói/RJ, não lhe pagava os seus salários há pelo menos três meses, embora estivesse de licença médica. O Serviço Social após o indeferimento do auxílio deu prosseguimento às orientações junto ao usuário, que segue a partir disso em acompanhamento da equipe técnica.

Antônio e sua família recebem o benefício há aproximadamente há um ano e seis meses. Sua falecida companheira inscreveu a família no CadÚnico, de acordo com os registros do CRAS no ano de 2010. Atualmente, Antônio afirma que recebe R\$ 204,00 (duzentos e quatro reais) por mês de benefício e que no Cadastro Único constam, ele e as quatro crianças. Embora, hoje as suas enteadas, que verbalizou ter criado desde pequenas morem com os parentes da família materna, ele e os gêmeos com a sua mãe. Segundo ele, as meninas passam o final de semana com ele na casa de sua mãe – demonstrando, assim, a existência do fenômeno de circulação de crianças, tão bem descrito por Fonseca (2002).

O segundo homem entrevistado, é usuário do CRAS Região Oceânica e foi localizado a partir de levantamento nas fichas da instituição. Lázaro foi contatado por meio de contato telefônico, e felizmente seu número fixo ainda era o mesmo desde o ano em que solicitou o PBF, em 2008. Lázaro se inscreveu no cadastro único quando seu filho ainda era menor de idade e possuía o perfil para beneficiário definido pelo programa. Sua família recebeu o benefício durante quase cinco anos, até o início deste ano de 2013 no valor de R\$70,00 (setenta reais). Durante a entrevista realizada em abril deste ano de 2013, o benefício de Lázaro estava suspenso há aproximadamente três meses. Ele disse não saber o motivo da suspensão do pagamento do benefício. Hoje o seu único filho, tem 21 anos e cursa Turismo na



Universidade Pública. E, coincidentemente, Lázaro foi no passado motorista de ônibus por 36 anos em diversas empresas localizadas em Niterói, segundo ele afirma. Atualmente, ele está aposentado por tempo de contribuição. E afirma não ter saudades do tempo em que foi motorista de ônibus. Segundo ele, as condições de trabalho eram precárias e o exercício da função muito prejudicial à saúde:

*Nada. Eu não tinha hora pra me alimentar. Eu não tinha banheiro pra ir. Entendeu? Muitas vezes eu chegava no ponto final os caras falavam: “jacaré seu tá atrasado”. Não tem tempo pra você tomar café. Não tem tempo pra ir num banheiro. É uma coisa **ridícula!** **Parar** no meio do caminho pra... sair largando o ônibus pra ir no banheiro, porque ninguém te espera, entendeu?*

Lázaro tem 58 anos de idade, é natural de São Gonçalo/RJ, solteiro, reside hoje no município de Niterói/RJ, se autodeclarou pardo, tem Ensino Médio incompleto e declarou que a renda mensal familiar é de aproximadamente oitocentos reais (R\$800,00).

As entrevistas com Antônio e Lázaro seguiram um prévio roteiro de perguntas semiabertas que constam apensados a esse trabalho. O primeiro bloco de questões refere-se ao tema participação social. Antônio verbaliza que nunca participou de nenhuma organização, movimento social, grupo religioso e/ou político, já Lázaro respondeu que no passado participou ativamente da Associação de Moradores, localizada no bairro que hoje reside:

*Já, já até paguei mensalidade e tudo, mas depois parou.*

Quando perguntados sobre o que significava família para eles, ambos foram unânimes na resposta. Antônio definiu da seguinte maneira:

*Família pra mim é a **base** de tudo, né? Não tenho uma explicação exata, mas a minha família é a minha família. Eu levo a minha família como tudo na minha vida.*

Lázaro também definiu a família como sendo *tudo* para ele:

*Ué, família pra mim é tudo, né? Porque tem que cuidar da casa, cuidar do dia a dia, né. Todo mundo precisa de trabalhar, a gente tem que se virar, entendeu?*

A definição de família como “tudo”, hiperdimensionando esse espaço é comum. Freitas (2000) discute essa questão em sua tese de doutoramento e problematiza o que é esse

tudo? Isso não é dito e fica-se no senso comum, talvez por estarem sendo entrevistados. Não se fala das coisas boas que efetivamente existem, mas também não se fala das coisas ruins, como preocupações, violências, etc que também fazem parte da família. É importante uma análise nesse sentido. A força dessa simbologia: família que não pode nem ser questionada.

As entrevistas abordaram questões inerentes às percepções dos homens sobre como eles definem o que é ser homem. Quando perguntado sobre o que era ser homem, Antônio explicou que é complicado e definiu a masculinidade a partir de um viés sexual:

*Hoje dentro da sociedade é complicado você **falar**. Eu me vejo como homem sim, independente de, de, de diferenças, né? Porque tem homens, que hoje é **homossexual!***

Antônio completou:

*Não **interessa**, eu acho que o homem nasceu homem, e vai continuar sendo homem a vida toda, independente da, da aptidão sexual que tenha.*

Antônio na sua fala ressalta um “ideal viril” de masculinidade que fortalece, segundo Welzer-Lang (2001) a identidade masculina baseada em concepções naturalizadas sobre a sexualidade dos homens. Ele se contradiz no seu discurso e argumentos, pois ao mesmo tempo que ele diz que não discrimina a homossexualidade masculina, ele também afirma que não a aceita:

E, não tenho, não discrimino, é... mas não (não dá pra compreender). Pra mim nasceu homem, tem que ser homem, sem discriminação. Vou conviver, convivo na sociedade, mas aceitar diretamente na verdade eu não aceito. A gente convive, respeita, mas desde que eu me entendo como gente, pra mim homem sempre foi homem, e eu não vejo de outra forma, entendeu?

É nítido que Antônio se orienta pelo paradigma heterossexual para definir o que é ser homem para ele, confirmando o que Welzer-Lang (2001) aponta em seus estudos:

O surgimento do *sciencia sexualis*, a definição dos indivíduos não mais através de um dado fisiológico (o aparelho genital), mas através de uma categoria *psicológica* que é o desejo sexual, contribuiu para impor nos homens um quadro heterossexual apresentado, ele também como uma forma *natural* de sexualidade. Assimilando a sexualidade, e seu bloco de jogos, de desejos, de prazeres da reprodução humana, o paradigma heterossexual se impôs como linha de conduta para os homens. (WELZER-LANG, 2001, p. 467)

Welzer-Lang (2001), explica que o paradigma heterossexual é uma peça importante para a consolidação do heterossexismo<sup>33</sup>:

É o que fundamenta hoje o heterossexismo. O heterossexismo – e aqui eu adoto uma definição americana – é a discriminação e a opressão baseadas em uma distinção feita a propósito da orientação sexual. (p. 467)

Lázaro também afirmou ser complicado para ele definir o que é ser homem:

*Ah, minha filha, é complicado.*

Mas diferentemente de Antônio, Lázaro, definiu a masculinidade a partir da sua própria experiência com a responsabilidade frente às necessidades de sua família, que assumiu desde muito cedo. Para Lázaro ser homem passa pela questão paradigmática da função do provedor que também está ligada a uma definição tradicional de masculinidade:

*Porque quando eu fui criado na roça com os meus pais, a gente era pequenininho, a gente tem que trabalhar né, pra ajudar a casa. Saí de casa com 16 anos pra trabalhar em Niterói/RJ, morar **sozinho**. Continuei ajudando meus pais, meu pai não tinha... meu pai e minha mãe não eram nem aposentados, eu tinha que **ajudar** nas tarefas. Quer dizer eu era, eu era o **chefe** da casa: tinha que pagar luz, comprar pipa da água, que não tinha água encanada, comprar **gás**. E assim foi levando, entendeu?*

No que foi inferido sobre as percepções em torno da paternidade nas palavras de Antônio ser pai está relacionado à questão da responsabilidade paterna, está também intimamente ligado à função de provedor:

*Ser pai hoje é ter aquela responsabilidade, do trabalho, do provento, da educação, da saúde, do lazer, entendeu? Das condições normais do colégio. Eu vejo dessa forma.*

Lázaro se remeteu com ternura à função paterna:

*Ah, eu acho uma coisa muito bonita.*

E ainda completa:

*Se eu pudesse tinha mais uns quatro ou cinco filhos, porque 01 (um) só...*

---

<sup>33</sup> Sobre o heterossexismo ver o item “2.2 A construção social do masculino”.

Antônio descreveu como cuida dos filhos gêmeos de 08 anos de idade:

*Eu boto pra tomar banho. Sai do banheiro, eu olho: orelha, olho pescoço, eu olho debaixo do braço, eu mando se lavar bem. Se não tá bem lavado, eu mando tomar banho de novo. Eu faço comida, eu boto pra comer. Depois da comida eu ensino o dever, e passo roupa, lavo roupa, tudo...*

Lázaro com o filho já em idade adulta responde orgulhoso e recorda-se da própria infância sobre os prazeres da paternidade:

*Ah, seu te contar eu tenho as fotos do meu filho desde pequenininho. Porque eu nunca tive nenhuma das minhas, porque morava na roça não tinha nem máquina.*

O registro da infância do filho demonstra como Lázaro participou do universo infantil, contrariando a construção social e histórica da infância, onde a “função do cuidado e a criação dos filhos permaneceram com a mulher” (LYRA et al, 2005, p. 82). Lázaro brevemente descreve como se deu o cuidado nessa “relação adulto-criança”:

*Era assim: quando a minha esposa ía trabalhar, ela deixava ele e eu ficava com ele na parte da manhã. Quando ela voltava eu ía pro trabalho, trabalhava à tarde né, ela ficava com ele. E assim a gente ía fazendo.*

Quanto às percepções sobre o uso do seu tempo consigo e com o próximo Antônio, atualmente descreve que dedica o seu tempo exclusivamente à função paterna, que ele assume ser imbuída de cuidados compulsórios. Ele aponta as dificuldades de estar sem a sua companheira para dividir essa jornada de cuidado, mas diz que se empenha como homem e pai para exercer funções comumente atribuídas como sendo do sexo feminino:

*Eu, eu hoje me coloco na posição de pai e mãe, né? Não desempenho o papel é... totalmente eficaz à partici... o que leva a parte da mulher. Mas eu faço por onde, fazer o melhor, dentro da minha condição de homem, entendeu? Eu falando por mim, acho que o homem hoje ele tá, como é que se diz: aprendendo a conviver com outras condições também. Porque, normalmente, a participação do homem na família é o quê? O sair, trabalhar, trazer o provento pra casa, o dinheiro, a comida. E a mulher, às vezes também trabalha, sai do trabalho, vem pra casa, cuida de filho, cuida de casa, cuida de marido. Depois que ela vai se preocupar com ela. Ela é última sempre em tudo, é a última a comer, a última a tomar banho, é a última... Então, eu, eu me vejo dessa forma hoje. Hoje, hoje eu já saio, trabalho, chego em casa, faço tudo que eu tenho que fazer, como a mulher faz. Eu já to me deixando sempre por último também em condição da família, da vida que eu tô vivendo. Entendeu?*

Conforme Antônio mesmo enfatizou o seu modo de ser família atualmente, isto é, monoparental masculino, torna imprescindível a sua presença como único responsável pelos filhos, ainda dependentes. A responsabilidade filial implica numa série de cuidados que historicamente foram destinados às mulheres. Antônio se refere a uma “forma” naturalizada da mulher vinculada ao amor incondicional e ao cuidado compulsório com a família, acima das próprias necessidades. Contudo, ele acredita que os homens de hoje devem sim compartilhar com a companheira “a função do cuidado e a criação dos filhos” (LYRA et al, 2005, p.82) e completa a fala acima dizendo:

*Mas, é a evolução dos tempos e a gente tem que acompanhar.*

São diversas as contradições que permeiam a construção social da identidade masculina. Ser homem está atrelado a um processo de ambiguidades entre *padrões* conflitantes, segundo observa Gomes (1998):

Especificamente em relação ao papel masculino, observo que apesar dos padrões patriarcais vigentes, eu e outros homens nem sempre nos aproximamos desses padrões, fazendo valer a nossa maneira de sermos masculinos. Há momentos em que conseguimos mais dar voz à nossa forma de ser e, em outras vezes, reproduzimos os modelos, ficando até mesmo na caricatura desses modelos. (1998, p. 181)

Lázaro conta que está vivenciando de certa forma a terceira experiência com o cuidado através do seu irmão. O primeiro foi o cuidado com o seu filho quando pequeno, o segundo momento de cuidador foi há alguns anos atrás, quando segundo ele cuidou do pai durante alguns anos antes que o mesmo falecesse aos 105 anos de idade. O irmão de Lázaro teve meningite com seis meses de vida ficando com sequelas. Atualmente, Lázaro que afirma ter dez (10) irmãos, dentre eles (03) mulheres cuida do seu irmão em sua casa, mas divide na medida do possível durante os finais de semana com (02) de suas irmãs o cuidado fraterno:

*Não, não. Eu tô revezando com as minhas duas minhas irmãs, né. Quando elas vêm. Final de semana elas vêm pra ficar pra me dar uma bola (ajuda).*

Lázaro assumiu a responsabilidade com o cuidado fraternal e descreve como é a sua convivência com o irmão:

*Na parte da manhã, eu levanto faço café, que ele acorda mais cedo do que eu. Faço o café dele. E o vício de dar uma olhada no jornal, né. Se não olhar o jornal pra mim... eu acho que... é complicado. Passei 08 (oito) dias na Paraíba na casa de um colega meu fiquei indignado, porque não tinha um rádio pra escutar uma música, não tinha um jornal pra comprar, sabe, foi muito ruim. E ele (o irmão), eu vou adiantando, cada dia eu faço uma coisa, um dia eu faço feijão, um dia faço arroz, pra na janta não ter que fazer de novo, entendeu? Saio para fazer os meus biscates, entendeu? E assim vai.*

A história de Lázaro e seu irmão retrata “a experiência da fraternidade no mundo da atualidade” e que ela não *desertou para sempre* (BIRMAN, 2000, p. 175). O “laço fraterno” aqui de origem consanguíneo, entre Lázaro e o seu irmão reflete um aspecto indissociável da solidariedade e responsabilidade do primeiro com o último. Para Birman (2000) o caráter ético da fraternidade é indispensável para a mudança das subjetividades, ele considera *a alteridade, um valor fundamental na relação de responsabilidade do sujeito com o outro* (p. 178).

Em relação às percepções sobre o autocuidado, Antônio remete-se novamente ao sucateamento da Saúde como um empecilho para isso:

*Eu sou diabético. Preciso de um acompanhamento do Posto, mas você não consegue. Você tem que sair de casa onze meia, meia-noite pra dormir dentro de um Posto de Saúde, pra conseguir ser atendido. Não tem condição.*

E completa, apontando a sua total falta de perspectiva sobre o acompanhamento médico que necessita, enquanto portador de uma doença crônica e séria como é a diabetes:

*Eu desisti. Então, só, só tenho ido ao médico agora, quando, eu realmente tenho necessidade vou num Pronto Socorro.*

Lázaro, embora também não esteja satisfeito com a saúde pública tem conseguido estabelecer minimamente um vínculo com o Programa Médico de Família do Cafubá, localizado no Bairro de Piratininga/Niterói/RJ:

*Ao médico eu vou, eu vou. Já fiz até exames, nesse mês de agora que passou. Tô esperando o resultado, porque depois tem que fazer novos exames, né?*

Ele afirmou que cuida sim da saúde, mas opta pelos serviços pagos, especificamente os exames laboratoriais. De certa forma, não significa somente uma opção, mas a única alternativa:

*Mas eu faço mais particular, porque eu...*

Um pouco antes da entrevista, Lázaro relatou que havia feito alguns exames, dentre eles o de próstata, indicando que ele está preocupado com a própria saúde:

*Porque esse exame que faz da próstata tem que... cole sangue, aí tem que ver como é que tá. Aí vem glicose, **vem geral né**, vem glicose, vem pressão, vem tudo. De acordo com o resultado aí gente tem que...*

De fato, o SUS é uma contradição e reflete nos dias de hoje a sua total precariedade. Como pode ser a saúde um direito universal, se os exames laboratoriais de que necessitam o paciente ele precisa ter condições de pagar? O paciente vai à consulta, como é o caso de Lázaro, recebe vários encaminhamentos para a realização de exames, mas nenhum é pelo SUS, todos são para o próprio providenciar. Em geral, a pessoa é orientada na própria Unidade de Saúde a fazer os exames em clínicas e laboratórios particulares, como ele mesmo explica:

*A gente vai no Médico de Família ele dá o encaminhamento, a gente vai no laboratório e faz os exames.*

Lázaro também explica o porquê da sua preferência pelos serviços particulares:

*Assim, o Estado demora muito.*

Será que todas as políticas setoriais sofrem do mesmo problema? Ou seja, viraram, simplesmente “guichês de encaminhamentos” para outras políticas, conforme Sposati<sup>34</sup> (2009) criticou em relação ao que ocorre no espaço da assistência social. Essa é uma questão importante para discutirmos no âmbito da categoria profissional e para além dela. O SUS é uma grande conquista e precisa de atenção por parte da responsabilidade pública. Nesse

---

<sup>34</sup>Aula inaugural do Doutorado em Política Social no Brasil – Proferida pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aldaíza Sposati em 04/06/2009, sob o título “Desafios contemporâneos da proteção social no Brasil”, realizada no auditório da Escola de Serviço Social/UFF, da qual participei na qualidade de ouvinte

tocante a promoção da intersetorialidade é uma questão chave nesse debate. As ações intersetoriais são indispensáveis na implementação do PBF, que é um programa relevante para a população, que enquanto política intersetorial depende do funcionamento da rede de serviços no âmbito da saúde, assistência, educação e trabalho (SILVA et al, 2010).

Diante da precariedade da *proteção secundária* ficam latentes questionamentos acerca de quem faz às vezes do Estado quando não se pode contar com ele. A rede de apoio de Antônio, segundo ele é a sua mãe:

*Quem, quem participa diretamente em relação a tudo é... é a minha mãe.*

A rede de apoio, ajuda ou proteção, pode ser feita de uma única pessoa ou até várias. No caso de Antônio, ele conta muito com a mãe – reforçando uma característica histórica. Antônio explica que entende as pessoas que nem sempre podem estar ao seu lado lhe ajudando:

*E, é difícil as pessoas absorverem **também** o seu problema. Então, a gente entende isso, não é porque não quer. Às vezes é por falta de condição, às vezes por falta de tempo, e a gente tem que aceitar, e não transferir seu problema pra outro. Mas, **minha mãe**, minha mãe é a base de tudo, entendeu?*

A história de Antônio confirma uma das hipóteses, inicialmente levantadas neste trabalho: de que os homens quando não acessam a proteção secundária podem estar nas redes tecidas pelas mulheres no antigo “aconchego” das famílias<sup>35</sup>. Já Lázaro relatou ter dez irmãos, mas conta mais com a ajuda dos amigos quando precisa, que de acordo com ele são muitos:

*Ah, mais os amigos, né?*

Ainda quando cuidava do seu pai e também do seu irmão, Lázaro precisou de ajuda para transportá-los e pode contar com os amigos:

*Eu, eu andei um bom tempo precisando de, de um carro pra levar meu pai, meu irmão no médico, eles levavam pra mim no carro, entendeu? Falou: “não, a hora que você precisar do carro tá aqui, você pode pegar”. Então, a gente vai, entendeu?*

---

<sup>35</sup> Cf., por exemplo, Fonseca (2002), Sarti (2005), Freitas (2002) ou Freitas, Braga e Barros (2010).



Em outra ocasião, Lázaro exemplificou que em certos momentos da sua vida necessitou da ajuda dos seus amigos, alguns deles também são seus vizinhos. A sua experiência demonstra a importância das redes primárias, e o fato de que laços constituídos por afinidades podem ser mais próximos do que os de parentesco:

*Levar no médico, até no INSS que meu pai tinha que levar pra tirar as digitais, porque eles não vieram em casa. Era em São Gonçalo que tinha que levar ele.*

Lázaro vivencia uma relação de fraternidade mais intensa com os amigos do que com os irmãos de sangue do sexo masculino. Birmam (2000) ao discutir o “laço fraterno” nos lembra de que:

A fraternidade não se restringe ao campo da família, mas ultrapassa essa em muito. Tampouco se confina a laços de sangue. Longe disso. Estes podem ser efetivamente a condição de possibilidade de uma história, ou não. Existem irmãos que não compartilham qualquer sentimento fraternal e que se odeiam com todas as forças, da mesma forma que existem estranhos que compartilham da fraternidade. (p. 176).

Lázaro por algumas vezes reafirma que tem muitos amigos e verbaliza num tom de desabafo, mas também de satisfação:

*Tem até um ciumento mais do que o outro.*

Ele relata como responde aos ciúmes de alguns amigos:

*Tem um então, um sergipano lá, que todo dia a gente se fala pelo telefone de madrugada, entendeu? Aí eles falam: “ah, pois é você gosta mais de Antonio do que de fulano?!” Não. São tratados como eles me tratam, entendeu?*

A experiência de Lázaro deixa evidente como a *proteção primária* funciona diante de casos que refletem a inadequação de serviços públicos, tal como a ausência total de infraestrutura para realizá-los. São os amigos que ajudaram Lázaro com o seu pai e hoje o ajudam com o seu irmão, a rede de proteção social próxima, mais especificamente, formada pela vizinhança (CASTEL, 1998):

*Quando eu saio peço pra eles dar uma olhada, entendeu?*

Mas não é só com o cuidado do irmão que Lázaro pode contar com seus amigos e vizinhos. Ele relata feliz como eles também se divertem juntos:

*E a gente vai pescar, a gente às vezes sai junto, vai pro forró, pra aniversário, eu vou na casa deles, eles vão na minha.*

É no espaço da *sociabilidade primária* (CASTEL, 1998) que muitos sujeitos encontram ajuda para o que necessitam, assim como momentos de socialização direcionados para a diversão e entretenimento, tendo em vista, as opções reduzidas para as classes mais pobres de acesso às atividades culturais e artísticas.

Em relação ao tema pobreza, tanto Antônio, como Lázaro, embora sejam beneficiários de um programa social que tem por objetivo combater a pobreza, não se consideram pobres e cada um deles tem o seu ponto de vista sobre o assunto. Antônio considera pobre a pessoa que não tem o que comer:

*Eu, eu acho que o pobre, pobre, é aquele que não tem condição nem de se alimentar. Eu hoje, não me considero pobre, né? Não me considero pobre, porque, mal ou bem a gente tem um **trabalho** tem como se prover, tem como se vestir, tem como se calçar. **Não tem luxo**. Mas tem. E pra mim o pobre é quem nem essa condição tem.*

Para Lázaro ele também não é pobre, e não acredita que vive num Estado pobre no que diz respeito a existência de serviços e oportunidades de trabalho. Segundo ele, em uma visita ao Estado da Paraíba/PB na região Nordeste do país, durante o Natal, disse ter se confrontado com a pobreza. Que na sua perspectiva está relacionada à total escassez de condições dignas de sobrevivência, retratadas pela ausência dos serviços públicos, instituições, e, sobretudo de oportunidade de trabalho:

*Olha, eu, acho que atualmente aqui no Estado do Rio (de Janeiro) muitas pessoas se “encosta”, né?  
Se “encostam”, porque... se você procurar serviço você encontra. Agora existe aquelas pessoas que não dão valor a nada, entendeu? Eu digo, porque meu pai não tinha estudo, mas meu pai prantava (plantava), meu pai ia pra feira de Alcântara (SG/RJ), vendia trazia o dinheiro, fazia compra. Eu nunca vi meu pai sair de casa pra festa, bar, pra lugar nenhum. Agora, outros Estados é complicado. Porque falta quase tudo, né? Porque eu tive... uma experiência no Natal aí, que foi uma coisa triste. A água pra você beber lá, só de chuva, porque lá não tem como. Tomar banho, água horrível. Mosquito demais, tudo longe. Pra mim eu acho que lá a pobreza, é uma coisa complicada.*

A definição de pobreza expressa por Lázaro é interessante porque vai ao encontro com a literatura sobre o assunto. A pobreza é um problema multifacetado, e, portanto de caráter multideterminado. Também se constitui como um tema muito importante e polêmico, mas o aprofundamento do estudo a seu respeito possibilitou o consenso em torno de alguns *pontos* (ROCHA, 2003, p. 173). Não é estranho que Lázaro defina a pobreza a partir da sua experiência em meios à privação da região Nordeste, já que essa se confirma oficialmente como uma das regiões mais pobres do país. De acordo, com Rocha (2003) a questão da pobreza no Nordeste é um consenso:

O componente regional da pobreza no Brasil se mantém. Quando se consideram indicadores de renda ou quaisquer outros aspectos da condição de vida das pessoas e das famílias, a incidência de pobreza é mais elevada no Norte e Nordeste, e sensivelmente mais baixa no Centro-Sul. Isso significa que, apesar das profundas transformações estruturais por que passou o país em 30 anos, as regiões Norte e Nordeste não apresentam indícios de romper com sua herança de pobreza, e alterar, significativamente, sua posição desfavorável. (2003, p. 180)

O último bloco do roteiro de perguntas semiabertas tratou da participação de Antônio e Lázaro no Programa Bolsa Família como titulares do beneficiário, e, portanto os principais responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades no campo da saúde, educação e trabalho. Antônio e Lázaro afirmaram e confirmam o que as profissionais relataram anteriormente, de que não têm e nunca tiveram qualquer tipo de acompanhamento sociofamiliar pelos CRAS dos seus territórios. Hoje e já algum tempo, Lázaro não tem mais que cumprir com exigências do campo da saúde e educação, pois seu único filho está maior de idade e não tem mais perfil para beneficiário do programa. Mas afirmou que nunca teve problemas com as exigências do campo da Escola, nem da Saúde. Pois, o filho sempre foi regularmente à Escola, e ele manteve em dia às visitas à Unidade de Saúde vinculada à sua família.

Antônio, ainda tem filhos em idade escolar e verbaliza que também nunca teve problemas com o cumprimento das condicionalidades exigidas pelo Bolsa Família. Foi enfático na crítica à precariedade do Sistema Único de Saúde (SUS) e na sua dificuldade enquanto diabético de conseguir marcar uma consulta médica:

*Normalmente, eu não vou. Porque na realidade até, é complicado. Porque, a gente tem que sair de madrugada pra ir num Posto de Saúde pra marcar. E,*

*às vezes você não consegue. Como já aconteceu três vezes comigo e eu até desisti. Eu tenho problema de diabete.*

Cada um dos entrevistados soube do Programa Bolsa Família através de meios de comunicação diferentes. Antônio disse ter visto junto com a sua ex-companheira, titular do benefício, quando a família foi inserida na folha de pagamento do programa o anúncio na Televisão, antes de terem buscado o CRAS do seu território para maiores informações:

*É, não, isso foi um programa que foi divulgado na Televisão, né? E a partir daí, a gente passou procurar se informar.*

Ele enfatiza que o cadastro da sua família foi realizado com ele também:

*É, eu fiz a transferência do nome da minha esposa pro meu nome, mas eu tava incluído **também** no plano.*

Lázaro afirma que foi por meio da Associação de Moradores que fez a inscrição no Programa:

*É porque a Associação de Moradores... ...tavão falando pra fazer o cadastro todo mundo que tinha filho de menor estudando, entendeu? Aí eu fiz **pro** meu filho.*

O que é o PBF para esses homens? As respostas registradas indicaram que eles não percebem o PBF como um direito, mas como uma ajuda. Antônio, que tem filhos pequenos respondeu que para ele:

*Olha eu..., veio numa hora boa, ajuda bastante, independente de valores. Ajuda porque, é um material escolar, é um gás que se falta dentro de casa, é um biscoito, é sempre falta, é um legume. Então chega numa hora que às vezes você tá desprovido de nada, esse benefício ajuda bastante.*

Lázaro bem semelhante ao primeiro entrevistado, afirma:

*É pra mim, é uma ajuda boa, né? Porque é um dinheiro certo. Que tem vezes que a gente tá até meio “tarefado”, pelo menos já dá pra comprar alguma coisa, né?*

Em relação à condição de beneficiário do programa, ambos os entrevistados são bastante conscientes, na medida que reconhecem que é uma “ajuda” que tem prazo para acabar. Antônio por exemplo, fala que está se preparando para o fim do benefício:

*Eu já tô até me preparando pra isso.*

Antônio, conclui, explicando porque acha que vai perder a condição de beneficiário:

*Porque eu acho que a próxima vez que for fazer o recadastramento, né? Eu acho que eu vou perder. **Mas**, eu não posso nem dizer que: vai fazer a falta. Vai fazer falta, claro, entendeu, porque já é um benefício que a gente tá acostumado, já incluiu no seu orçamento familiar, entendeu? E, ainda não me vi sem ele **não**, mas já tô tentando me preparar.*

Ele concorda que o benefício seja uma proteção de certa forma:

*Justamente. Uma proteção porque, independente de você ter trabalho ou não, é um dinheirinho que te ajuda ali.*

Na entrevista realizada com Antônio foi perguntado para ele, se ele achava que o PBF era “coisa de mulher”<sup>36</sup>, já que essa é uma afirmação recorrente no imaginário social. Antônio, respondeu que não entendia o benefício como da mulher:

*Eu, eu nunca olhei por esse lado **não**. Porque, quando eu tive a informação é..., eu já diferenciei, porque não é..., o benefício não é **pra mulher**, o benefício é **pra família**.*

Antônio reforçou que entende o benefício como sendo da e para a família:

***Essa** foi a percepção que eu tive. Eu acho que é dessa forma: não interessa se é mulher, não interessa se é homem. Eu não sei o quê tá na cabeça do benefício, mas eu acho que é **pra família!***

Ele também descreve que conhece o critério de renda do PBF:

*Eu sei. O que você tem de renda dividido pela quantidade de pessoas e os valores que eles estipulam lá.*

---

<sup>36</sup>Certa vez, durante uma visita ao CRAS Badu necessitei fazer uma cópia e fui até uma Xerox em frente ao próprio CRAS. Nessa xerox, encontrei uma cliente e uma moça que lá trabalhava, certa hora, as duas começaram a falar de pessoas do bairro que haviam solicitado o PBF e recebido e quem tinha pleiteado e não recebido. Tendo em vista, o assunto, aproveitei e perguntei: vocês sabem ou conhecem homens que recebem PBF? Primeiro, elas sorriram da pergunta, depois se olharam entre elas e responderam que não conheciam qualquer homem nessa situação. E completaram, dizendo que não sabiam que homem poderia receber o benefício.

Sobre a preferência da titularidade feminina para o recebimento do benefício, Antônio verbalizou que não sabia que a mesma existia, mas concorda com a focalização do programa:

*Não, é..., eu levo da seguinte forma, eu até não acho tão errado não, porque a mulher ela consegue gerenciar muito melhor os proventos. A mulher consegue! O homem já é... entendeu, eu tô nessa condição porque eu tenho meu trabalho. E eu consigo administrar. Mas se eu não tivesse um trabalho, sobrevivesse (não dá pra entender) seria muito diferente, entendeu?*

Antônio demonstra-se totalmente a favor da preferência feminina estipulada pelo PBF. Para ele, demonstrando partilhar de uma concepção tradicional de gênero, as mulheres seriam mais hábeis do que os homens, quando lidam com pequenas quantias de dinheiro e precisam atender às necessidades do grupo familiar. Sua fala ratifica o que preconiza o desenho do programa, sobretudo no que diz respeito ao público-alvo que ele pretende atingir. Ao que tudo indica, ele está se referindo a sua experiência pessoal e particular com a sua companheira que administrava a casa, o cuidado com os filhos e o destino de pequenos valores como o benefício. Ele também aponta que para ele seria difícil gerenciar o valor do benefício, senão tivesse a remuneração do seu trabalho.

Lázaro diferentemente, discorda da preferência feminina, acha que o foco do programa deveria independer de sexo, pois ele entende da seguinte forma:

*Ah, isso aí eu sei lá, é uma questão de cada pessoa. Porque, porque eu conheço pessoas que têm três, quatro filha recebe e, e num, às vezes não emprega nem o dinheiro com as crianças, né? Mas isso aí é um caso da pessoa, eu não posso nem me meter nisso.*

Ele entende que o benefício é das crianças, ou seja, para o uso das suas necessidades, mas ele diz que nem sempre presencia em sua vizinhança o emprego do dinheiro por algumas mães no que ele acredita ser o “ideal” para se investir, ou seja, prioritária e exclusivamente com as crianças:

*Mulher. Entendeu? Eu vejo aqui no bairro mesmo, tem pessoas que recebem mas, três ou quatro crianças que recebe, mas de repente não, a criança de repente não vê nem a metade disso aí.*

Em resumo, as políticas focalizadas no Brasil suscitam um debate certamente inesgotável e polêmico, pois é um país repleto de diversidades sociais, políticas, religiosas, étnico-raciais, de relações familiares, interpessoais, ideológicas, e tantas outras dimensões que

são permeadas pela multiplicidade das experiências e trajetórias dos sujeitos de diferentes gerações. Quando o PBF diz ser focalizado nas mulheres e crianças pobres, ele incorre numa das armadilhas da focalização, pois o par mãe/filhos informa a possibilidade de um único arranjo de família que necessita de proteção. Quando na realidade todas as famílias brasileiras e pobres precisam de proteção social, independente do julgamento limitado de ter ou não ter um homem em casa, independente de ter ou não ter filhos. Sem dúvida, é óbvio que certos modos de ser família em alguns momentos se apresentem em séria situação de vulnerabilidade social. Mas isso pode ser identificado através do acompanhamento sociofamiliar, principal ferramenta de trabalho que deve ser apropriada pelos profissionais que atuam na implementação das políticas sociais. O acompanhamento sociofamiliar deve se estender a toda população do território, não somente aos beneficiários do PBF, como se deu inicialmente no município, e agora nem mais isso vem ocorrendo. Enquanto durou o acompanhamento sob as condições precárias da Assistência Social em Niterói/RJ das famílias beneficiárias PBF, pôde-se verificar que havia uma representação privilegiada desse segmento no âmbito da proteção social básica. Já que esse grupo era o único que recebia atendimento efetivamente pelo CRAS, em detrimento de tantas famílias que também precisam. Nesse sentido, é pertinente destacar “a tendência à particularização” da Assistência Social, embora, “contraditoriamente à sua destinação constitucional à quase maioria da população brasileira” (SPOSATI, 1989, p. 27).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escolha pelos estudos dos homens e do masculino com base em um enfoque de gênero se deu definitivamente, em função das mulheres que encontrei pelo caminho que trilhei na família, na profissão e na academia. E, particularmente, em razão dos poucos encontros com os homens no interior da profissão e do exercício profissional. O lugar dos homens e do masculino na Assistência Social Pública é um lugar em construção, conforme indicaram as entrevistadas. Um lugar que passa a impor aos profissionais um olhar nesse sentido. Um olhar para práticas e ações de proteção social de caráter público, onde o homem seja incluído, indiscriminadamente como sujeito de direitos.

A investigação apontou que existe uma invisibilidade dos homens e do masculino na Assistência Social que não vem sendo questionada. Foi necessário o enfrentamento com as questões acerca da invisibilidade masculina no âmbito da proteção social básica para que ocorressem questionamentos por parte das profissionais entrevistadas. A Política de Assistência Social demonstra que é um espaço ainda exclusivo, restrito às mulheres, mas que não está em absoluto circunscrito a seguir essa tendência para sempre. O conteúdo da Política Social deve admitir a possibilidade de sua reconstrução permanentemente, tanto no que diz respeito à formulação, como à implementação, pois os sujeitos a quem ela se destina não estão congelados no tempo e no espaço. Esses sujeitos se movimentam e passam por mudanças em seus modos de vidas e comportamentos. Vivenciam transformações na família, na sociedade que provocam mudanças em suas subjetividades.



A cidadania brasileira e as políticas sociais estão estreitamente vinculadas à centralidade do trabalho na sociedade. A experiência brasileira reflete como a garantia dos direitos sociais está submetida à inserção formal no mercado de trabalho, destinando aos que não conseguiram fazer a transição para o mundo do trabalho (ou, aos eleitos como as mulheres, tidas como boas administradoras de recursos escassos) os programas de transferência de renda condicionada, como por exemplo, o PBF. É indiscutível a importância do programa para os seus beneficiários, contudo é impossível não indicar que só estão minimamente sob alguma proteção quem trabalha ou é identificado como estando nos limites das privações impostas pela pobreza, ou apresenta-se no mínimo como peça chave na complementariedade dos serviços públicos, como realiza historicamente as mulheres. Em geral, o perfil oficial da população mais empobrecida corresponde às mulheres com filhos pequenos. Sendo assim onde estão os homens, e mulheres pobres fora do perfil descrito acima, quando não estão formalmente no mercado de trabalho, nem na folha de pagamento de algum programa social? Talvez isso ajude a explicar a dificuldade de encontrar homens na proteção social secundária para esta pesquisa de mestrado.

A pobreza não tem sexo, ela atinge indiferentemente mulheres e homens, embora seja indiscutível que ela se aprofunde entre as mulheres. O homem pobre é percebido socialmente através da sua capacidade de trabalho e de prover o seu grupo familiar. Tal como a mulher, que tem por atribuição, a função essencializada de cuidadora. Entretanto, o homem não é invulnerável às adversidades postas pelas condições de trabalho, pela precariedade da saúde, da ausência de assistência social, pela falta de escolaridade, pela falta de redes primárias de ajuda, que igualmente afeta a vida das mulheres. Aprofundar debates em torno da centralidade da pobreza, da centralidade das mulheres nas políticas sociais é relevante, como não é menos importante abordar a centralidade dos direitos sociais e humanos para todos, de forma universal. E isso não equivale dizer que deva-se extinguir-se as políticas focalizadas; pelo contrário, a universalização também pode se operar a partir da focalização. A dualidade que permeia o debate ideológico em torno da universalização e focalização das políticas traz à tona questões complexas. Por isso, cabe esclarecer que de forma alguma as críticas dirigidas ao foco preferencial com corte de gênero do PBF tem o escopo de desqualificar o programa. Mas sim de colocar sob a luz a necessidade de que um programa que preconiza o enfrentamento da pobreza e da miséria brasileira, não pode ser tão restrito, ele deve abranger uma parte maior da população. O PBF enquanto programa focalizado é operado como se focalizar fosse restringir-se exclusivamente a uma população alvo de atendimento. Se o objetivo de um programa como o PBF é combater a pobreza, não faz sentido algum pensar

que só as mulheres estão em situação de pobreza. Há uma lacuna no sistema de proteção social brasileira no que tange à garantia de direitos dos homens, adultos e pobres.

Na realidade, tudo indica que a focalização do PBF foi assimilada pelos beneficiários e digamos que favoreceu a expansão dos arranjos monoparentais, e até mesmo unipessoais femininos no espaço da Assistência Social. Expansão, observada empiricamente, através do acesso e uso dos serviços socioassistenciais predominantemente pelas mulheres, tal como pelos bancos de dados como é o Cadastro Único. A chegada até o *abandono masculino inventado* se deu por meio desses simulacros de ser familiar que teve oportunidade de compreender a partir de falas femininas. A partir de uma relação profissional estabelecida com mulheres beneficiárias do PBF pude verificar que um discurso sobre um suposto abandono masculino serve como artifício para se encaixar aos critérios de elegibilidade dos programas sociais de renda condicionada. Nesse momento, ficou evidente que se a “família é tudo”, logo o abandono parental é suficientemente ilustrativo da situação do “pobre merecedor”. E aqui, como na pobreza que pode atingir qualquer pessoa, o abandono não escolhe o sexo quando se trata de pleitear direitos e tentar assegurá-los. Homens, como Lázaro também omitem a presença da companheira no CadÚnico. As experiências de mulheres e homens refletem que o discurso do abandono está vinculado ao pertencimento a uma rede de parentesco, seja essa, consanguínea ou constituída por afinidade. Dessa forma, podemos perceber que estar sem rede, sem ter com quem contar pode ser crucial na avaliação do outro (o profissional) para definir o nível de vulnerabilidade de um sujeito, e conseqüentemente deferir ou indeferir sua solicitação. Tendo em vista, não ser somente os critérios oficiais a contar para a inclusão em programas sociais, mas os critérios “oficiosos” aqueles baseados em perspectivas pessoais dos profissionais que atuam e executam a política social.

A ida ao campo favoreceu descobertas relevantes, dentre elas a tendência de fato que os homens muitas vezes recorrem às mulheres em busca de proteção, mesmo quando essas são as suas mães, como é o caso de Antônio. Isso confirmou uma das hipóteses iniciais desse estudo, ou seja, de que se os homens não chegam à proteção social secundária, eles podem estar nas redes primárias de proteção tecidas pelas mulheres. Mulheres, que protegem e cuidam desses homens desde muito cedo, quando se trata de mães. Portanto, a proteção social realizada pelas redes sociais primárias podem ser manter por décadas sob a responsabilidade e compulsório cuidado feminino. Essas redes primárias de proteção social formadas por mulheres podem estar sendo invisibilizadas pela invisibilidade masculina construída socialmente no âmbito dos direitos socioassistenciais. E vale pensar, será que as mulheres

com filhos adultos e ainda dependentes delas também são igualmente vulneráveis como aquelas que são chefes de famílias com filhos pequenos? Se mulheres com filhos pequenos se tornam mais vulneráveis socialmente e mulheres com filhos adultos, com pouca escolaridade e fora do mercado de trabalho formal, como ficam? Esta realidade, ainda é muito pouco visitada, em geral os estudos são centralizados no cuidado da mulher com crianças, idosos e doentes. As redes sociais dos homens adultos e pobres, em geral não são objeto de investigação.

Problematizar os lugares e os papéis socialmente construídos para mulheres e homens, implica no abandono de conotações essencializadas, que naturalizam desigualdades de gênero. Portanto, atuar junto a famílias pobres impõe a necessidade de uma prática profissional que não ignore a diversidade e a dinamicidade dos arranjos familiares. Desse modo, é imprescindível aos profissionais que formulam e implementam a política social superar a naturalização das funções e papéis de mulheres e homens no âmbito familiar.

Visualizar os limites que não permitem, por exemplo, o reconhecimento da vulnerabilidade que os homens enfrentam frente à pobreza, tema tão pouco discutido é um desafio posto aos profissionais e pesquisadores da área. Sob esse ponto de vista, é preciso avançar e empreender esforços para além de debates que se restringem a discutir e reconhecer os homens tão somente pela associação estreita com contextos de violência, desresponsabilização parental, reprodutiva e sexual. O acesso aos direitos não deve ser baseado na oposição entre os sujeitos, a dicotomia entre homens e mulheres vem sendo muito cara à garantia de direitos, à qualidade das relações e, sobretudo, à igualdade de gênero.

A maior participação das mulheres na Assistência Social resulta numa “estética feminina”, que ajuda a explicar a pouca ou quase nenhuma identificação dos homens com os CRAS. Os CRAS ainda estão longe de ser a “casa dos homens” (WELZER-LANG, 2002). E longe de ser de fato, a “casa da família”, conforme prevê o desenho do Programa de Atenção Integral à Família/PAIF, negando assim uma diversidade de arranjos familiares que deveriam ser reconhecidos sob uma perspectiva processual, complexa e heterogênea.

Em suma, adotar uma perspectiva de gênero e relacional pode contribuir para alterações significativas na institucionalidade da Assistência Social, que historicamente se orienta por um viés discriminatório. Assim como, para a desnaturalização das funções e dos papéis da mulher e do homem na sociedade, a partir do reconhecimento da pluralidade de identidades de gênero e da dinâmica inerente à realidade das famílias, grupos de convívios e redes sociais. Constitui-se como um desafio a transpor no campo das análises de gênero abordar a masculinidade fora de paradigmas essencialistas (ALMEIDA, 1995), não obstante,

os “pequenos homens” existem e nos impõem a necessidade de reconhecer a invisibilidade masculina no interior de políticas e programas sociais que combatem a pobreza, e até mesmo no interior do Serviço Social. De forma alguma o tema aqui discutido, se esgota neste trabalho o que torna imprescindível o desenvolvimento de estudos e pesquisas posteriores com vistas a preencher lacunas inerentes à investigação empírica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, P. L., La feminización de La pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas. *Katalysis* 14 (1). Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 24/04/2012.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de Si**. Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995. Capítulos II, IV e VI.

ANDRADE, Michele. **Pais que maternam!** Eles existem! Um estudo sobre as famílias monoparentais masculinas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, UFF, Niterói/RJ: 2º semestre de 2006.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. **Famílias nas “Terras de Custódio”** – Itinerários de Proteção Social. Tese de Doutorado defendida pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/RJ, 2012.

BANDITER, Elisabeth. **Um amor conquistado**. O mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

\_\_\_\_\_. **XY**: sobre a identidade masculina. Tradução Maria Ignez Duque Estrada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

\_\_\_\_\_. **Rumo Equivocado**: o feminismo e alguns destinos. Tradução Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BARBOSA, Daguimar de Oliveira. **Masculinidades no contexto da Política de Assistência Social**: a experiência do CRAS Cubango. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, UFF, Niterói: 2º semestre de 2006.

\_\_\_\_\_. Assistência Social e Gênero: reflexões sobre famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. In: **Cd-room Anais do 7º Encontro Nacional de Política Social/UFF – ISSN 2175-098X, “Trabalho e Lutas Sociais no mundo hoje” – 27 a 29 de junho de 2012a, Niterói/RJ**. p. 1-16.

\_\_\_\_\_. A construção do perfil do usuário da assistência social: a função dos critérios de elegibilidade oficiais e “oficiosos”. In: **Cd-room Anais do XX Seminário Latinoamericano de Escuela de Trabajo Social, “desafios Del contexto latinoamericano al trabajo social - ISBN: 978-950-33-0974-2, 24 al 27 de SETEMBRE de 2012b – Córdoba, Argentina**.

BARROS, Lia Canejo Diniz. **Os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres beneficiárias do Badu - Niterói**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/RJ, 1º sem. 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora. 2004.

BEHRING, E. R. & BOSCHETTI, I. Política social e método. In: **Política Social: fundamentos e história**. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2008. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 2). Cap. I, p. 25-46.

BEHRING, E. Contra-Reforma do Estado, Seguridade Social e o lugar da filantropia. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 73, São Paulo: Cortez, 2003, p. 101-119.

\_\_\_\_\_. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, módulo 3. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000. p. 21-40.

BERTELLI, Edilane. **Os não Ditos e os Não Vividos**: trajetória masculinas numa “profissão feminina”. Chapecó. [ ] Disponível em: [http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/E/edilane\\_bertelli;\\_09.pdf](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/E/edilane_bertelli;_09.pdf). Acesso em: 15/11/2007.

- BICALHO, F. O que significava ser cidadão nos tempos coloniais. In: M. ABREU, R. SOIHET. **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1993.
- BIRMAN, Joel. Insuficientes, um esforço a mais para sermos irmãos. In: KEHL, Maria Rita (org.). **Função Fraternal**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 200, p. 171-208.
- BODSTEIN, Regina. Cidadania e modernidade: emergência da questão social na agenda pública. In: **Cadernos de Saúde Pública** 13(2), 1997. pp. 185-204.
- BOURDIEU, Pierre. “Uma imagem ampliada”. In: **A dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus, 1996, p. 13-28 e 48-52.
- \_\_\_\_\_. “Compreender”. In: **A Miséria do Mundo**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 693-713.
- BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. **Falas masculinas ou ser homem em Fortaleza: múltiplos recortes da construção da subjetividade masculina na contemporaneidade**. Texto apresentado em 21 de março de 2002, na Mesa Redonda sobre Pesquisas com Enfoques de Gênero – Teorias e Metodologias, durante o 1º Encontro Cearense de Estudos de Gênero – Enfoques Teóricos e Metodológicos (20 a 22 de março de 2002), promovido pelo Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal do Ceará, através do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família – NEGIF. Disponível em [HTTP://cendoc.nepo.unicamp.br](http://cendoc.nepo.unicamp.br). Acesso em 16/05/2012.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. Cap. I.
- CARLOTO, Cássia Maria. Centralidade na família e centralidade nas mulheres? In: 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil, 2005, Cascavel. [Anais...] Disponível em: [http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico\\_social/MSS10.pdf](http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/MSS10.pdf). Acesso em: 02/08/2012.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O lugar da família na política social. In: **A família Contemporânea em Debate**. M<sup>a</sup> do Carmo Brant de Carvalho (org.). São Paulo: EDUC/Cortez, 2003, p. 15-22.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. Capítulos I, IV e VI.
- CASTILHO, Cleide de Fátima Viana., CARLOTO, Cássia Maria. O familismo na política de Assistência Social: um reforço à desigualdade de gênero? In: **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, ISS 2177-8248. Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010. GT 4. Gênero e programas de combate à pobreza – Coord. Cássia Carloto. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/2.CleideCastilho.pdf>. Acesso em: 12/08/2012. p. 13-21.
- CECCHETTO, F. R. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.
- CHANT, S. ¿Cómo podemos hacer que la “feminización de La pobreza” resulte más relevante en materia de políticas? ¿Hacia una “feminización de la responsabilidad y La obligación”? In: MORA, L.; MORENO RUIZ, M. J.; ROHRER, T. (Ed.). **Cohesión social, políticas conciliadoras y presupuesto público: una mirada desde el género**. México: Unfpa, 2005, p. 201-234.

- CISNE, Mirla. A “feminização” da assistência social: apontamentos históricos para uma análise de gênero. In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luiz, agosto de 2007, p. 1-9. Disponível em [www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTemáticoD/6912b8f5264eb9992bMIRLA\\_CISNE.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTemáticoD/6912b8f5264eb9992bMIRLA_CISNE.pdf). Acesso em 29/03/2012.
- COBO, Barbara. **Políticas focalizadas de transferência de renda**: contextos e desafios. São Paulo: Cortez, 2012.
- Da Ordem Social. In: **COLETÂNEA DE LEIS E RESOLUÇÕES**. Assistente Social: ética e direitos. CRESS 7ª R – RJ. 4ª ed. atualizada 04/2005.
- COSTA, Suely Gomes. **Signos em transformação**: serviço social: a dialética de uma cultura profissional em cinco ensaios. São Paulo: Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_. “Gêneros, biografias e História” **GÊNERO**. In: **Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG**. V.3, n. 2, Niterói, EDUFF, 2000.
- \_\_\_\_\_. “Proteção Social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva”. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis/SC: CFH/CCE/EFSC, 2002, vol. 10, n. 2/2002, p. 301-324.
- COSTA, Ana Ludmila Freire. A morte inventada: depoimentos e análise sobre a alienação parental e sua síndrome. Resenha. In: **Estudos de Psicologia**, Campinas/SP, Abril-Junho, p. 279-281, 2011.
- DA MATA, Roberto, 1997. A questão da cidadania num universo relacional. In: **A casa e a rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco. p. 65-95.
- DOMINGUES, José Maurício. **Interpretando a Modernidade**: Imaginário e Instituições. Rio de Janeiro: FGV, 2002. Cap. 3 e 4.
- DUARTE, Aline de Oliveira. **Hoje sou pai e mãe para eles**: um estudo sobre famílias monoparentais masculinas atendidas no CRAS II – Paiol no Município de Nilópolis. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, UFF, Niterói: 2º semestre de 2009.
- DUQUE-ARRAZOLA, Laura S. o sujeito feminino nas políticas de assistência social. In: **O Mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade / Ana Elizabete Mota (organizadora). – 2. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2008. P. 225-255.
- SCOREL, S. Exclusão social: em busca de uma categoria. In: **Vidas ao Léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.
- FACINA, Adriana e SOIHET, Rachel. Gênero e Memória: algumas reflexões. In: **Gênero Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG**. V. 5. N. 1, Niterói, EDUFF, 2004.
- Fonseca, Cláudia. “Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros”, **Revista Psicologia USP**, nº. 2, vol. 13, São Paulo: USP-IP, 2002.
- FRASER, Nancy. Redistribución, reconocimiento y exclusión social. In: **Inclusión social y nuevas ciudadanías**: condiciones para la convivencia y seguridad democráticas. Colombia: Pontificia Universidad Javerian, 2003.p. 55-69.
- FREITAS, Rita de Cássia Santos. BRAGA, C. D. PEREIRA, V. B. G. BERTOLINO, A. L. L. de A. COUTINHO, D. C. LOPES, A. O. De mulheres e de suas saídas ou de como se constrói uma profissão – o caso da escola de serviço social da UFF. VII Encontro Regional Sudeste de História Oral. Fiocruz, RJ, 2007. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ehosudeste/templates/htm/viiencontro/textosIntegra/RitadeCassiaSantosFreitas+co-autoras.pdf>. Acesso em: 08/06/12.
- \_\_\_\_\_. BRAGA, C. D. BARROS, N. V. Família e serviço social – algumas reflexões para o debate. In: DUARTE, Marco José de Oliveira. ALENCAR, Mônica Mª Torres de

(Orgs.). **Família & Famílias: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2010, p. 15-38.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. “Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade – algumas reflexões a partir do caso Acari”, **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 71, São Paulo: Cortez, 2002.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. “**Mães de Acari: Preparando a tinta e revirando a praça: um estudo sobre mães que lutam**”. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli. Programas de Combate à Pobreza: o papel das mulheres, em *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, agosto 2008. Disponível em: [www.eumed.net/rev/ccss/02/rcmf.htm](http://www.eumed.net/rev/ccss/02/rcmf.htm). Acesso em: 16/05/2012.

GÓIS, João Bôsko Hora. **Família e proteção social: notas para um debate**. Niterói, 1994. Texto digitado.

GOMES, Angela Maria de Castro. **Burguesia e trabalho**. Política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1979.

GOMES, Romeu. As Questões de Gênero e o Exercício da Paternidade. In: SILVEIRA, Paulo (org.). **Exercício da Paternidade**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998, p. 175-182.

**GUIA DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA – SUAS N° 1 – Proteção Social Básica de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, outubro de 2005. P. 1-14.

IAMAMOTO, Marilda V. & CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico - metodológica**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IBASE. **Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias beneficiárias**. Rio de Janeiro: IBASE, 2008.

KARAWEJCZYK, Mônica. Breves considerações sobre a conquista do voto feminino no Brasil. In: **Veredas da História**, 1º sem. de 2010, [www.veredasdahistoria.com](http://www.veredasdahistoria.com), Ano III – Ed. 1 – 2010, ISSN 1982-4238. Disponível em: <http://veredasdahistoria.kea.kinghost.net/edicao3/art.8.pdf>. Acesso em: 20/03/2013.

KERSTENETZKY, C. L., Desigualdade como questão política. In: **Observatório de cidadania**, 2003.

KOHN, Kelly Cristina., STREY, Marlene Neves., MUHLEN, Bruna Krimberg Von., RODRIGUES, Roberta de Alencar. A invisibilidade do homem: olhar de gênero para as práticas em saúde. Disponível em: <http://www.redmasculinidades.com/resource/images/BookCatalog/Doc/00232.pdf>.

Acesso em 02/06/2012. p. 1-13.

LANDIM, Leila. **Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. In: **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, Vol. 02, Ano 4/1996, 2º sem., p. 464-479.

LOPES, M.J., MEYER, D.E. e WALDOW, V. R.. Nas redes do conceito de Gênero. In: **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LYRA, Jorge. LEÃO, L., LIMA, D. C., TARGINO, P., CRISÓSTOMO, A., SANTOS, B. Homens e cuidado: uma outra família. In: **Família: redes, laços e políticas públicas**. Ana Roja Acosta, Maria Amalia Faller Vitale, (organizadoras). – São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2005. p. 79-91.

MEDRADO, Benedito. Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. In: **Homens e masculinidades: outras palavras**. Margareth Arilha, Sandra G. Unbehaum Ridenti e Benedito Medrado (orgs.). – São Paulo: ECOS/Ed. 34, 1998.



- MEDRADO, B., LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16 (3): 424, setembro-dezembro/2008. p. 809-840.
- MELO, Hildete Pereira., BASTOS, C. P., ARAUJO, V. L., “A política macroeconômica do governo Goulart”. In: MORAIS, Marieta de Ferreira (org.), JANGO GOULART, Memórias e História, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2006. p. 79-106.
- \_\_\_\_\_. BANDEIRA, Lourdes. A pobreza e as políticas de gênero no Brasil. In: **Série Mujer Y desarrollo**. Santiago de Chile: CEPAL, 2005.
- \_\_\_\_\_. et al., O sonho nacional: petróleo e eletricidade (1954/1994), CASTRO GOMES, Angela (org.). In: Vargas e a Crise dos Anos 50, Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1994. p. 225-256.
- MESQUITA, A. de A. “**com licença, eu vou a luta!**” O desafio de inserção das mulheres da periferia carioca no mercado de trabalho, 2º sem., 2005. UFF. Dissertação de Mestrado em Política Social.
- MOTA, A. E. **Cultura da Crise e Seguridade Social**: um estudo sobre as tendências da Previdência e da Assistência Social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo, Cortez, 1995. Cap. II.
- \_\_\_\_\_. Seguridade Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** “Trocando em Miúdos”, nº 50, São Paulo: Cortez, 1996.
- \_\_\_\_\_. (Org.) **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008.
- \_\_\_\_\_. Seguridade Social Brasileira: desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes. In: MOTA, A. Elizabete (orgs.). In: **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho Profissional**. São Paulo, Cortez, 2006. p. 1-10.
- \_\_\_\_\_. MARANHÃO, Cezar Henrique. SITCOVSKY, Marcelo. O Sistema Único de Assistência Social e a Formação Profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 87, São Paulo: Cortez, 2006.
- MOORE, Henrieta L. Fantasias de poder e de identidade: gênero, raça e violência. In: **Cadernos Pagu**, (14). São Paulo: Unicamp, 2000.
- MUNIZ, Jacqueline. Feminino – a controvérsia do óbvio. In: **Physis**, vol. 2, nº 1, Rio de Janeiro: IMS/UERJ; Relume-Dumará, 1992.
- MUNIZ, Andre Aristóteles da Rocha. **HOMENS, MASCULINIDADES E POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DE GÊNERO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF)**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Lavras/MG, 2011.
- NEUBURGER, Robert. **O mito familiar**. Trad. Sonia Rangel. São Paulo: Summus, 1999.
- OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A Construção Social da Masculinidade*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. Capítulos III e V.
- PAUGAM, S. Prefácio. In: **Desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Cortez, 2003.
- PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: **Poéticas e políticas feministas** / organizado por Claudia de Lima Costa e Simone Pereira Schmidt. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. P. 43-66.
- POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.
- PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas & questões**. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

- PEREIRA, Potyara A. P. Políticas de satisfação de necessidades no contexto brasileiro. In: **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. Cap. VII.
- ROCHA, Sonia. Medindo a pobreza: o conhecimento consolidado e as escolhas possíveis. In: **Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003. Cap. III e VII.
- ROMERO, P. R. P. & DUARTE, E. E. C. Aplicação do cadastro único à gestão da política de assistência social em Londrina/PR. In: <http://antares.ucpel.tche.br/mps/diprosul/docs/trabalhos/17.pdf>. Acesso em: 19/09/2012
- SANTOS, Rita de Cássia (Coord.). **Famílias e proteção social na cidade de Niterói**. Projeto de Pesquisa do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/UFF, Julho de 2011.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1974. Cap. IV e V.
- SARTI, Cynthia Andersen. “O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória”. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2004.
- \_\_\_\_\_. Famílias enredadas. In: **Família: redes, laços e políticas públicas**. Ana Rojas Acosta, Maria Amalia Faller Vitaler, (organizadoras). São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2005.
- SCHPUN, Mônica Raisa (Org.) **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva (Coord.), LIMA, Valéria Ferreira Santos. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.
- \_\_\_\_\_. e. YAZBEK, Maria Carmelita. GIOVANNI, Geraldo di. **A Política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006. P. 13-223.
- \_\_\_\_\_. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 6, n. 2, p. 65-102, 2002.
- SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 131-137.
- SOARES, Suamy Rafaely. A feminização da pobreza e a políticas sociais focalizadas nas mulheres: um debate a ser repensado? In: **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luiz/MA, agosto de 2011, p. 1-9. Disponível em: [www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVJornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/QUESTOES\\_DE\\_GENERO\\_ETNIA\\_E\\_GERACAO\\_/A\\_Feminizacao\\_DA\\_POBREZA\\_E\\_AS\\_POLITICAS\\_SOCIAIS.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVJornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTOES_DE_GENERO_ETNIA_E_GERACAO_/A_Feminizacao_DA_POBREZA_E_AS_POLITICAS_SOCIAIS.pdf). Acesso em: 29/03/2012.
- Soihet, Raquel. “Mulheres moldando esteticamente suas experiências: feminismo como alavanca para uma sociedade mais justa” **Projeto História**, São Paulo, n. 45, 2012.
- SOUZA, Anna Maria Nunes de. **A Família e seu Espaço** – uma proposta de terapia familiar. 2ª edição, Rio de Janeiro: AGIR, 1997. p. 17-33.
- SOUZA, Daniele G. MIRALES, Rosana. A família monoparental feminina usuárias de programas sociais. In: **2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil**, UNIOESTE, Cascavel/PR, outubro de 2005, p. 1-17. Disponível em: [http://cae-php-unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico\\_social/MSS02.pdf](http://cae-php-unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/MSS02.pdf). Acesso em 29/03/2012.
- SPOSATI, Aldaíza. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21 –. In: **R. Katál.**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, jan./jun. 2011a.
- \_\_\_\_\_. **A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011b.
- \_\_\_\_\_. A assistência social e a trivialização dos padrões de reprodução social. In: Sposati, A.; Falcão, Mª do Carmo; Teixeira, Sônia Mª Fleury. **Os direitos dos desassistidos sociais**. São Paulo, Cortez, 1989, p. 5-30.

- TEIXEIRA, Solange Maria. Família na política de assistência social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/19/5>. Acesso em: 12/08/2012. p. 255-264.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.). Cidadania. In: **Cidadania e Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: UNIJUÍ, 2007.
- THURLER, Ana Líesi. A produção de maternidades penalizadas pelos sexismo. In: **Livro de Resumos do I Seminário Internacional: Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina, 2005**. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM/ Universidade Federal da Bahia - UFBA.
- VITALE, Maria Amália Faller. Família monoparentais: indagações. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XX, n° 71. 2202. p. 45-62.
- YANNOULAS, Sílvia. Feminização ou feminilização? apontamentos em torno de uma categoria. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.271-292, jul./dez. 2011. Disponível em: [www.periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/1368/1583](http://www.periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/1368/1583). Acesso em: 08/06/12.
- WEBER, Max. **Ciência e Política** - duas vocações. Tradução Jean Melville. Coletânea a Obra-prima de cada Autor. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.
- WELZER-LANG, Daniel. “A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia”. In: **Revista Estudos Feministas** (online), 2001, vol. 9, número 2 (citado 29 de outubro de 2002), p. 460-482. Disponível na internet no endereço: [www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br).
- YAZBEK, Maria Carmelita. et al. O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais: desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. In: COUTO, Berenice Rojas. YAZBEK, Maria Carmelita. SILVA, Maria Ozanira Silva e. RAICHELIS, Raquel (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010. p.138-204.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, Ano XIX, n° 56. São Paulo: Cortez, 1998. p. 50-59.

# APÊNDICE

## DUAS EXPERIÊNCIAS COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

A perspectiva de gênero utilizada neste trabalho pretende subsidiar a problematização acerca da feminização da assistência social, e em especial quais as implicações dessa feminização para a homogeneização das famílias pobres e de seus modos de vida no âmbito da política de assistência social. Será essa homogeneização uma via de mão dupla? Ou seja, em que medida as famílias atendidas incorporam uma concepção homogeneizante difundida por instituições e programas sociais, contribuindo para uma sub-representação dos grupos familiares e indivíduos vulneráveis? Como “a marca da feminização na Assistência Social” (CISNE, 2007, p. 01) favorece a legitimidade social da inserção feminina ao passo que desqualifica socialmente a inserção masculina, por exemplo? Portanto, cabe questionar se a constatação da ausência de homens no CadÚnico (Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal) justificaria por si só, a prevalência da monoparentalidade feminina na proteção social básica. Será a monoparentalidade feminina uma condição estática de ser família a qual as mulheres pobres estariam fadadas?

Nesse sentido, analiso as percepções de duas entrevistas realizadas com duas mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família/PBF e acompanhadas pela Coordenação dos Direitos das Mulheres de Niterói (CODIM-NIT)<sup>1</sup>, instituição na qual trabalhei como assistente social em 2011. Cabe esclarecer que as duas entrevistadas possuem um relacionamento conjugal e procuraram a CODIM/NIT em função da violência doméstica e familiar que sofrem. O primeiro caso é sobre uma mulher, com filhos que pleiteava o recebimento do benefício do PBF, que escolhe durante atualização cadastral excluir o companheiro do CadÚnico, posteriormente ela se tornou beneficiária, embora no CadÚnico conste como família monoparental feminina; o segundo caso refere-se à uma mulher beneficiária do programa há alguns anos, sem filhos que mesmo depois de casada optou por não incluir o marido no cadastro dos programas sociais, a mesma consta no mesmo cadastro como família unipessoal feminina.

Esses relatos foram selecionados a partir de um levantamento dos atendimentos que realizei entre o período de março a agosto de 2011 na CODIM/NIT. Durante esse período

---

<sup>1</sup>A Coordenação dos Direitos das Mulheres de Niterói (CODIM-NIT) localizada na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, criada em 2003, hoje é um Polo de Referência de Atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. A CODIM-NIT conta com uma equipe técnica formada por assistentes sociais, psicólogas e advogada, que realiza o acompanhamento interdisciplinar de mulheres vítimas de diversas formas de violência (física, moral, sexual, psicológica e patrimonial, conforme prevê a Lei Maria da Penha).

atendi um total de sessenta e sete (67) mulheres, deste número realizei o primeiro atendimento de cinquenta e sete (57) usuárias, dez (10) já eram acompanhadas pela CODIM, onze (11) usuárias deste universo são beneficiárias PBF. Das onze (11) mulheres beneficiárias, seis (6) declararam durante atendimento que tinham algum tipo de relacionamento conjugal, mas não haviam informado ao CadÚnico a existência de um companheiro ou marido no lar. Através de contato telefônico tentei localizar as seis beneficiárias que embora vivessem algum relacionamento eram acompanhadas pela assistência social como monoparentais e unipessoais femininas. Muitos contatos já não existiam mais, das seis só foi possível contato com as duas mulheres mencionadas acima, acompanhadas regularmente pela CODIM/NIT, ambas residem próximas à instituição o que serviu para favorecer o vínculo institucional, já que as mesmas não possuem ônus para se deslocar, mas coincidentemente, as duas entrevistadas possuem problemas nos joelhos o que dificulta muito a locomoção.

Esta análise ressalta algumas peculiaridades das famílias monoparentais e unipessoais formadas por mulheres, sobretudo o aspecto dinâmico desses grupos e o movimento que pressupõe esses processos (VITALE, 2002). Movimento, que equivocadamente vem sendo congelado pela política social, cuja lente unidimensional nega a dialética que permeia processos e fenômenos sociais.

Desse modo, por meio dessas entrevistas busquei compreender como essas mulheres, através de seus depoimentos orais que informam sobre suas trajetórias de beneficiárias percebem nesses perfis de famílias (monoparental e unipessoal femininas) a legitimidade social que possuem a ponto de sustentá-los como uma realidade, que é assimilada naturalmente pela assistência social. Esta breve análise das narrativas orais situa-se no campo dos estudos de gênero, história oral e antropologia. Cabe ressaltar, que história oral, é entendida aqui, como técnica específica de pesquisa qualitativa, ou seja, procedimento metodológico de caráter teórico que organiza um conjunto de técnicas para trabalhar com registros orais acerca de memórias de diversos sujeitos sociais em diferentes contextos.

## ENTREVISTA “A”

### “UM ANO DE AMOR E NOVE ANOS DE SURRA”

Durante uma entrevista realizada em janeiro deste ano com uma usuária da CODIM/NIT e do CRAS/Centro, beneficiária do Programa Bolsa Família/PBF, a minha primeira informante nesta pesquisa, pude conhecer a sua experiência singular de inserção no programa e verificar como se deu a caracterização da sua família enquanto beneficiária do PBF, em monoparental feminina.

Esta primeira informante que chamarei de Paula, em função de resguardar o sigilo de sua identidade, tem 39 anos, é branca, natural de Curitiba/RS, tem três filhos (um rapaz de 19 anos, uma menina de 10 anos, e a caçula de 08 anos, só as meninas vivem com ela), tem segundo grau incompleto e vive com um homem uma união estável há dez anos. Paula é acompanhada pela equipe técnica da CODIM/NIT há cerca de um ano e buscou espontaneamente a instituição, pois sofre violência doméstica e familiar. Relata que soube da instituição na Escola das filhas, localizada no centro da cidade, através de uma mulher, cuja filha é usuária da CODIM/NIT. Paula realizou só um registro de ocorrência na DEAM/NIT assim que buscou a CODIM, apesar disso suspendeu a representação criminal contra o agressor, afirma ter pena do mesmo que já é idoso, conforme ela mesma enfatiza.

Quando Paula buscou a CODIM/NIT estava muito abalada emocionalmente e apresentava como principal demanda a urgência de um emprego, assim como por aumento de escolarização, deseja completar o segundo grau, mas a realização desses dois primeiros projetos esbarra na ausência de escolas públicas em horário integral.

Paula é de outro estado está longe dos seus, portanto sua rede aqui em Niterói/RJ ela vem constituindo com a vizinhança, que como sabemos historicamente protagoniza a *proteção próxima*. Para resolver algum assunto na rua, ir até a CODIM/NIT, por exemplo, dar continuidade ao acompanhamento psicológico que realiza, ela recorre a uma vizinha, uma senhora idosa que de acordo ela está sempre em casa e que fica com as duas meninas: “Fica com D. L. quando eu preciso, é ela que me cobre (risos)”.

Paula afirma que o benefício do Bolsa Família é o único recurso financeiro (fixo) que ela tem no momento. A família mora de aluguel e o seu companheiro, formalmente empregado paga a quantia de R\$ 600,00 e arca com as despesas alimentares, de água e de luz, assim ele ocupa a função de provedor e Paula de cuidadora, reproduzindo a conhecida divisão

sexual do trabalho doméstico. Verbaliza que o companheiro é muito machista e não reconhece as suas necessidades básicas, em especial com saúde. Sem nenhum dinheiro, Paula ficava totalmente submetida ao jugo do seu agressor, sem autonomia. O recebimento do benefício vem favorecendo para o resgate da sua auto-estima e o seu empoderamento, conforme seu relato, ela administra o dinheiro para as suas necessidades e as das filhas. Paula na maior parte do seu tempo se ocupa dos serviços domésticos e com o cuidado com as filhas e o companheiro (que atualmente, sofre com alguns problemas de saúde, que, aliás, no dia da entrevista encontrava-se internado num Hospital), mas também realiza “bicos”, ou seja, atividades informais e remuneradas, como lavar roupa pra fora, fazer bolo, bombom, dar faxina, vender colares que a própria produz:

“E vou fazendo o que eu posso por fora com o salário que eu ganho da Bolsa Família, entendeu?”

“Tenho tudo escondido.” (risos) – [Nesse momento, afirma que esconde do companheiro toda a renda que vem a obter].

“(...) Eu limpo casa. (...) Eu lavo roupa. Ah, tem uns... aprendi a fazer um colar de, de, de... é trabalho manual!”

A insuficiência de renda é uma realidade de muitas famílias pobres que recebem transferência de renda através de programas similares ao Bolsa Família. Uma questão que emerge nesse universo se remete à partilha de renda entre os membros da família. Portanto, as possibilidades de renda são estrategicamente aproveitadas pelas mulheres e pelos membros da família. Para aumentar a renda Paula vendeu o cabelo de uma das filhas há pouco tempo. Sobre os colares de pano, que confecciona, se remete muita satisfeita ao negócio bem sucedido:

“(...) Eu vendi todos **eles**. No final do ano vendi todos! Até... eu vendo há dez reais cada um. (...) Dá pra tirar um bom dinheirinho, por semana R\$ 50,00, R\$ 100,00, dependendo de quanto vende, entendeu?”

Paula vive há cerca dez anos uma união estável, conforme mencionado, todavia afirma que atualmente, e já algum tempo, não vive mais maritalmente, ou seja, como homem e mulher de fato, pois não consegue suporta tamanha violência, já que depois de apanhar tem que se entregar sexualmente para o seu algoz.

“O quê que eu vou fazer? Como é que eu vou dormir com um homem que hoje me dá um beijo e amanhã, no mesmo dia à noite tá me enchendo a cara de porrada!”



Depois que iniciou o acompanhamento psicológico na CODIM/NIT Paula fala sobre o quê mudou para ela:

“É... hoje eu não me importo se ele sair da minha casa, entendeu?”

“(...) De falar pra mim: “olha, eu, eu vou embora!” – Vai! Entendeu?”

“Eu me importava! Porque as frequências das sessões da terapia do psicólogo **faz** a diferença, entendeu? Porque você acaba vendo que você não pode viver em função daquilo ali. O amor é eterno enquanto dura! Passei a aprender, entendeu? O meu durou pouco, muito pouco (risos). **Um** ano, depois nove anos de surra, mas eu vou fazer o quê? Custei aprender.”

Paula recebe há cerca de um ano R\$ 134,00 do Programa Bolsa Família, no caso a sua família recebe o benefício básico de R\$ 70,00, pago às famílias em situação de extrema pobreza e mais dois benefícios variáveis no valor de R\$ 32,00, destinado às famílias que possuem crianças e adolescentes de até 15 anos. Paula está inscrita no CRAS/Centro há cerca de dois anos pleiteando o recebimento do benefício, verbaliza que fez a primeira inscrição no CadÚnico – cadastro único para os programas sociais do governo federal - para receber o benefício e na primeira tentativa o pedido foi indeferido, após atualização cadastral, ou seja, numa segunda tentativa teve a solicitação aprovada. De acordo com a usuária, na primeira tentativa a renda per capita da sua família ultrapassou o limite estabelecido para o recebimento do benefício. Na segunda tentativa ela informou ao Programa que estava sozinha com as crianças, a atualização favoreceu a inserção na folha de pagamento do programa.

Quando perguntada se o seu companheiro sabe da existência do benefício a usuária fica aparentemente, incomodada e tende a ser muito breve nas suas respostas. Em princípio afirma que não colocou o companheiro no cadastro, pois ele lhe agride, contudo conforme ela mesma coloca, foi orientada por alguém no Conselho Tutelar a tirar o nome dele. A informante tem bastante receio de que o companheiro descubra a existência do benefício, já que este representa sua limitada autonomia econômica numa relação marcada tão forte pela desigualdade de gênero:

“(...) Por que, como é que eu vou falar que eu tenho? Aí ele vai me forçar pegar aquele dinheiro pra botar dentro de casa. (...) Ele não **sabe**. Eu minto, eu digo que eu não tenho. E já falei pras... as irmãs dele sabe que eu recebo. E falei pra elas: se você contar que eu recebo você nunca mais vê as meninas.”

Quando perguntada sobre como atualizou o seu cadastro, se não teve problemas, ela responde brevemente: “Eu fui lá e falei que ele me abandonou que eu fui chutada.” Logo em seguida completa: “Aí a necessidade faz a questão”.

## **ENTREVISTA “B”**

### **PLANO DE SAÚDE**

A partir do depoimento oral de uma senhora, também beneficiária do Programa Bolsa Família, que chamarei de Luisa, durante entrevista também realizada neste ano, pude analisar algumas semelhanças e especificidades das duas realidades sociofamiliares, superficialmente visitadas. Tendo em vista as lacunas inerentes ao próprio registro de informações baseadas nas memórias dos entrevistados (AMADO et al, 2005).

Paula e Luisa são usuárias do CRAS/Centro e da CODIM/NIT, e, além disso, também tem em comum o fato de não terem informado seus companheiro/marido, respectivamente, ao CadÚnico para o recebimento do benefício do Bolsa Família. Ambas são vítimas de violência doméstica e familiar, ambas veem no benefício a única possibilidade de autonomia frente a perversidade que encobre um relacionamento baseado na violência, não obstante ambas representam perfis distintos de família na realidade institucional tanto da CODIM/NIT como do CRAS. Considerando, que a CODIM/NIT e o CRAS possuem uma população-alvo diferentes e por sua vez critérios de elegibilidade diferentes surge uma questão: se na CODIM, os homens aparecem com nítida visibilidade na figura dos algozes, já no campo da assistência social, comumente se perguntam onde estão os homens, e porque estes relegaram o total abandono parental aos seus familiares.

Dona Luisa tem 58 anos, é branca, casada, possui ensino fundamental incompleto, não tem filhos, atualmente é do lar, mas já foi diarista. Relata que tem dificuldades de realizar a antiga atividade remunerada, pois sofre com complicações de saúde.

Diferentemente, da primeira informante, esta senhora fez a inscrição no PBF quando o seu estado civil era de solteira, fato que ela enfatiza recorrentemente, a mesma recebe o benefício, de acordo com ela, há mais de dez anos. Relata que está casada de cinco a sete anos, não sabe afirmar com certeza: “Aí, caramba! Eu acho que é cinco ou sete anos.”. Afirma que conheceu o marido realizando faxinas na casa do mesmo, contudo está se divorciando. A separação e o divórcio de Dona Luisa estão em andamento atualmente. Conforme seu relato o

estopim da separação foi o cancelamento do Plano de Saúde da usuária pelo marido, de acordo com ela, casou-se muito preocupada com a saúde e interessada na assistência médica que viria a receber como dependente. De faxineira remunerada tornou-se esposa e dona de casa sem direito e sem dinheiro. Foi em função do cancelamento do Plano que ela buscou a CODIM/NIT há quase um ano atrás, tendo em vista a sua necessidade de realizar tratamentos e acompanhamentos médicos, que ela faz questão de comprovar com inúmeras receitas e exames. A usuária buscou a CODIM muito abalada com essa situação provocada pelo marido, mas o desfecho dos conflitos foi o acordo de separação. De acordo com ela, o marido desejava se separar a algum tempo, mas ela, embora sofresse violência se submetia a toda situação, em função do Plano de Saúde que necessita ter. Para pressionar uma separação o marido da informante cancelou definitivamente o seu Plano de Saúde e assim alcançou o seu objetivo.

Dona Luisa, embora esteja com a saúde fragilizada realiza alguns bicos, como por exemplo, faxinas em dupla, que em caráter extremamente solidário prover suas despesas mais básicas do dia a dia, e ainda vende latinhas que ela mesma recolhe pelas ruas:

“Quando eu vendo latinha, né, que eu cato, cato, mas fica juntando, né? Aí quando eu vendo, às vezes faz uns cem reais, dependendo aí do preço do quilo da latinha, né? Que tem isso também. E... bicos assim ó: faxina pinta de cinquenta, eu ajudo a minha sobrinha a fazer a faxina que ela também faz e ela racha a faxina comigo. É assim. (...) É agora no momento. De primeira eu fazia sozinha. Aí era de cinquenta, quarenta, dependendo do local e a faxina, né?”

Dona Luisa recebe a quantia de R\$70,00, o benefício básico, destinado às famílias em situação de extrema pobreza. Verbaliza que o marido nunca prover suas necessidades, além de lhe agredir física e moralmente constantemente:

“Porque eu já... porque quando eu **fiz** eu era solteira. (...) Depois eu casei. E como ele não me ajuda em nada. Nunca me ajudou em nada, eu continuei pegando. Entendeu?”

Desde o início da entrevista Dona Luisa demonstrou-se bastante preocupada em justificar a ausência do seu marido no Programa Bolsa Família, embora tenha sido esclarecida sobre a garantia de sigilo em torno do seu nome, todavia o seu receio é absolutamente compreensível, e desse modo, ela finalizou o seu depoimento da seguinte forma:

“Ah, minha observação é isso: que eu sei que eu teria que né, que cancelar no caso quando eu casei. Né isso? Mas eu preciso desse dinheirinho, como precisei desde o começo que fiz, porque eu **casei**, mas ele não me dá nada, continuo com a mesma situação. Tá. Só isso.”

Estas mulheres recorrem ao trabalho informal e ao benefício de um programa de transferência de renda direta para obterem um pouco de dignidade e autonomia econômica, contudo esses instrumentos de sobrevivência possuem prazo de validade para acabar, enquanto as suas necessidades tendem a aumentar. As duas usuárias possuem problemas de saúde que comprometem seriamente o desempenho das atividades que atualmente exercem em específico o trabalho doméstico. A primeira informante tem nódulos nos dois joelhos, a segunda está com um problema no pulmão e se locomove com muita dificuldade, de acordo com ela está com um problema num dos joelhos também, as experiências desoladoras dessas duas com a saúde pública em Niterói/RJ corroboram o seu progressivo sucateamento.

Infelizmente, a feminização da pobreza, enquanto fenômeno complexo e abrangente aponta para um futuro que anuncia a miséria de milhares de mulheres. Nesse tocante, vale lembrar que durante a III Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de Niterói que ocorreu em julho de 2011, sob o tema de abertura “Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho: mulher e pobreza extrema”, a Conferencista Prof<sup>ra</sup>. Dr<sup>a</sup>. Hildete Pereira de Melo apresentou a seguinte comunicação socializada nos Grupos de Trabalho: “Pobreza e gênero: que relação é essa?” destacando diversos aspectos sobre a condição feminina no mundo do trabalho, dentre eles enfatizou de acordo com dados da PNAD/IBGE, 2009, que:

Outra questão, que penaliza as mulheres devido à precarização das relações de trabalho é que dos 40,7 milhões de pessoas sem-previdência no Brasil, 16,8 milhões são mulheres. Apenas 46% da população ocupada (34,481 milhões) contribuí para a previdência social, destas 45% são mulheres e 55% são homens com carteira de trabalho assinada. A situação é particularmente crítica para as trabalhadoras domésticas, as trabalhadoras sem remuneração e trabalhadoras para o auto-consumo, que trabalham por conta-própria, sem nenhuma proteção social. Em cada uma dessas categorias a previdência não chega a 30% dessas mulheres. (MELO, 2011)

A oportunidade de trabalho formal com garantias previdenciárias, que nenhuma das duas informantes possui, é uma utopia da atual sociedade econômica e globalizada que vem caracterizando a assistência social como o campo por excelência que concentra uma massa de mulheres, cuja, mão-de-obra não é absorvida pelo mercado de trabalho e que só encontra

através da transferência de renda e do trabalho informal a possibilidade de subsistir precariamente.

# **ANEXOS**

## **ANEXO I**

### **Roteiro de Entrevista com Usuário**

- 1. Nome:**
- 2. Idade:**
- 3. Cor/raça (auto-declaração):**
- 4. Naturalidade:**
- 5. Estado Civil:**
- 6. Possui alguma deficiência?**
- 7. Escolaridade**
- 8. Tipo de Moradia?**
- 9. Quem reside com você?**
- 10. Trabalha? Tem vínculo previdenciário?**
- 11. Você pode dizer qual é a renda familiar mensal?**

### **PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Você participa de alguma organização, movimento social, grupo religioso e/ou político? Ou já participou?

### **FAMÍLIA**

- O que significa família para você?
- Como você percebe a sua família?

### **GÊNERO E PATERNIDADE**

- O que é ser homem para você?
- Como você vê os homens hoje?
- Como você usa seu tempo? O que você geralmente faz durante o dia?
- O que é ser pai?
- Você gosta de ser pai?
- Você cuida dos seus filhos? Como?
- Você cuida da sua saúde, da sua qualidade de vida (bem estar) de alguma forma?
- Você conta alguma rede de apoio? Alguém cuida de você quando precisa de algo?
- Você pode descrever como essa pessoa a quem recorre cuida de você?

### **POBREZA**

- O que é ser pobre na sua percepção?
- Você se considera uma pessoa pobre? Por quê?

- Como você enfrenta as dificuldades que surgem, em função da pobreza na sua vida hoje?

### **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:**

- É o responsável legal ou realizou transferência de titularidade do benefício?
- Há quanto tempo recebe o benefício?
- Qual valor do benefício que recebe?
- Como soube do PBF? Você relutou em procurar? Você entedia o PBF como coisa de mulher?
- O que é o Programa Bolsa Família na sua vida?
- Como você explicaria a sua participação no Programa?
- O que acha de ser o responsável pela posse do cartão do Programa?
- Como você gasta o benefício? O que você compra com esse dinheiro?
- Você encontra alguma dificuldade para cumprir alguma exigência do Programa?
- Existe acompanhamento por parte de algum profissional em relação sua participação no Programa? Ou no cumprimento das condicionalidades? Se sim, qual profissional?
- O que você acha sobre a preferência da titularidade do benefício ser das mulheres?
- Você participa ou já participou de algum Programa, Projeto Social ou atividade comunitária, a partir do Programa Bolsa Família?
- Como você vê a sua condição de beneficiário ou não beneficiário do PBF no futuro?



## ANEXO II

### Roteiro de Entrevista com Profissionais de Serviço Social

1. Nome: \_\_\_\_\_
2. Idade: \_\_\_\_\_
3. Tempo de trabalho no CRAS? \_\_\_\_\_
4. Como você percebe a inserção feminina e masculina no CRAS? Você vê diferenças? Se sim, quais são?
5. Como você explica a presença majoritária das mulheres nos CRAS?
6. Como você compreende a pequena participação dos homens nos CRAS?
7. Existem famílias beneficiárias do PBF, cuja titularidade seja masculina? Se sim, descreva como é o acompanhamento dessas famílias?
8. Para você qual é o lugar do homem na Política de Assistência Social?
9. Você acha que o desenho do Programa Bolsa Família e de outros projetos sociais contribuem para uma “certa” feminização da Assistência Social?
10. Obrigada, gostaria de deixá-la à vontade para fazer as considerações finais que desejar.

## **ANEXO III**

### **Roteiro de Observação Participante**

#### **PONTOS A SEREM OBSERVADOS**

- Cotidiano institucional dos Centros de Referência de Assistência Social/CRAS;
- Acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- As dimensões de participação individual e coletiva dos homens no programa Bolsa Família;
- As relações sociais travadas entre os sujeitos nas instituições;
- A decoração e arrumação dos CRAS, em busca da estética dos mesmos;
- A presença dos homens e mulheres;
- A oferta de cursos nas instituições.